

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases (MG), é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia (MG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia (RJ), Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina (São Paulo) e Companhia Força e Luz do Oeste (Paraná), manifestaram, em junho de 2012, o interesse na prorrogação dos Contratos de Concessão, pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Os pedidos foram reiterados em outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como os prazos das concessões vencerão em julho de 2015, e até o momento não tomamos conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados. Foi agendada uma reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que estes pedidos de prorrogação sejam aprovados pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. As controladoras aguardam manifestação do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivos regulatórios contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 16, 19, 28 e 38, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Energisa através de suas controladas de geração de energia elétrica, possui 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia, é como segue:

I - Implantar e operar UHE e PCHs, centrais térmicas de geração por biomassa e centrais geradoras eólicas;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações das PCHs, da UHE e dos projetos Eólicos e Biomassas em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração das PCHs, UHE, Eólicas e Biomassas;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas;

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário; e

VIII - Ao final do prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado, as instalações e os bens vinculados à produção de energia elétrica hidráulica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para as autorizações dos projetos Eólicos e de Biomassas, com prazos de 35 e 30 anos, respectivamente, não serão

devidas indenizações dos investimentos realizados ao final da autorização, porém, é assegurada ao produtor independente a remoção das instalações.

A controlada Tangará S/A, é detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Guaporé (UHE Guaporé) localizada nos municípios de Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de Produtora Independente de Energia nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000 - ANEEL.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, propondo soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções e Rede Serviços, presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Capital Circulante:

A Energisa apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$378.541 na controladora. Conforme Fato Relevante de 20 de novembro de 2014, a Companhia assinou contratos de venda de seus ativos de geração com São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R\$1.400.000 mais determinados ajustes normais e em operações dessa natureza. Estima-se que as condições precedentes previstas nos contratos estejam cumpridas e a liquidação desta alienação ocorra ainda neste primeiro quadrimestre de 2015. Adicionalmente, a administração considera que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de negociação para alongamento e substituição das dívidas de curto prazo, irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

Aquisição de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, EMT e EMS, juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informou aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. - EMS, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT e na Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. - ETO, Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas

holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no valor total de R\$1.295.356, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da aquisição do controle acionário do Grupo Rede pela Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das Companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação que vise solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/2012 mencionadas acima, a controlada Rede Energia, na qualidade de acionista controladora direta das companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro/2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria Rede Energia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Rede Energia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a controlada Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa nº 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. em 08 de abril de 2014 a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que nesta data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A..

Recuperação Judicial

Em 26 de novembro de 2012, a controlada Rede Energia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Nessa mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S.A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge").

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da controlada Rede Energia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Rede Energia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da controlada Rede Energia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Rede Energia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013.

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (Chapter 15), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial está sendo estritamente cumprido.

De toda forma, atualmente ainda está pendente o julgamento de dois recursos apresentados por credores estrangeiros: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo.

1.2. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades JQM Participações S.A. ("JQM"), BBPM Participações S.A. ("BBPM"), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Rede Energia S.A. e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa comprometia-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

1.3. Plano de recuperação judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A Companhia já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, sendo tais recursos subsequentemente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento aos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

. Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*.

. Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes a Opção C será pago pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, com juros de 12,5% a.a., incidentes a partir da data de pagamento da cessão; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a formula ao crédito a título de multa após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

| Descrição | Rede Energia | Denerge | Tangará | CTCE | Total |
|---|--------------|-----------|-----------|----------|-----------|
| Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas | 1.743.157 | - | - | 573.349 | 2.316.506 |
| Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%)(2) | 429.200 | - | - | 65.792 | 494.992 |
| Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos | 456.182 | 712.520 | 102.410 | 97.754 | 1.368.866 |
| . Com juros de 1% | 456.182 | - | 102.410 | 97.754 | 656.346 |
| . Com juros de TR + 4% aa | - | 712.520 | - | - | 712.520 |
| Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil | - | - | - | 50 | 50 |
| Valores a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95% | - | - | - | 62.574 | 62.574 |
| | | | | | 0 |
| Passivo assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial | 885.382 | 712.520 | 102.410 | 226.170 | 1.926.482 |
| Atualização (1) | 82.065 | 38.436 | 17.884 | 28.669 | 167.054 |
| Ajuste a valor presente (1) e (3) | (406.583) | (500.353) | - | (87.097) | (994.033) |
| Descontos (1) | - | - | - | (59.444) | (59.444) |
| Liquidação/Cessão de Créditos (4) | (432.357) | (19.351) | (120.294) | (69.362) | (641.364) |
| Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores) | 128.507 | 231.252 | - | 38.936 | 398.695 |

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados diretamente no balanço de abertura.

(2) Pagamentos realizados pela Energisa S.A.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia cerca de R\$26.781 e pela Energisa R\$494.992. Em setembro de 2014, foi liquidada a dívida da controlada Tangará com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579.

Cessão de Créditos- Opção C

De acordo com o plano de recuperação judicial, os credores do Grupo Rede cederam seus direitos de crédito para a Energisa com um “desconto”, da ordem de 75% do valor da dívida. Os créditos cedidos, serão pagos pela Rede Energia e CTCE a Energisa nas seguintes condições: (i) 25% do montante total do crédito será pago em parcela única, em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano; (ii) o valor remanescente, correspondente a 75% do montante total do crédito, será pago ao fim de 22 anos, em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano.

A partir da assunção de controle do Grupo Rede pela Energisa, em 11 de abril de 2014, e conforme previsão no Plano de Recuperação Judicial e opção dos credores, foram concluídas as cessões de créditos detidos pelos credores contra as recuperandas para a Energisa, contra o pagamento de 25% do seu valor. Os créditos montam R\$494.992, dos quais R\$444.299 já foram liquidados. Estes valores foram registrados pela Energisa a valor justo, a débito de créditos com parte relacionadas contra outras contas a pagar no passivo circulante.

1.4. Consolidação das demonstrações financeiras

A Energisa a partir de 11 de abril de 2014 passou a incluir em suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras das empresas adquiridas J.Q.M.J. Participações S.A. (“JQMJ”), BBPM Participações S.A. (“BBPM”), Denerge Energisa S/A (“Denerge”), que possuem participações diretas na Rede Energia, que por sua vez detém o controle acionário das empresas distribuidoras de energia elétrica, EMT, EMS, ETO, CAIUÁ, CFLO, CNEE, EDEVP, EEB, além da Tangará Energia, CTCE, QMRA, Rede Power, Companhia Geral e Vacaria.

Aqueles investimentos, quando do fim da intervenção administrativa imposta pela Aneel e da alteração do controle acionário para a Energisa, foram mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), consequentemente, não possui informações para fins de comparação e somente a partir do 2º trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passarão a ser comparativas.

O saldo inicial das empresas adquiridas em 11 de abril de 2014 é conforme segue:

| | JQMJ consolidado Saldos em 11/04/2014 (*) |
|---|---|
| Ativo | |
| Ativo circulante | 1.764.450 |
| Ativo não circulante | 3.411.980 |
| Investimentos | 14.924 |
| Imobilizado | 182.440 |
| Intangível | 5.338.427 |
| Total do ativo não circulante | 8.947.771 |
| Total do ativo | 10.712.221 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | |
| Passivo circulante | 4.488.554 |
| Passivo não circulante | |
| . Impostos a recolher | 1.818.148 |
| . Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 566.797 |
| . Outros | 2.745.288 |
| Total do passivo não circulante | 5.130.233 |
| Participação de acionistas não controladores | 1.134.153 |
| Patrimônio Líquido | (40.719) |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 10.712.221 |

(*) Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis foram reconhecidos pelo valor justo como uma nova base de mensuração desses ativos e passivos. A Energisa realizou uma avaliação de alocação de preço de compra - PPA que representa a melhor estimativa de alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Controlada Rede Energia - Consolidação das demonstrações financeiras - empresas distribuidoras de energia elétrica

As demonstrações financeiras consolidadas da controlada Rede Energia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação, 11 de abril de 2014, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R).

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais da Rede Energia, foi considerado a Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo, nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controladas. Sendo assim as demonstrações financeiras individuais (controladora) da Rede Energia refletem ativos e passivos das subsidiárias, mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), consequentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais da controlada e consolidado possuem o mesmo valor.

Segue os saldos conciliados das demonstrações financeiras das controladas da Rede Energia distribuidoras de energia elétrica em 11 de abril de 2014.

a) Ativos e passivos:

| | ETO | EMT | EMS | Empresas Sul Sudeste (*) | Total |
|---|------------------|------------------|------------------|--------------------------|-------------------|
| Ativo | | | | | |
| Ativo circulante | 179.413 | 622.468 | 494.531 | 347.572 | 1.643.984 |
| Ativo não circulante | 899.318 | 1.436.256 | 644.296 | 1.032.663 | 4.012.533 |
| . Investimentos | - | 6.393 | 687 | 558 | 7638 |
| . Intangível | 505.432 | 2.629.507 | 1.760.216 | 183.271 | 5.078.426 |
| Total do ativo não circulante | 1.404.750 | 4.072.156 | 2.405.199 | 1.216.492 | 9.098.597 |
| Total do ativo | 1.584.163 | 4.694.624 | 2.899.730 | 1.564.064 | 10.742.581 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | | | | | |
| Passivo circulante | 469.789 | 1.784.513 | 610.582 | 901.948 | 3.766.832 |
| Passivo não circulante | 480.782 | 1.502.746 | 1.048.719 | 417.195 | 3.519.442 |
| . Impostos a recolher | 179.121 | 363.036 | 324.616 | 77.677 | 944.450 |
| . Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 81.362 | 249.084 | 191.213 | 40.206 | 561.865 |
| . Outros | 220.299 | 890.626 | 532.890 | 369.312 | 2.013.127 |
| Total do passivo não circulante | 480.782 | 1.502.746 | 1.048.719 | 487.195 | 3.519.442 |
| Patrimônio Líquido | 633.592 | 1.407.365 | 1.240.429 | 174.921 | 3.456.307 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 1.584.163 | 4.694.624 | 2.899.730 | 1.564.064 | 10.742.581 |

(*) Inclui as controladas EDEVP, EBB, CAIUÁ, CNEE e CFLO.

b) Informações dos resultados:

| Empresas | Ramo de atividade | Receita operacional de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014 | Resultado referente ao período de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014 |
|--|-------------------------|---|--|
| | | RS Mil | RS Mil |
| Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica (*): | | | |
| Caiua Distribuição de Energia S.A. | Distribuição de energia | 265.544 | 9.863 |
| Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. | Distribuição de energia | 2.108.155 | 32.542 |
| Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins | Distribuição de energia | 596.588 | 13.229 |
| Companhia Força e Luz do Oeste | Distribuição de energia | 67.689 | (2.874) |
| Companhia Nacional de Energia Elétrica | Distribuição de energia | 139.819 | 12.842 |
| Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A | Distribuição de energia | 209.793 | 3.255 |
| Empresa Elétrica Bragantina S.A. | Distribuição de energia | 182.114 | 469 |
| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. | Distribuição de energia | 1.317.857 | 67.508 |

(*) Os resultados das controladas foram apurados a partir de 11 de abril de 2014, data em que se iniciou a consolidação das Companhias.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2014.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamento e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas estão apresentadas abaixo:

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões (BD e PS), prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 35.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB -International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;
- IAS 27/CPC 35 - alteração na norma para a inclusão da opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, "join ventures" e associadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração do IAS 27 tem adoção obrigatória para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. Para refletir tais alterações efetuadas pelo IASB, os pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, foram revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e esta revisão aprovada pela CVM em dezembro de 2014. Cabe ressaltar que tais alterações nos referidos pronunciamentos contábeis não produziram nenhum efeito nas demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, considerando que no Brasil essa prática já era utilizada por determinação da legislação societária vigente.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)

- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida."

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 35.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativos regulatórios, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivos regulatórios e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

- c. Clientes, consumidores e concessionárias - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, as controladas distribuidoras de energia elétrica, desde o exercício de 2013 registraram como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- g. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de

receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11.

- h. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Combinação de negócios - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (goodwill) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração. (vide nota explicativa nº 19.3);
- j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

- k. Arrendamento mercantil - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

- l. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997, Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Empresas adquiridas em 11 de abril de 2014: EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027, ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020 e as empresas CAIUA, CNEE, EBB, CFLO e EDEVP com vencimento para 07 de julho de 2015 (iii) goodwill: pagos na aquisição dos projetos de biomassa, estão sendo amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação dos empreendimentos; (vide nota explicativa nº 19.3);
- m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- n. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- p. Derivativos - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 35;
- q. Imposto de renda e contribuição social - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de

atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos da lei e farão a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera apurar impactos relevantes.

- r. Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas na região Nordeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15);
- s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- v. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos;
- w. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;

- x. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- y. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.
- z. Ativos disponíveis para venda - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos disponíveis para venda para o ativos e passivos circulantes e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas:

| | Ramo de atividade | 2014 | 2013 |
|--|---|-------|------|
| Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3) | Distribuição de energia | 100 | 100 |
| Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO) | Distribuição de energia | 100 | 100 |
| Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3) | Distribuição de energia | 100 | 100 |
| Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3) | Distribuição de energia | 100 | 100 |
| Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF) | Distribuição de energia | 100 | 100 |
| Energisa Soluções S/A (ESO) (5) | Serviços de geração e distribuição de energia | 100 | 100 |
| Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER) | Inspeção termográfica aérea | 100 | 100 |
| Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA) | Corretagem de seguros | 100 | 100 |
| Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM) | Comercialização de energia | 100 | 100 |
| Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR) | Geração hidráulica de energia | 100 | 100 |
| Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A | Geração hidráulica de energia | 100 | 100 |
| SPE Cristina Energia S/A | Geração hidráulica de energia | 100 | 100 |
| Parque Eólico Sobradinho Ltda (1) | Geração eólica de energia | 100 | 100 |
| Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2) | Holding em geração eólica de energia | 100 | 100 |
| Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM) | Geração de energia elétrica | 100 | 100 |
| Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4) | Holding em geração de energia elétrica | | |
| Energisa Geração Central Solar Coremas | -biomassa de cana de açúcar | 100 | 100 |
| FIM Zona da Mata | Geração solar de energia | 100 | - |
| Caixa FI Energisa | Fundo de Investimento exclusivo | 100 | 100 |
| JQMJ Participações S/A | Fundo de Investimento exclusivo | 100 | 100 |
| | Holding | 99,95 | - |

- (1) Em fase pré-operacional.
- (2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A.
- (3) Companhias Abertas.
- (4) A controlada adquiriu os 15% de participação dos sócios minoritários, em 29/09/2014, passando a deter a totalidade das ações das empresas Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A, ambas operativas. A controlada também possui 100% do capital social da Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A que encontram-se em fase de construção - todas dedicadas à geração de energia elétrica movidas a biomassa de bagaço de cana de açúcar.
- (5) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

| | 2014 | | | | |
|---|------------------|------------|-----------------|------------------|------------------|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | Serviços | Total |
| Receitas Externas | 7.883.712 | 317 | 363.023 | 32.507 | 8.279.559 |
| Receitas Intersegmentos | 7.021 | - | - | 108.935 | 115.956 |
| Total | 7.890.733 | 317 | 363.023 | 141.442 | 8.395.515 |
| Receitas Financeiras | 437.404 | 18 | 35.180 | 379.223 | 851.825 |
| Despesas Financeiras | (866.052) | (11) | (4.125) | (617.563) | (1.487.751) |
| Total | (428.648) | 7 | 31.055 | (238.340) | (635.926) |
| Depreciação e amortização | 562.153 | 32 | 40 | 29.132 | 591.357 |
| Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social | 536.999 | (1.259) | 42.360 | (250.630) | 327.470 |

| | 2013 | | | | |
|---|------------------|---------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | Serviços | Total |
| Receitas Externas | 2.551.318 | 2.791 | 205.572 | 45.267 | 2.804.948 |
| Receitas Intersegmentos | 5.307 | 42.835 | 6.302 | 91.675 | 146.119 |
| Total | 2.556.625 | 45.626 | 211.874 | 136.942 | 2.951.067 |
| Receitas Financeiras | 135.851 | 2 | 1.185 | 47.827 | 184.865 |
| Despesas Financeiras | (268.023) | (2) | (2.320) | (113.627) | (383.972) |
| Total | (132.172) | - | (1.135) | (65.800) | (199.107) |
| Depreciação e amortização | 119.034 | 30 | 31 | 22.396 | 141.491 |
| Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social | 260.413 | (1.424) | 11.013 | (57.071) | 212.931 |

| | Distribuição | Geração | Comercialização | Serviços | 2014 | 2013 |
|---|-------------------|--------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|
| Ativos dos segmentos divulgáveis | 15.733.780 | 1.983 | 199.580 | 2.681.716 | 18.617.059 | 5.727.460 |
| Ativo circulante | 5.048.360 | 290 | 92.258 | 2.241.080 | 7.381.988 | 1.464.051 |
| Ativo não circulante | 10.685.420 | 1.693 | 107.322 | 440.636 | 11.235.071 | 4.263.409 |
| Passivos dos segmentos divulgáveis | 10.071.735 | 342 | 357.876 | 5.188.246 | 15.617.199 | 3.900.944 |
| Passivo circulante | 3.461.973 | 338 | 53.556 | 2.606.125 | 6.121.992 | 1.290.874 |
| Passivo não circulante | 6.609.762 | 4 | 304.320 | 2.582.121 | 9.496.207 | 2.610.070 |

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

| | 2014 | 2013 |
|--|--------------------|------------------|
| Receita líquida total de segmentos divulgáveis | 8.395.515 | 2.951.067 |
| Eliminação de receitas intersegmentos | (115.956) | (146.119) |
| Receita líquida consolidada | 8.279.559 | 2.804.948 |
| Depreciação e amortização | | |
| Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis | 591.357 | 141.491 |
| Depreciação e amortização consolidada | 591.357 | 141.491 |
| Receita financeira | | |
| Receita financeira total de segmentos divulgáveis | 851.825 | 184.865 |
| Eliminação de receitas intersegmentos | (359.349) | (20.632) |
| Receita financeira consolidada | 492.476 | 164.233 |
| Despesa financeira | | |
| Despesa financeira total de segmentos divulgáveis | (1.487.751) | (383.972) |
| Eliminação de receitas intersegmentos | 359.349 | 20.632 |
| Despesa financeira consolidada | (1.128.402) | (363.340) |
| Lucros | | |
| Total de lucros dos segmentos reportáveis | 327.470 | 212.931 |
| Lucro antes dos impostos | 327.470 | 212.931 |

| | 2014 | 2013 |
|---|-------------------|------------------|
| Ativo | | |
| Ativo total dos segmentos reportáveis | 18.617.059 | 5.727.460 |
| Outros valores não alocados | (15.417) | (200.480) |
| Total Ativo consolidado | 18.601.642 | 5.526.980 |
| Passivo | | |
| Passivo total dos segmentos divulgáveis | 15.617.199 | 3.900.944 |
| Outros valores não alocados | (15.417) | (200.480) |
| Total passivo consolidado | 15.602.782 | 3.700.464 |

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalentes de caixa

| a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------------|---------------|--------------|--------|-------------|---------|
| Instituição financeira | Tipo | Vencimento (1) | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
| | | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Bradesco | CDB Automático | 30/12/2015 | 20,0% do CDI | - | - | 4.961 | - |
| CEF | CDB | 30/11/2017 a 22/08/2019 | 100,5% do CDI | 38.503 | 66.464 | 175.878 | 160.731 |
| CEF | Compromissada | 29/12/2017 a 03/07/2019 | 101,5% do CDI | 10.585 | - | 128.952 | - |
| CEF FID | CDB | 30/11/2017 | 103,2% do CDI | - | - | 1.038 | 705 |
| Itaú | CDB | 31/12/2015 | 20% do CDI | - | - | - | - |
| Itaú | CDB Automático | 30/12/2015 | 20,0% do CDI | - | - | 7.044 | - |
| Santander | Debêntures (2) | 21/11/2016 a 12/12/2016 | 103,2% do CDI | 52 | 8.120 | 112.802 | 38.885 |
| | | | | 49.140 | 74.584 | 430.675 | 200.321 |
| Caixas e bancos | | | | 1.109 | 523 | 145.397 | 51.864 |
| Total caixa e equivalência de caixa | | | | 50.249 | 75.107 | 576.072 | 252.185 |

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

| b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------|--------|-------------|---------|
| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
| | | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| ABC Brasil | CDB | 13/01/2015 | 105,0% do CDI | - | - | 5 | 4 |
| Banco do Brasil | CDB | 08/11/2017 a 09/08/19 | 95,0% a 100% % do CDI | - | - | 25.005 | - |
| Banrisul | Fundo de Investimento | - | 100% do CDI | - | - | 51 | 2.911 |
| BB Amplo | Fundo de Investimento | - | 100% do CDI | 28 | 25 | 136.797 | 25 |
| BES | CDB | 01/10/2015 | 100,0% do CDI | - | - | 47 | 127 |
| BICBanco | CDB | 24/08/2015 | 98,0% do CDI | 20 | 18 | 88 | 79 |
| BMG | CDB | 19/01/2015 | 113,0% do CDI | - | - | 11 | 10 |
| Bradesco | CDB | 23/03/2015 a 20/03/2017 | 70,0% a 95,0% do CDI | - | - | 2.043 | 129 |
| Bradesco | Debêntures | 23/03/2015 a 20/03/2017 | 75,0% a 95,0% do CDI | - | - | - | - |
| Bradesco | Fundo de Investimento | - | 100% do CDI | - | - | 36.544 | - |
| BTG Pactual | CDB | 14/12/2015 | 97,5% do CDI | 20 | 19 | 115 | 107 |
| BVA | CDB | 05/11/2015 | 70% a 103,2% do CDI | - | - | 4 | - |
| CEF FI Energisa (4) | LFT | 1/03/2018 | SELIC | - | - | - | - |
| CEF | CDB | 4/09/2019 | 100,5% do CDI | - | - | 16.936 | - |
| CEF | Deposito caução c/c | - | - | - | - | 10 | - |
| CEF FI Energisa (4) | LFT/NTN/Dentures DPGE/LF/CDB | 27/04/2015 a 15/05/2045 | SELIC/IPCA/CDI | - | 45.541 | 97.931 | 110.567 |
| CEF | Poupança | - | Poupança | - | - | 146 | 162 |

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------------------------|-------------------------|------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Bradesco | poupança | - | poupança | - | - | 108 | - |
| FIM Zona da Mata (4) | CDB | 28/01/2015 a 31/07/2019 | 100,5% a 115%,0 do CDI | - | 15.826 | 63.283 | 39.619 |
| FIM Zona da Mata (4) | Debêntures | 15/07/2019 | IPCA + 9,23% | - | 7.397 | 13.381 | 18.518 |
| FIM Zona da Mata (4) | Compromissada | 24/08/2015a 14/11/2016 | 100,5% a 103,2% do CDI | - | 18.253 | 158.047 | 45.696 |
| FIM Zona da Mata (4) | DPGE | 10/07/2015 a 21/12/2015 | 107,5% a 113% do CDI | - | 10.754 | 46.529 | 26.922 |
| FIM Zona da Mata (4) | LF | 04/05/2015 a 24/05/2021 | 105,5% a 114,0% do CDI | - | 549 | 64.451 | 1.373 |
| FIM Zona da Mata (4) | CCB | 24/02/2017 | CDI + 6,1677% | - | - | 26.785 | - |
| FIM Zona da Mata (4) | Nota Promissória | 26/01/2015 | CDI + 2,25% | - | - | 50.687 | - |
| FIM Zona da Mata (4) | Fundos de Renda Fixa | - | Benchmark CDI | - | 409 | 113.470 | 1.023 |
| FIM Zona da Mata (4) | LFT | 07/09/2015 a 01/03/2020 | SELIC | - | 1.074 | 25.098 | 2.689 |
| FIM Zona da Mata (4) | NTN | 15/08/2016 e 01/07/2017 | IPCA e IGPM | - | 3.893 | 2.542 | 9.745 |
| FIM Zona da Mata (4) | Fundos Multimercados | - | Benchmark CDI | - | 10.126 | - | 25.351 |
| FIM Zona da Mata (4) | Fundos de Credito | - | Fundos de Credito | - | - | 19.634 | - |
| HSBC | CDB | 19/01/2015 | 103,3% do CDI | - | - | 671 | 679 |
| HSBC | Fundo de Investimento | - | 100% do CDI | 18 | 17 | 18 | 17 |
| Itaú | CDB | 12/08/2015 | 98,0% do CDI | 5 | 8 | 2.009 | 63.864 |
| Itaú | Debêntures | 23/05/2016 a 30/09/2016 | 75,0% a 101,0% do CDI | - | - | 500 | 1.259 |
| Itaú | Debêntures | 02/10/2015 a 02/06/2016 | 75,0% a 101,2% do CDI | - | - | - | - |
| Itaú | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | - | - | 1.999 | 1.886 |
| Itaú | Fundo de investimento em direito | 29/12/2020 | 100% do CDI | - | - | 38.479 | - |
| Itaú Corp Plus | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | - | - | 51 | - |
| Itaú TOP DI | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | - | - | 2.801 | 1.343 |
| Modal | CCB | 29/04/2016 | IPCA + 2%a.m | - | - | 37.484 | - |
| CEF | CDB | 18/01/2018 | 100,0% do CDI | - | - | 550 | - |
| Nordeste | CDB | 28/07/2017 | 90,0% do CDI | - | - | 42.312 | 51.668 |
| Pine | CDB | 11/06/2015 | 100,0% do CDI | - | - | 244 | 220 |
| Safra | CDB Automático | 31/12/2015 | 10,00% do CDI | - | - | 8 | - |
| Safra | Debentures | 16/04/2016 a 20/04/2022 | 100,0% do CDI | 11 | - | 65 | 12 |
| Safra | CDB | 24/02/2015 a 27/03/2015 | 101,00% do CDI | - | - | 17 | - |
| Safra | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | - | 16.260 | - | 42.810 |
| Santander | CDB | 30/12/2016 | 100,5% do CDI | - | - | - | - |
| Santander | CDB | 29/12/2015 | 100,5% do CDI | - | - | 998 | 46 |
| Vinci | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | - | 15.914 | - | 15.915 |
| Citibank | Fundo de Investimento | 15/01/2025 | 100,0% do CDI | - | - | 8.286 | - |

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|------|------------|--------------|--------------|----------------|------------------|----------------|
| | | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Votorantim | CDB | 24/04/2015 | 98,0% do CDI | - | - | 13 | 4 |
| | | | | 102 | 146.083 | 1.036.253 | 464.780 |

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------------|-------------------------|---------------|--------------|----------------|------------------|----------------|
| | | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Citibank | Fundo de Investimento | 15/01/2025 | 100% do CDI | - | - | - | 14.538 |
| Itaú | Fundo de Investimento | 29/12/2020 | 100,0% do CDI | - | - | 6.361 | 6.061 |
| Mercantil | DPGE | 15/04/2014 a 26/06/2015 | 112,0% do CDI | 5.944 | 16.219 | 5.943 | 41.267 |
| | | | | 5.944 | 16.219 | 12.304 | 61.866 |
| Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3) | | | | 6.046 | 162.302 | 1.048.557 | 526.646 |
| Circulante | | | | 6.046 | 146.083 | 998.535 | 423.577 |
| Não circulante | | | | - | 16.219 | 50.022 | 103.069 |

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes, consumidores e concessionárias

| Classes de Consumo | Controladora (1) | | Consolidado | | | | | | | | |
|---|------------------|-------|----------------------|-------------|--------------|---------------|----------------|---------------------|-----------|----------|--|
| | 2014 | 2013 | Saldos Vincendos (2) | Vencidos | | | | | Total | | |
| | | | | Até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 2014 | 2013 | |
| Residencial | - | - | 172.428 | 133.362 | 28.018 | 10.349 | 5.256 | 13.160 | 362.573 | 82.054 | |
| Industrial | - | - | 115.476 | 20.062 | 2.823 | 2.685 | 1.652 | 22.009 | 164.707 | 49.991 | |
| Comercial | - | - | 133.660 | 39.241 | 7.061 | 4.217 | 4.073 | 14.776 | 203.028 | 51.945 | |
| Rural | - | - | 38.998 | 14.338 | 5.056 | 2.230 | 1.044 | 1.878 | 63.544 | 9.980 | |
| Poder público: | | | | | | | | | | | |
| Federal | - | - | 10.968 | 3.783 | 988 | 55 | 70 | 78 | 15.942 | 4.426 | |
| Estadual | - | - | 17.986 | 4.106 | 1.199 | 99 | 51 | 48 | 23.489 | 5.496 | |
| Municipal | - | - | 17.123 | 5.109 | 1.459 | 432 | 91 | 10.312 | 34.526 | 6.917 | |
| Iluminação pública | - | - | 18.273 | 3.048 | 669 | 89 | 53 | 15.597 | 37.729 | 12.686 | |
| Serviço público | - | - | 24.864 | 2.429 | 1.722 | 2.365 | 3.954 | 76.671 | 112.005 | 28.723 | |
| Parcelamento de Energia - Faturas Novadas | - | - | 115.366 | 4.887 | 4.316 | 2.752 | 12.267 | 109.246 | 248.834 | - | |
| (-) Ajuste valor Presente (4) | - | - | (11.223) | - | - | - | - | - | (11.223) | - | |
| Subtotal -clientes | - | - | 653.919 | 230.365 | 53.311 | 25.273 | 28.511 | 263.775 | 1.255.154 | 252.218 | |
| Concessionárias (3) | - | - | 70.161 | - | - | - | - | 18.004 | 88.165 | 25.592 | |
| Fornecimento não faturado | - | - | 372.174 | - | - | - | - | - | 372.174 | 82.382 | |
| Venda energia | | | | | | | | | | | |
| Consumidores livres | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 37.295 | |
| Outros | 5.158 | 4.812 | 134.659 | 6.094 | 2.868 | 1.076 | 3.123 | 37.654 | 185.474 | 32.728 | |
| Redução do uso do sistema de distribuição (5) | - | - | 12.201 | - | - | - | - | - | 12.201 | - | |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (26.782) | (732) | (11.772) | (14.621) | (18.427) | (298.849) | (371.183) | (23.041) | |
| Total | 5.158 | 4.812 | 1.216.332 | 235.727 | 44.407 | 11.728 | 13.207 | 20.584 | 1.541.985 | 407.174 | |
| Circulante | 5.128 | 4.812 | | | | | | | 1.403.552 | 391.055 | |
| Não Circulante | - | - | | | | | | | 138.433 | 16.119 | |

- (1) Referem-se a serviços administrativos prestados às controladas, suportados por contratos aprovados pela ANEEL (vide nota explicativa nº 13).
- (2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$81.512 (R\$20.612 em 2013). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, no montante de R\$107.462 (R\$25.444 em 2013), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

| | Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 |
| Composição dos créditos da CCEE | | |
| Saldo a vencer | 63.508 | 1.921 |
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a) | 15.236 | 13.562 |
| Créditos vencidos (b) | 2.768 | 5.129 |
| | 81.512 | 20.612 |
| (-) Aquisição de energia na CCEE | (96.312) | (18.002) |
| (-) Encargos de serviços do sistema | (11.150) | (7.442) |
| | (25.950) | (4.832) |

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (b) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- (4) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante, no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores por meio de “Termos de Confissão de Dívida”, que na sua grande maioria são atualizadas com base na variação do IGPM.

Correspondem a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisatório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está no 4º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá. A Companhia possui provisão para perdas para os títulos dos precatórios de R\$28.000, contabilizados quando da aquisição do controle acionário, ocorrido em 11 de abril de 2014.

A controlada EMS também possui precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001, cedidos pelos municípios entre os anos de 2005 e 2006, para quitar faturas de energia elétrica, pendentes de pagamento. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório.

Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos podem ser assim demonstrados:

| | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|
| | 2014 | 2013 |
| Títulos de créditos a receber | 203.262 | 130.057 |
| Ajuste a valor presente | (22.632) | (14.532) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | (72.087) | (34.109) |
| | 108.543 | 81.416 |
| Circulante | 65.070 | 43.694 |
| Não circulante | 43.473 | 37.722 |

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos títulos de créditos são:

| | Consolidado |
|------------------|----------------|
| Títulos vencidos | 72.087 |
| 2015 | 65.070 |
| 2016 | 11.836 |
| 2017 | 9.039 |
| 2018 | 2.061 |
| 2019 | 1.362 |
| 2020 em diante | 19.175 |
| Total | 180.630 |

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consolidado

| Movimentação das provisões | 2014 | 2013 |
|--|----------------|---------------|
| Saldo - inicial - circulante - 2013 e 2012 | 57.150 | 52.300 |
| Saldo adquiridos em 11 de abril de 2014 | 429.433 | - |
| Provisões constituídas no exercício | 13.576 | 16.280 |
| Reversão de provisões no exercício | (56.889) | (11.430) |
| Saldo - final - circulante - 2014 e 2013 | 443.270 | 57.150 |
| Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias | 371.183 | 23.041 |
| Títulos de créditos a receber | 72.087 | 34.109 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

| Distribuidoras | Resolução Homologatória | Efeito médio para o consumidor (%) | Vigência (início) |
|----------------|--------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| EMG | Resolução 1.737, de 10/06/2014 | 5,31% | 18/06/2014 |
| ENF | Resolução 1.738, de 10/06/2014 | 12,56% | 18/06/2014 |
| EPB | Resolução 1.785, de 26/08/2014 | 21,81% | 28/08/2014 |
| EBO | Resolução 1.854, de 03/02/2015 | 39,55% | 04/02/2015 |
| ESE | Resolução 1.712, de 15/04/2014 | 11,85% | 22/04/2014 |
| EMT | Resolução 1.704, de 07/04/2014 | 11,89% | 08/04/2014 |
| ETO | Resolução 1.760, de 03/07/2014 | 10,84% | 04/07/2014 |
| EMS | Resolução 1.725, de 06/05/2014 | 11,20% | 08/04/2014 |
| CNEE | Resolução 1.727, de 06/05/2014 | 16,86% | 10/05/2014 |
| CAIUÁ | Resolução 1.728, de 06/05/2014 | 14,15% | 10/05/2014 |
| EDEVP | Resolução 1.726, de 06/05/2014 | 19,66% | 10/05/2014 |
| EEB | Resolução 1.729, de 06/05/2014 | 14,78% | 10/05/2014 |
| CFLO | Resolução 1.765, de 22/07/2014 | 31,96% | 29/06/2014 |

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A

concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

| Distribuidoras | Ato ANEEL | Efeito médio para o consumidor (%) | Vigência (início) |
|----------------|--------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| EBO | Resolução 1.483, de 29/01/2013 | 6,18% | 04/02/2013 |
| ESE | Resolução 1.513, de 16/04/2013 | 4,08% | 22/04/2013 |
| EMG | Resolução 1.293, de 05/06/2012 | 1,20% | 18/06/2012 |
| ENF | Resolução 1.292, de 05/06/2012 | -4,82% | 18/06/2012 |
| EPB | Resolução 1.592, de 27/08/2013 | -3,02% | 28/08/2013 |
| CAIUÁ | Resolução 1.288, de 08/05/2012 | 7,60% | 10/05/2012 |
| EEB | Resolução 1.289, de 08/05/2012 | 0,74% | 10/05/2012 |
| CNEE | Resolução 1.286, de 08/05/2012 | 2,96% | 10/05/2012 |
| EDEVP | Resolução 1.287, de 08/05/2012 | -2,72% | 10/05/2012 |
| CFLO | Resolução 1.314, de 26/06/2012 | 7,97% | 29/06/2012 |
| ETO | Resolução 1.320, de 03/07/2012 | -1,61% | 04/07/2012 |
| EMT | Resolução 1.506, de 05/04/2013 | -0,04% | 08/04/2013 |
| EMS | Resolução 1.505, de 05/04/2013 | -3,17% | 08/04/2013 |

11 Ativos e passivos regulatórios - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores, são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

| Ativos regulatórios - Consolidado | 2014 |
|---|------------------|
| Itens da Parcela A (i) | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 838.299 |
| Transporte de Energia Elétrica Rede Básica | 81.532 |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | 9.636 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 6.412 |
| Conta Consumo de Combustível - CCC | 2.613 |
| Componentes financeiros | |
| Sobrecontratação de energia (ii) | 52.606 |
| Itens financeiros | 11.438 |
| Outros | 6.265 |
| Total Ativo Regulatório | 1.008.801 |
| Circulante | 439.948 |
| Não Circulante | 568.853 |
| Passivos regulatórios - Consolidado | 2014 |
| Parcela A | |
| Encargo de serviços de sistema - ESS (c) | 316.088 |
| Diferimento da parcela A | 3.074 |
| Componentes financeiros | |
| Sobrecontratação | 291.278 |
| Itens Financeiros | |
| Recuperação dos 3% sobre contratação de E.E | 18.598 |
| Outros | 25.942 |
| Total Passivo Regulatório | 654.980 |
| Circulante | 214.641 |
| Não Circulante | 440.339 |
| Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios | 353.821 |
| Efeito na demonstração do resultado - Consolidado | 2014 |
| Receita Operacional | 355.543 |
| Outras Despesas Financeiras | (1.722) |
| Total Resultado | 353.821 |

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

12 Outros créditos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Baixa renda (1) | - | - | 58.158 | 24.630 |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D | - | - | 86.098 | 25.150 |
| Ordens de serviço em curso - outros | - | - | 18.454 | 5.017 |
| Ordens de desativação em curso | - | - | 7.170 | - |
| Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR | - | 2.758 | 2.450 | 2.840 |
| Adiantamentos | 1.005 | 2.088 | 23.194 | 9.160 |
| Subvenção CDE - desconto tarifário (2) | - | - | 238.849 | 15.720 |
| Banco Daycoval (3) | - | - | 176.791 | - |
| Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3) | - | - | (176.791) | - |
| Outros créditos a receber -CELPA - em 'Recuperação Judicial" (4) | - | - | 57.883 | - |
| (-) Ajuste a valor presente - CELPA (4) | - | - | (26.027) | - |
| ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5) | - | - | 11.246 | - |
| Sub rogação do CCC (6) | - | - | 42.857 | - |
| Créditos a receber - Restituição encargos setoriais | - | - | - | 1.714 |
| Aquisição de combustível p/ conta CCC | - | - | 12.663 | - |
| Padrão de baixa renda | - | - | 4.969 | - |
| Plano de Universalização | - | - | 4.597 | - |
| Adiantamento fundo de pensão | - | - | 8.704 | - |
| Crédito a receber Banco Pine | - | - | 1.663 | - |
| Contas a receber empresas disponíveis para venda | - | - | 159.995 | - |
| Outros | 2.098 | 260 | 3.204 | 28.398 |
| Total | 3.103 | 5.106 | 716.127 | 112.629 |
| Circulante | 3.079 | 5.082 | 532.178 | 107.712 |
| Não circulante | 24 | 24 | 183.949 | 4.917 |

(1) Baixa renda - consolidado

| | EMG | ENF | ESE | EPB | EBO | EMT | ETO | EMS | Empresas Sul Sudeste | Total |
|---------------------------------|--------------|------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|---------------|
| SalDOS -2013 | 3.398 | 275 | 6.399 | 13.053 | 1.505 | - | - | - | - | 24.630 |
| SalDOS adquiridos em 11/04/2014 | - | - | - | - | - | 5.734 | 3.242 | 5.537 | 2.942 | 17.455 |
| Subvenção baixa renda | 21.024 | 1.761 | 42.755 | 84.457 | 9.012 | 29.218 | 17.024 | 28.087 | 9.676 | 243.014 |
| Ressarcimento Eletrobrás | (20.889) | (1.569) | (41.246) | (73.936) | (9.013) | (28.409) | (16.221) | (27.223) | (8.435) | (226.941) |
| SalDOS -2014 | <u>3.533</u> | <u>467</u> | <u>7.908</u> | <u>23.574</u> | <u>1.504</u> | <u>6.543</u> | <u>4.045</u> | <u>6.401</u> | <u>4.183</u> | <u>58.158</u> |

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE -Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

| | EMG | EPB | ESE | ENF | EBO | EMT | ETO | EMS | Empresas Sul Sudeste | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|------------|--------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|----------------|
| Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural | 80.955 | 83.844 | 54.813 | 1.889 | 5.778 | 299.196 | 61.408 | 11.608 | 95.818 | 695.309 |
| Ressarcimento pela Eletrobrás | (53.653) | (57.203) | (39.981) | (1.431) | (4.079) | (209.104) | (32.646) | (4.909) | (53.454) | (456.460) |
| SalDOS -2014 | <u>27.302</u> | <u>26.641</u> | <u>14.832</u> | <u>458</u> | <u>1.699</u> | <u>90.092</u> | <u>28.762</u> | <u>6.699</u> | <u>42.364</u> | <u>238.849</u> |

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos correspondem a subvenção incorrida nos meses de junho de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber da CDE nos próximos meses.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28/02/2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT,CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT,CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17/12/2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT,CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos Celpa

Crédito que as controladas indiretas EMT, CAIUÁ, ETO, CNEE, EEB e EDEVP têm a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os serão recebidos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$26.027.

(5) Créditos ICMS

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada indireta EMT de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no Estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013 e R\$8.069 em 2014, totalizando R\$32.041;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (82,1% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (50,06% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

| | 2014 | | 2013 | |
|---|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Clientes, consumidores e concessionárias (1) | 5.060 | | 4.712 | - |
| Mútuos (2): | | | | |
| . Dinâmica Direitos Creditórios S/A | 57.885 | - | - | - |
| . Energisa Serviços Aéreos S/A | 9.153 | - | 7.822 | - |
| . Energisa Comercializadora de Energia Ltda | 43.864 | - | 12.655 | - |
| . Energisa Geração Rio Grande S/A | - | - | 4.998 | - |
| . SPE Cristina Energia S/A | - | - | 3.309 | - |
| . Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A | - | - | - | 31.051 |
| . Rede Energia S/A | 7.560 | - | - | - |
| . Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A | 870 | - | - | - |
| . Caiuá Cargas | 2 | - | - | - |
| . Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A | - | 144.018 | - | - |
| . Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- RJ (*) | 76.221 | - | - | - |
| . Rede Energia S/A - RJ (*) | 486.632 | - | - | - |
| . Denerge Desenvolvimento Energético S/A | 78.161 | - | - | - |
| . BBPM Participações S/A | 380 | - | - | - |
| | 760.728 | 144.018 | 28.784 | 31.051 |
| Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (3): | | | | |
| . Energisa Geração Rio Grande S/A | - | - | 2.381 | - |
| . Energisa Geração Central Solar Coremas S/A | 881 | - | - | - |
| . Dinâmica Direitos Creditórios S/A | 9.752 | - | - | - |
| . Parque Eólico Sobradinho S/A | 2.208 | - | 1.550 | - |
| . Energisa Geração Usina Maurício S/A | - | - | 597 | - |
| . Energisa Bioeletricidade S/A | - | - | 34.900 | - |
| . Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A | - | - | 69.456 | - |
| . Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A | 9.861 | - | - | - |
| . Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A | 11 | - | - | - |
| . Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A | 11 | - | - | - |
| . Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A | 11 | - | - | - |
| . Energisa Geração Vista Alegre II S/A | 21 | - | - | - |
| . Energisa Geração Santa Cândida II S/A | 101 | - | - | - |
| . Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A | 11 | - | - | - |
| . Rede Energia S/A | 8.000 | - | - | - |
| | 30.868 | - | 108.884 | - |
| Total | 796.656 | 144.018 | 142.380 | 31.051 |

(*) Aquisição de créditos cedidos p/recuperação judicial.

Consolidado:

| | | |
|---------------------|------------------------|---------|
| | 2014 | |
| | | ETO |
| Estado de Tocantins | créditos a receber (1) | 106.328 |

(1) Créditos a receber

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A controlada encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso,

isso perfaz um montante de R\$88.045, em 31/12/2014, considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$18.283. Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

| Controladas | Serviços administrativos (1) | Comissão aval/Atualização mútuos (Receita financeira) (2) | Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias) |
|--------------|------------------------------|---|--|
| EMG | 11.302 | 4.552 | 870 |
| EPB | 22.963 | 6.635 | 1.805 |
| ESE | 13.950 | 7.443 | 1.097 |
| EBO | 6.127 | 409 | 482 |
| EGR | - | 542 | - |
| ECOM | 2.560 | 2.246 | 285 |
| ESOL | 1.650 | - | 126 |
| ENF | 5.020 | 828 | 395 |
| ESA | - | 837 | - |
| REN I | - | 11 | - |
| REN II | - | 28 | - |
| REN III | - | 41 | - |
| REN IV | - | 52 | - |
| EVSM | - | 62 | - |
| GRN | - | 21 | - |
| EBSC II | - | 92 | - |
| EBVA I | - | 1.969 | - |
| EBVA II | - | 2.260 | - |
| EMS | - | 79 | - |
| CTCE | - | 2.571 | - |
| Rede Energia | - | 34.145 | - |
| 2014 | 63.572 | 64.823 | 5.060 |
| 2013 | 59.607 | 20.632 | 4.712 |

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

(2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,81% a.a (CDI + 0,6% a.a em 2013), com vencimentos de até maio/2015. Inclui, também a comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de

garantias de contratos das controladas a razão de 1,5% a.a.

(3) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e fiscal foram de R\$478 (353 em 2013) e da Diretoria foi de R\$161 (R\$228 em 2013) na controladora e R\$5.553 (R\$4.751 em 2013) e R\$18.062 (R\$12.353 em 2013) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$89 (R\$11 2013) na controladora e R\$2.123 (R\$1.269 em 2013) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$105 (R\$43 em 2013) na controladora e R\$4.269 (R\$1.695 em 2013) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R\$15 e R\$1 na controladora e R\$126 e R\$2 no consolidado (R\$14 e R\$1 na controladora e R\$82 e R\$3 no consolidado em 2013), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 3 na controladora e R\$28 no consolidado (R\$3 na controladora e R\$38 no consolidado em 2013).

14 Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS | - | - | 170.575 | 60.685 |
| Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF | 9.646 | 829 | 21.736 | 6.399 |
| Imposto de Renda -IRPJ | 16.715 | 23.855 | 156.898 | 57.231 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro -CSSL | 1.319 | 607 | 41.672 | 7.217 |
| PIS e COFINS | 192 | 219 | 102.727 | 70.881 |
| Outros | 1 | 80 | 14.443 | 3.367 |
| | <u>27.873</u> | <u>25.590</u> | <u>508.051</u> | <u>205.780</u> |
| Circulante | 12.529 | 8.172 | 319.596 | 130.960 |
| Não circulante | 15.344 | 17.418 | 1188.455 | 74.820 |

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$147.815 (R\$359.036 em 2013), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|---------------|------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ativo | | | | |
| Prejuízos fiscais | 27.751 | 60.865 | 147.171 | 44.381 |
| Base negativa da contribuição social | 11.106 | 22.681 | 66.794 | 16.836 |
| Diferenças temporárias | 220.590 | 2.428 | 885.374 | 240.147 |
| Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM | (50.257) | (68.562) | (171.169) | (68.562) |
| Total - não circulante | 209.190 | 17.412 | 928.170 | 232.802 |
| Passivo | | | | |
| Diferenças Temporárias: | | | | |
| Imposto de Renda | - | - | 1.297.954 | 11.097 |
| Contribuição Social | - | - | 467.263 | 3.995 |
| Total -não circulante | - | - | 1.765.217 | 15.092 |

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

| | 2014 | | | |
|--|-----------------|----------------|------------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Base de cálculo | IRPJ + CSSL | Base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Ativo | | | | |
| Prejuízos fiscais | 111.002 | 27.751 | 588.685 | 147.171 |
| Base negativa da CSSL | 123.403 | 11.106 | 742.151 | 66.794 |
| Créditos fiscais - ágio (1) | - | - | 372.789 | 126.748 |
| Provisão ajuste atuarial | 1.765 | 600 | 188.720 | 64.165 |
| Provisões para riscos | 431 | 146 | 566.046 | 192.456 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD | 26 | 9 | 541.613 | 184.148 |
| Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras) | - | - | 227.693 | 77.416 |
| Variações cambiais passivas | 21.393 | 7.274 | 239.577 | 81.456 |
| Marcação a mercados - derivativos | 10.309 | 3.505 | (117.546) | (39.966) |
| Ajustes a valor presente | - | - | 131.200 | 44.608 |
| Ativos (Passivos) regulatórios (CVA's) | - | - | (65.107) | (22.136) |
| Outras adições temporárias | - | - | 11.410 | 3.879 |
| Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM | (147.815) | (50.257) | (847.807) | (171.169) |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações | - | - | (107.224) | (36.456) |
| Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2) | 614.871 | 209.056 | 614.871 | 209.056 |
| Totais ativo não circulante | 735.385 | 209.190 | 3.087.071 | 928.170 |

| | 2014 | | | |
|---|-----------------|-------------|--------------------|--------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Base de cálculo | IRPJ + CSSL | Base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Passivo | | | | |
| Ajustes a valor presente | - | - | (3.043.409) | (1.034.759) |
| Mais valia | - | - | (2.402.634) | (816.896) |
| Deságio sobre investimento EMS | - | - | (188.939) | (64.239) |
| Encargos sobre reservas de reavaliação | - | - | (275.157) | (93.553) |
| Outras exclusões temporárias | - | - | (26.015) | (8.846) |
| Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%) | - | - | 744.342 | 253.076 |
| Totais passivo não circulante | - | - | (5.191.812) | (1.765.217) |

| | 2013 | | | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Base de cálculo | IRPJ + CSSL | Base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Ativo | | | | |
| Prejuízos fiscais | 243.458 | 60.865 | 328.632 | 82.158 |
| Base negativa da CSLL | 252.008 | 22.681 | 346.707 | 31.204 |
| Créditos fiscais -ágio (1) | - | - | 250.676 | 85.230 |
| Provisão ajuste atuarial | 2.477 | 842 | 135.607 | 46.106 |
| Provisões para riscos | - | - | 68.607 | 23.326 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa -PCLD | - | - | 26.167 | 8.897 |
| Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras) | - | - | 51.857 | 17.631 |
| Variações cambiais passivas | 21.393 | 7.274 | 174.727 | 59.407 |
| Marcação a mercado -derivativo | (18.469) | (6.279) | (94.355) | (32.081) |
| Ajustes a valor presente | - | - | 14.532 | 4.941 |
| Ativos regulatórios (CVA´s) | - | - | 51.823 | 17.620 |
| Outras exclusões temporárias | 1.743 | 591 | 6.714 | 2.283 |
| Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM | (359.036) | (68.562) | (359.036) | (68.562) |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações: | - | - | (133.407) | (45.358) |
| Total -ativo não circulante | 143.574 | 17.412 | 869.251 | 232.802 |

- (1) Os créditos fiscais ágio no montante de R\$126.748 (R\$85.230 em 2013) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: ENF (15 anos), EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO) e nº 771, de 19 de dezembro de 2006 (ENF).
- (2) Os créditos fiscais constituídos no exercício de R\$209.190, refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre a Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada dos ativos de geração que se encontra em processo de conclusão, previsto para o final do 1º trimestre de 2015, data em que será realizado todo o crédito fiscal constituído.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

| Ano | Controladora | Consolidado |
|--------------|----------------|----------------|
| 2015 | 209.190 | 301.518 |
| 2016 | - | 97.875 |
| 2017 | - | 72.739 |
| 2018 | - | 62.068 |
| 2019 a 2024 | - | 393.970 |
| Total | 209.190 | 928.170 |

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|----------|-----------------|-----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Lucro antes dos impostos | 191.756 | 172.340 | 327.470 | 212.931 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social calculado às alíquotas fiscais combinadas | (65.197) | (58.596) | (111.340) | (72.397) |
| Ajustes: | | | | |
| Itens permanentes: | | | | |
| Equivalência patrimonial | 125.991 | 77.204 | - | 36 |
| Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) | - | - | (73.439) | - |
| Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*) | - | - | 52.758 | 48.817 |
| Créditos tributários - IR e CS não constituído no exercício | 27.197 | (18.608) | 70.721 | (18.608) |
| Exclusão receitas financeiras - Refis lei 12.996/14 | - | - | 39.973 | - |
| Efeitos Lei 11.638/2007 | - | - | (8.381) | - |
| Diferença pela apuração do imposto pelo regime do lucro presumido | - | - | - | 6.611 |
| Outros | - | - | 7.847 | (5.156) |
| Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social | 87.991 | - | (21.861) | (40.697) |
| Alíquota efetiva | - | - | 6,68% | 19,11% |

(*) As controladas ESE, EPB e EBO possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal, foram através ESE -Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB -Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013 e EBO - Laudo Constitutivo Sudene nº 0206/2012. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

As controladas ETO e EMT por estarem localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, obtiveram seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2014 foi aprovado pelo Ministério da Integração Social os pedidos de benefício fiscal reduzindo o imposto em 75% para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. Os deferimentos dos pedidos ocorreram através dos respectivos Laudos Constitutivos SUDAM nºs 113 e 114/2014. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$52.758 (R\$48.817 em 2013), sendo: R\$26.033 (R\$35.619 em 2013) na EPB, R\$962 (R\$1.825 em 2013) na EBO e R\$25.763 (R\$11.373 em 2013) na ESE. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para os optantes, cuja opção poderá ser exercida até 07/11/2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da lei, e fará a adoção ao novo regime a partir de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, no período foi registrado em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$31.527 (R\$29.567 em 2013).

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

| | EMG | EPB | ESE | ENF | EBO | Subtotal |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
| Ativo financeiro custo histórico - 2013 | 285.875 | 225.555 | 182.867 | 84.182 | 22.709 | 801.188 |
| Adições no período (*) | 40.875 | 45.523 | 41.062 | 7.053 | 8.486 | 142.999 |
| Baixas no período | (4.891) | (1.916) | (783) | (664) | (286) | (8.540) |
| Atualização contas a receber da concessão -VNR | 7.638 | 7.062 | 5.428 | 2.455 | 735 | 23.318 |
| Ativo financeiro custo corrigido - 2014 | 329.497 | 276.224 | 228.574 | 93.026 | 31.644 | 958.965 |
| Circulante | 329.497 | - | - | 93.026 | - | 422.523 |
| Não Circulante | - | 276.224 | 228.574 | - | 31.644 | 536.442 |

Controladas adquiridas em 11 de abril de 2014:

| | EMT | ETO | EMS | Empresas Sul Sudeste (**) | Subtotal | Consolidado (***) |
|---|----------------|----------------|----------------|---------------------------|------------------|-------------------|
| Saldos iniciais consolidados a partir de 11 de abril de 2014 | 784.316 | 390.908 | 277.391 | 458.722 | 1.911.337 | 2.712.525 |
| Adições no período (*) | 92.632 | 51.519 | 38.907 | (5.460) | 177.598 | 320.597 |
| Baixas no período | (2.283) | (17.445) | (642) | (11.686) | (32.056) | (40.596) |
| Atualização contas a receber da Concessão - VNR | 4.203 | 3.613 | 3.203 | (2.810) | 8.209 | 31.527 |
| Ativo financeiro Custo corrigido - 2014 | 878.868 | 428.595 | 318.859 | 438.766 | 2.065.088 | 3.024.053 |
| Circulante | - | - | - | 438.766 | 438.766 | 861.289 |
| Não Circulante | 878.868 | 428.595 | 318.859 | - | 1.626.322 | 2.162.764 |

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

(***)Das adições no montante de R\$320.597 foi transferido do intangível para o contas a receber da concessão R\$293.588, R\$ 15.996 referem-se à incorporação de redes e R\$ 11.013 de bifurcação.

17 Investimentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Participação em controladas | 2.928.562 | 2.092.397 | - | - |
| Outros | 10.051 | 10.051 | 36.410 | 18.443 |
| Total | 2.938.613 | 2.102.448 | 36.410 | 18.443 |

Participação em controladas:

| 2014 | | | | | | | | | |
|---|----------------|------------------------|-------|-----------|-----------|--------------------|------------------------|--|------------------|
| Informações sobre as controladas | | | | | | | | Informações sobre o investimento da controladora | |
| Controladas | Capital social | Nº ações/cotas detidas | % | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício | Equivalência Patrimonial | Investimentos |
| Energisa MG | 44.171 | 450.712 | 100 | 586.809 | 495.556 | 91.253 | 23.029 | 23.029 | 91.253 |
| Energisa SE | 357.136 | 195 | 100 | 1.381.279 | 995.406 | 385.873 | 102.178 | 102.298 | 385.873 |
| Energisa PB | 461.423 | 918 | 100 | 1.794.668 | 1.123.194 | 671.474 | 119.363 | 119.548 | 671.474 |
| Energisa BO | 64.577 | 293 | 100 | 227.474 | 135.524 | 91.950 | 2.574 | 2.574 | 91.950 |
| Energisa NF | 39.743 | 13 | 100 | 152.149 | 93.689 | 58.460 | 2.265 | 2.265 | 58.460 |
| Energisa Soluções | 39.000 | 29.635 | 100 | 72.625 | 26.300 | 46.325 | (1.145) | (1.145) | 46.325 |
| Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1) | 1.000 | 120 | 100 | 7.116 | 9.819 | (2.703) | (1.534) | (1.534) | - |
| Energisa Planejamento | 1.685 | 1.685 | 100 | 3.288 | 838 | 2.450 | 1.656 | 1.656 | 2.450 |
| Energisa Comercializadora | 1 | 1 | 100 | 96.825 | 91.834 | 4.991 | 6.823 | 6.823 | 4.991 |
| Alvorada Direitos Creditórios S.A | 251 | 200 | 50 | 339 | 66 | 273 | 20 | 10 | 137 |
| Dinâmica Direitos Creditórios | 7.570 | 500 | 50 | 69.164 | 58.948 | 10.216 | (7.265) | (3.633) | 9.983 |
| Energisa Geração Rio Grande | 133.179 | 68.249 | 100 | 264.935 | 125.258 | 139.677 | (193) | (193) | - |
| SPE Cristina S/A | 21.100 | 7.400 | 100 | 29.417 | 10.769 | 18.648 | (1.201) | (1.201) | - |
| Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin | 61.448 | 27.925 | 100 | 108.670 | 43.686 | 64.984 | 1.549 | 1.549 | - |
| Parque Eólico Sobradinho | 2.552 | 398 | 100 | 889 | 327 | 562 | (905) | (905) | 562 |
| Energisa Geração Usina Maurício | 15 | 1 | 100 | 776 | 8 | 768 | 253 | 253 | 768 |
| Energisa Bioeletricidade | 151.597 | 1 | 100 | 437.936 | 254.678 | 183.258 | 4.981 | 4.981 | - |
| Energisa Geração Centrais Eólicas RN | 167.468 | 63.500 | 100 | 665.263 | 475.717 | 189.546 | 12.308 | 13.621 | - |
| Energisa Geração Solar Coremas | 1 | 1 | 100 | 314 | 7 | 307 | (574) | (574) | 307 |
| Energisa Geração Vista Alegre | 1 | 1 | 100 | 22 | - | 22 | 1 | 1 | 22 |
| Energisa Geração Santa Cândida | 1 | 1 | 100 | 100 | - | 100 | (1) | (1) | 100 |
| BBPM Participações(2) | 437.621 | 177.741 | 89,57 | 422.947 | 8.604 | 414.343 | 23.300 | 37.016 | 371.127 |
| Denerge(2) | 545.985 | 251.934.725 | 49,28 | 1.536.006 | 570.459 | 965.547 | 56.498 | 27.259 | 475.821 |
| JQMJ Participações (2) | 175.898 | 71.270 | 99,95 | 148.268 | 242 | 148.026 | 8.520 | 20.407 | 148.193 |
| Rede Energia S.A. (2) | 2.245.787 | 256.409 | 14,95 | 3.601.396 | 1.426.983 | 2.174.413 | 146.775 | 17.233 | 333.179 |
| EMT(2) | - | 76 | 0,05 | 5.321.090 | 3.485.806 | 1.835.284 | 32.542 | - | 10.201 |
| Energisa Geração Eólica Boa Esperança | 1 | 1 | 100 | 1 | - | 1 | - | (10) | 1 |
| Energisa Geração Eólica Mandacaru | 1 | 1 | 100 | 1 | - | 1 | - | (10) | 1 |
| Energisa Geração Eólica Alecrim | 1 | 1 | 100 | 1 | - | 1 | - | (10) | 1 |
| Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim | 1 | 1 | 100 | 1 | - | 1 | - | (10) | 1 |
| Ágio pago na aquisição de controladas | | | | | | | - | - | 220.811 |
| Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda | | | | | | | | (731) | - |
| Total | | | | | | | | 370.566 | 2.928.562 |

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$2.703 (R\$ 1.171 em 2013) registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Sociedades adquiridas em 11 de abril de 2014.

| 2013 | | | | | | | | | |
|---|----------------|------------------------|-----|-----------|---------|--------------------|------------------------|--|------------------|
| Informações sobre as controladas | | | | | | | | Informações sobre o investimento da controladora | |
| Controladas | Capital social | Nº ações/cotas detidas | % | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício | Equivalência Patrimonial | Investimentos |
| Energisa MG | 44.171 | 450.712 | 100 | 526.662 | 462.767 | 63.895 | 27.516 | 27.516 | 63.895 |
| Energisa SE | 345.763 | 195 | 100 | 1.099.969 | 752.436 | 347.533 | 45.561 | 45.561 | 347.533 |
| Energisa PB | 425.805 | 918 | 100 | 1.540.985 | 942.899 | 598.086 | 133.944 | 133.944 | 598.086 |
| Energisa BO | 62.753 | 293 | 100 | 187.837 | 91.576 | 95.261 | 9.533 | 9.533 | 95.262 |
| Energisa NF | 39.743 | 13 | 100 | 141.155 | 80.495 | 60.660 | 6.867 | 6.867 | 60.660 |
| Energisa Soluções | 39.000 | 29.635 | 100 | 73.180 | 24.958 | 48.222 | (1.924) | (1.924) | 48.221 |
| Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção | 1.000 | 120 | 100 | 7.897 | 9.068 | (1.171) | (1.933) | (1.933) | - |
| Energisa Planejamento | 1.685 | 1.685 | 100 | 3.890 | 1.183 | 2.707 | 1.433 | 1.433 | 2.707 |
| Energisa Comercializadora | 1 | 1 | 100 | 45.505 | 40.047 | 5.458 | 7.286 | 7.286 | 5.459 |
| Alvorada Direitos Creditórios S.A | 251 | 200 | 50 | 296 | 43 | 253 | 3 | 2 | 127 |
| Dinâmica Direitos Creditórios | 7.570 | 500 | 50 | 7.856 | 126 | 7.730 | 211 | 105 | 3.865 |
| Energisa Geração Rio Grande | 130.797 | 68.249 | 100 | 268.823 | 128.886 | 139.937 | 3.756 | 3.756 | 139.937 |
| SPE Cristina S/A | 21.100 | 7.400 | 100 | 31.741 | 11.893 | 19.848 | (554) | (554) | 19.848 |
| Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A | 61.448 | 27.925 | 100 | 107.585 | 43.946 | 63.639 | 3.462 | 3.462 | 63.639 |
| Parque Eólico Sobradinho | 2.552 | 398 | 100 | 849 | 36 | 813 | (1.396) | (1.396) | 813 |
| Energisa Geração Usina Maurício | 15 | 1 | 100 | 683 | 26 | 657 | 74 | 74 | 657 |
| Energisa Bioeletricidade | 151.597 | 1 | 100 | 243.943 | 52.502 | 191.441 | 6.543 | 6.543 | 191.441 |
| Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A | 167.468 | 63.500 | 100 | 765.666 | 518.208 | 247.458 | 15.813 | 15.813 | 247.458 |
| Ágio pago na aquisição de controladas | | | | | | | | - | 202.789 |
| Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda | | | | | | | | (29.021) | - |
| Total | | | | | | | | 227.067 | 2.092.397 |

Movimentação dos investimentos:

| Controladas | 31/12/2013 | Investimentos adquiridos em 11/04/2014 | Subscrição/aquisição/adiantamento para futuro aumento de capital | Dividendos | Amortização | Resultado Abrangente | Equivalência patrimonial | 31/12/2014 |
|---|------------------|--|--|------------------|------------------|----------------------|--------------------------|------------------|
| Energisa MG | 63.895 | - | 9.861 | (5.757) | - | 225 | 23.029 | 91.253 |
| Energisa SE | 347.533 | - | - | (38.175) | - | (25.783) | 102.298 | 385.873 |
| Energisa PB | 598.086 | - | - | (42.975) | - | (3.185) | 119.548 | 671.474 |
| Energisa BO | 95.262 | - | - | (1.315) | - | - | 2.574 | 96.521 |
| Energisa NF | 60.660 | - | - | (4.711) | - | 246 | 2.265 | 58.460 |
| Energisa Soluções | 48.221 | - | - | (684) | - | (67) | (1.145) | 46.325 |
| Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1) | - | - | - | - | - | - | (1.534) | - |
| Energisa Planejamento | 2.707 | - | - | (1.951) | - | 38 | 1.656 | 2.450 |
| Energisa Comercializadora | 5.459 | - | - | (7.170) | - | (121) | 6.823 | 4.991 |
| Alvorada Direitos Creditórios S.A | 127 | - | - | - | - | - | 10 | 137 |
| Dinâmica Direitos Creditórios | 3.865 | - | 9.752 | - | - | (1) | (3.633) | 9.983 |
| Parq. Eólico Sobr. | 813 | - | 658 | - | - | (4) | (905) | 562 |
| Energisa Geração Usina Maurício | 657 | - | - | (142) | - | - | 253 | 768 |
| Energisa Geração Solar Coremas | - | - | 881 | - | - | - | (574) | 307 |
| Energisa Geração Vista Alegre | - | - | 21 | - | - | - | 1 | 22 |
| Energisa Geração Santa Cândida | - | - | 101 | - | - | - | (1) | 100 |
| BBPM Participações | - | (75.072) | 412.667 | - | - | (3.484) | 37.016 | 371.127 |
| Denerge | - | (53.462) | 506.829 | - | - | (4.805) | 27.259 | 475.821 |
| JQMJ Participações | - | (37.018) | 166.261 | - | - | (1.457) | 20.407 | 148.193 |
| Rede Energia S.A. | - | - | 315.016 | - | - | 930 | 17.233 | 333.179 |
| EMT | - | - | 10.201 | - | - | - | - | 10.201 |
| Energisa Geração Eólica Boa Esperança | - | - | 11 | - | - | - | (10) | 1 |
| Energisa Geração Eólica Mandacaru | - | - | 11 | - | - | - | (10) | 1 |
| Energisa Geração Eólica Alecrim | - | - | 11 | - | - | - | (10) | 1 |
| Energisa Geração Eólica Umbuzeiro-Muquim | - | - | 11 | - | - | - | (10) | 1 |
| Ágio pago na aquisição de controladas (2) | 202.789 | 165.552 | - | - | (147.530) | - | - | 220.811 |
| Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda | 662.323 | - | (102.304) | (3.311) | - | (391) | 18.026 | - |
| Total | 2.092.397 | - | 1.329.988 | (106.191) | (147.530) | (37.859) | 370.566 | 2.928.562 |

(*) Participação societária - combinação de negócios.

Efeitos da consolidação e da aquisição das empresas do Grupo Rede

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

A aquisição do Grupo Rede, ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ Participações S.A., 65,68% e do capital da BBPM Participações S.A., 20,11% do capital da Denerge Desenvolvimento Energético S.A., e 0,03% do capital da Rede Energia S/A, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

| | JQMJ | BBPM | Denerge | Rede Energia | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|------------------|---------------|
| Valor justo dos ativos adquiridos | 40.719 | 114.299 | 265.849 | | |
| % de participação | 90,91% | 65,68% | 20,11% | | |
| Valor da participação | 37.018 | 75.072 | 53.462 | | 165.552 |
| Valor pago pela aquisição | - | - | - | - | - |
| Ágio não alocado | 37.018 | 75.072 | 53.462 | - | 165.552 |
| Perdas (ganhos) de capital | (395) | 6.145 | 24.552 | (126.647) | (96.345) |
| Ágio não alocado após aportes de capital | <u>36.623</u> | <u>81.217</u> | <u>78.014</u> | <u>(126.647)</u> | <u>69.207</u> |

A contabilização da aquisição realizada em 11 de abril de 2014, foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R).

Ágio apurado na aquisição

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, em face de que até a data deste relatório o governo não emitiu declaração expressa sobre a renovação de concessões, já solicitadas pelas controladas, e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345.

O preço de aquisição do controle acionário foi definido com base no período da concessão das empresas distribuidoras e geradora de energia elétrica.

A Companhia utilizou para apuração do ágio um período de concessão, desta forma, o montante de R\$69.207 está sendo amortizado de acordo com os períodos das concessões das controladas que se encerram em: EMT e EMS (2027), ETO (2020) e Empresas Sul Sudeste (CNEE, EEB, EDEVP, CAIUÁ e CFLO) (JUN/2015).

No período foram amortizados R\$6.795, contabilizados na rubrica de depreciação e amortização, na demonstração de resultado.

Foi reclassificado R\$6.362 para a rubrica ativo disponível para venda, referente à parcela do ágio da controlada indireta Tangará.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia reconheceu o montante de R\$77.527, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios, tendo sido revertidos até 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$23.095.

Impacto da aquisição no resultado

Caso a combinação de negócios fosse efetivada em 1º de janeiro de 2014, a receita operacional líquida consolidada da Energisa proveniente das operações continuadas seria de R\$9.838.873 e o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014 seria de R\$210.920. (Não auditado pelo auditores independentes).

Apuração do valor justo

A controlada Rede Energia desde a intervenção determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), deixou de ter o controle das decisões econômicas e operacionais das controladas distribuidoras de energia elétrica, contudo, manteve preservadas o direito as suas respectivas participações acionárias.

Em atendimento ao item 20 do CPC 18 (R2) - Investimento em coligada e em controlada (Deliberação CVM nº 696 de 18/12/2012), em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica que se encontravam sob intervenção do Poder Concedente (conforme nota explicativa nº 1), a controlada Rede Energia reclassificou seus investimentos naquela data para a rubrica "Ativos financeiros - investimentos" classificados como disponíveis para venda.

Em razão do fim da intervenção nas concessionárias pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622 publicada em 10 de abril de 2014, a controlada Rede Energia passou a ter o controle das decisões econômicas e operacionais dessas controladas, e a partir de 11 de abril de 2014, passou a consolidar e divulgar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, por consequência, fundamentada em interpretações de seus avaliadores externos, a Rede Energia adotou o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos intangíveis das empresas detentoras de concessões de distribuição de energia elétrica, que segue: (i) Caiuá Distribuição de Energia S.A.; (ii) Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.; (iii) Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.; (iv) Companhia Força e Luz do Oeste; (v) Companhia Nacional de Energia Elétrica; (vi) Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; (vii) Empresa Elétrica Bragantina S.A.; (viii) Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. Adicionalmente, também foi adotado o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos intangíveis para a geradora Tangará Energia S/A.

A aplicação do valor justo aos investimentos é como segue:

| Empresas | PL ajustado a valor justo 11/04/2014 | % | Investimento a valor justo | Investimento avaliados a custo | Ajuste do valor justo | Amortização líquida de imposto (*) |
|--|--------------------------------------|---------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| EMT | 1.407.365 | 39,92% | 561.820 | 520.590 | 41.230 | (25.425) |
| ETO | 633.592 | 50,86% | 322.245 | 297.068 | 25.177 | (29.026) |
| EMS | 1.240.429 | 60,16% | 746.242 | 462.453 | 283.789 | (17.326) |
| CNEE | 86.160 | 98,69% | 85.031 | 76.830 | 8.201 | (3.036) |
| CFLO | 28.569 | 97,70% | 27.912 | 18.057 | 9.855 | (8.292) |
| EEB | 81.525 | 91,45% | 74.555 | 70.159 | 4.396 | (15.053) |
| EDEVP | 114.350 | 100,00% | 114.350 | 114.038 | 312 | (14.977) |
| CAIUÁ | (135.682) | 100,00% | (135.682) | (31.292) | (104.390) | (11.289) |
| TANGARÁ | 96.583 | 100,00% | 96.583 | 39.956 | 56.627 | (3.556) |
| Sub total | - | | 1.893.056 | 1.567.859 | 325.197 | (127.980) |
| Participação indireta da controlada Rede Power na EMS: | | | | | | |
| EMS | 1.240.429 | 39,77% | 493.319 | 305.709 | 187.610 | (11.440) |
| Total | - | | 2.386.375 | 1.873.568 | 512.807 | (139.420) |

(*) registrado em despesa de amortização e depreciação na demonstração do resultado do exercício.

| Empresas | PL ajustado a valor justo 11/04/2014 | % | Investimento a valor justo | Investimento avaliados a custo | Ajuste do valor justo |
|--|--------------------------------------|---------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------|
| EMT | 1.407.365 | 39,92% | 561.820 | 520.590 | 41.230 |
| ETO | 633.592 | 50,86% | 322.245 | 297.068 | 25.177 |
| EMS | 1.240.429 | 60,16% | 746.242 | 462.453 | 283.789 |
| CNEE | 86.160 | 98,69% | 85.031 | 76.830 | 8.201 |
| CFLO | 28.569 | 97,70% | 27.912 | 18.057 | 9.855 |
| EEB | 81.525 | 91,45% | 74.555 | 70.159 | 4.396 |
| EDEVP | 114.350 | 100,00% | 114.350 | 114.038 | 312 |
| CAIUÁ | (135.682) | 100,00% | (135.682) | (31.292) | (104.390) |
| TANGARÁ | 96.583 | 100,00% | 96.583 | 39.956 | 56.627 |
| Sub total | - | | 1.893.056 | 1.567.859 | 325.197 |
| Participação indireta da controlada Rede Power na EMS: | | | | | |
| EMS | 1.240.429 | 39,77% | 493.319 | 305.709 | 187.610 |
| Sub total | - | | 2.386.375 | 1.873.568 | 512.807 |

Mais Valia dos ativos intangíveis

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a Rede Energia, em 11 de abril de 2014, retomou o controle das empresas distribuidoras de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, EDEVP, EEB, Caiuá, CFLO e CNEE), em face do término da intervenção imposta pelo Poder Concedente que desde 31 de agosto de 2012 interviu na administração das controladas o que levou a Companhia a deixar de praticar os ajustes de seus investimentos permanentes a valor patrimonial pelo método de equivalência patrimonial, levou que em 11 de abril de 2014 a retomar o controle acionário das Companhias. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Rede Energia passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na retomada do controle

dessas. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$2.717.048; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$897.437; e (c) outros passivos circulantes no montante de R\$77.527 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais), totalizando R\$1.742.084, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 11 de abril de 2014.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente da apuração de ganho de capital.

| Controladas | Custo do Intangível e imobilizado | Custo atribuído as contingências | Tributos | Efeito no Patrimônio Líquido |
|-------------|-----------------------------------|----------------------------------|----------------|------------------------------|
| EMT | 913.193 | 40.145 | 296.836 | 576.212 |
| ETO | 397.674 | 10.941 | 131.489 | 255.244 |
| EMS | 979.283 | 11.859 | 328.924 | 638.500 |
| CNEE | 16.178 | 1.675 | 4.931 | 9.572 |
| CFLO | 22.639 | 876 | 7.399 | 14.364 |
| EEB | 45.458 | 2.118 | 14.735 | 28.605 |
| EDEVP | 45.289 | 4.670 | 13.811 | 26.808 |
| CAIUÁ | 37.349 | 5.243 | 10.916 | 21.190 |
| TANGARÁ | 259.985 | - | 88.396 | 171.589 |
| Sub total | <u>2.717.048</u> | <u>77.527</u> | <u>897.437</u> | <u>1.742.084</u> |

18 Imobilizado

| | Controladora | | | | | |
|--|-----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| | Saldo 2013 | Adição | Transferências | Baixas | Depreciação | Saldo 2014 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Terrenos | 16 | - | - | - | - | 16 |
| Edificações e benfeitorias | 4.212 | - | 87 | (50) | - | 4.249 |
| Máquinas e equipamentos | 4.616 | - | 2.883 | (999) | - | 6.500 |
| Veículos | 8.552 | - | 414 | (488) | - | 8.478 |
| Móveis e utensílios | 13.761 | - | 40 | (292) | - | 13.509 |
| Total do imobilizado em serviço | 31.157 | - | 3.424 | (1.829) | - | 32.752 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | |
| Edificações e benfeitorias | (1.917) | - | - | 25 | (142) | (2.034) |
| Máquinas e equipamentos | (3.035) | - | (31) | 999 | (322) | (2.389) |
| Veículos | (8.095) | - | - | 408 | (133) | (7.820) |
| Móveis e utensílios | (11.138) | - | 31 | 292 | (633) | (11.448) |
| Total Depreciação acumulada | (24.185) | - | - | 1.724 | (1.230) | (23.691) |
| Subtotal Imobilizado | 6.972 | - | 3.424 | (105) | (1.230) | 9.061 |
| Imobilizado em curso | - | 3.461 | (3.424) | - | - | 37 |
| Total do Imobilizado | 6.972 | 3.461 | - | (105) | (1.230) | 9.098 |

| | Controladora | | | | | |
|--|-----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|-----------------|
| | Saldo 2012 | Adição | Transferências | Baixas | Depreciação | Saldo 2013 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Terrenos | 19 | - | - | (3) | - | 16 |
| Edificações e benfeitorias | 4.043 | - | 169 | - | - | 4.212 |
| Máquinas e equipamentos | 3.786 | - | 830 | - | - | 4.616 |
| Veículos | 8.711 | - | 215 | (374) | - | 8.552 |
| Móveis e utensílios | 13.679 | - | 82 | - | - | 13.761 |
| Total do imobilizado em serviço | 30.238 | - | 1.296 | (377) | - | 31.157 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | |
| Edificações e benfeitorias | (1.769) | - | - | - | (148) | (1.917) |
| Máquinas e equipamentos | (2.857) | - | - | - | (178) | (3.035) |
| Veículos | (7.061) | - | - | 349 | (1.383) | (8.095) |
| Móveis e utensílios | (10.434) | - | - | - | (704) | (11.138) |
| Total Depreciação acumulada | (22.121) | - | - | 349 | (2.413) | (24.185) |
| Imobilizado em curso | 1 | 1.295 | (1.296) | - | - | - |
| Total do Imobilizado | 8.118 | 1.295 | - | (28) | (2.413) | 6.972 |

| CONSOLIDADO | | | | | | | | |
|--|------------------|---|----------------|----------------|----------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------|
| IMOBILIZADO | Saldo 2013 | Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014 | Adição | Transferências | Baixas | Amortização/ Depreciação | Reclassificação dos ativos à venda | Saldo 2014 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | | | |
| Custo: | | | | | | | | |
| Software | 17 | - | - | - | - | - | - | 17 |
| Terrenos | 16.566 | 1.743 | - | 810 | - | - | (18.021) | 1.098 |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | 175.444 | 74.069 | - | (919) | - | - | (246.403) | 2.191 |
| Edificações e benfeitorias | 112.197 | 27.958 | - | (24.401) | (196) | - | (102.305) | 13.253 |
| Máquinas e equipamentos | 862.152 | 138.522 | 2.531 | 78.428 | (3.220) | - | (1.002.298) | 76.115 |
| Veículos | 29.846 | 302 | - | 7.009 | (2.627) | - | (689) | 33.841 |
| Móveis e utensílios | 44.160 | 597 | - | 298 | (306) | - | (1.198) | 43.551 |
| Total do Imobilizado em Serviço | 1.240.382 | 243.191 | 2.531 | 61.225 | (6.349) | - | (1.370.914) | 170.066 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | |
| Software | (270) | - | - | - | - | (4) | - | (274) |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | (11.248) | (16.295) | - | (103) | - | (6.025) | 32.618 | (1.053) |
| Edificações e benfeitorias | (11.183) | (7.815) | - | 3.507 | 75 | (4.741) | 15.134 | (5.023) |
| Máquinas e equipamentos | (60.583) | (37.116) | (161) | (3.205) | 1.788 | (37.784) | 97.638 | (39.423) |
| Veículos | (16.489) | (219) | - | (13) | 2.190 | (2.917) | 297 | (17.151) |
| Móveis e utensílios | (24.464) | (585) | - | (186) | 310 | (1.999) | 289 | (26.635) |
| Total Depreciação acumulada | (124.237) | (62.030) | (161) | - | 4.363 | (53.470) | 145.976 | (89.559) |
| Subtotal Imobilizado | 1.116.145 | 181.161 | 2.370 | 61.225 | (1.986) | (53.470) | (1.224.938) | 80.507 |
| Imobilizado em curso | 65.548 | 198 | 248.213 | (61.225) | - | - | (248.033) | 4.701 |
| Total do Imobilizado | 1.181.693 | 181.359 | 250.583 | - | (1.986) | (53.470) | (1.472.971) | 85.208 |

| | Consolidado | | | | | |
|--|-----------------|----------------|--------------------|----------------|-----------------|------------------|
| | Saldo 2012 | Adição (**) | Transferências (*) | Baixas | Depreciação | Saldo 2013 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Software | 538 | - | (515) | (6) | - | 17 |
| Terrenos | 14.143 | - | 2.423 | - | - | 16.566 |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | 109.100 | 3.652 | 62.719 | (27) | - | 175.444 |
| Edificações e benfeitorias | 84.756 | - | 35.008 | (7.567) | - | 112.197 |
| Máquinas e equipamentos | 240.450 | 3.044 | 613.607 | 5.051 | - | 862.152 |
| Veículos | 28.663 | - | 2.601 | (1.418) | - | 29.846 |
| Móveis e utensílios | 41.388 | - | 4.739 | (1.967) | - | 44.160 |
| Total do Imobilizado em Serviço | 519.038 | 6.696 | 720.582 | (5.934) | - | 1.240.382 |
| Depreciação e amortização acumulada: | | | | | | |
| Software | (274) | - | - | 43 | (39) | (270) |
| Reservatório, Barragens, Adutoras e terras | (4.224) | - | - | (1.568) | (5.456) | (11.248) |
| Edificações e benfeitorias | (6.780) | - | (896) | 1.226 | (4.733) | (11.183) |
| Máquinas e equipamentos | (34.536) | - | (4.364) | 1.201 | (22.884) | (60.583) |
| Veículos | (13.413) | - | (571) | 1.259 | (3.764) | (16.489) |
| Móveis e utensílios | (23.348) | - | (831) | 1.231 | (1.516) | (24.464) |
| Total Depreciação acumulada | (82.575) | - | (6.662) | 3.392 | (38.392) | (124.237) |
| Imobilizado em curso | 253.896 | 525.397 | (713.920) | - | - | 65.548 |
| Total do Imobilizado | 690.359 | 532.093 | - | (2.542) | (38.392) | 1.181.693 |

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

| Taxas de depreciação do ativo imobilizado | Taxas |
|--|--------|
| Reservatório, barragens, adutoras e terras | 4,68% |
| Edificações e benfeitorias | 3,88% |
| Máquinas e equipamentos | 6,25% |
| Veículos | 14,29% |
| Móveis e utensílios | 6,25% |

Os ativos dos projetos de PCH's, Eólicas, Biomassas e da controlada indireta Tangará, são depreciados de acordo com as taxas de depreciação indicadas, limitados ao prazo da concessão ou autorização.

19 Intangível

19.1 Intangível - controladora

| Intangível | Saldo 2013 | Adição | Transferências | Amortização | Saldo 2014 |
|-----------------------|------------|--------|----------------|-------------|------------|
| Em Serviço | | | | | |
| Custo dos softwares | 6.954 | - | 1.777 | - | 8.731 |
| Amortização Acumulada | (2.813) | - | - | (1.201) | (4.014) |
| Subtotal | 4.141 | - | 1.777 | (1.201) | 4.717 |
| Em Curso | - | 1.777 | (1.777) | - | - |
| Total Geral | 4.141 | 1.777 | - | (1.201) | 4.717 |

| Intangível | Saldo 01/01/2013 | Adição | Transferências | Amortização | Saldo 31/12/2013 |
|-----------------------|------------------|--------|----------------|-------------|------------------|
| Em Serviço | | | | | |
| Custo dos softwares | 4.601 | - | 2.353 | - | 6.954 |
| Amortização Acumulada | (1.942) | - | - | (871) | (2.813) |
| Subtotal | 2.659 | - | 2.353 | (871) | 4.141 |
| Em Curso | 27 | 2.326 | (2.353) | - | - |
| Total Geral | 2.686 | 2.326 | - | (871) | 4.141 |

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

19.2 Intangível - consolidado

| Intangível | Saldo 2013 | Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização | Reclassificação dos ativos à venda | Saldo 2014 |
|--|------------------|---|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------------------------|------------------|
| Em Serviço | | | | | | | | |
| Custo | 2.432.913 | 9.685.121 | 3.888 | 392.134 | (134.875) | - | (284.474) | 12.094.707 |
| Amortização Acumulada | (1.153.601) | (3.643.035) | (75) | - | 116.515 | (667.894) | 8.835 | (5.339.255) |
| Subtotal | 1.279.312 | 6.042.086 | 3.813 | 392.134 | (18.360) | (667.894) | (275.639) | 6.755.452 |
| Em Curso | 124.047 | 704.345 | 879.943 | (392.134) | (389.093) | - | - | 927.108 |
| Estudos e Projetos | 52 | - | - | - | - | - | - | 52 |
| Total | 1.403.411 | 6.746.431 | 883.756 | - | (407.453) | (667.894) | (275.639) | 7.682.612 |
| (-) Obrigações Vinculadas à concessão | | - | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | | | |
| Custo | 415.767 | 1.667.598 | 17.341 | 593 | (9) | - | - | 2.101.290 |
| Amortização Acumulada | (114.322) | (583.167) | (355) | - | - | (98.045) | - | (795.889) |
| Subtotal | 301.445 | 1.084.431 | 16.986 | 593 | (9) | (98.045) | - | 1.305.401 |
| Em Curso | 133.243 | 172.502 | 186.095 | (593) | (110.504) | - | - | 380.743 |
| Total Obrigações Vinculadas à concessão | 434.688 | 1.256.933 | 203.081 | - | (110.513) | (98.045) | - | 1.686.144 |
| Total Geral | 968.723 | 5.489.498 | 680.675 | - | (296.940) | (569.849) | (275.639) | 5.996.468 |

(*) Das baixas no montante de R\$296.940, R\$293.588 foi transferido para o contas a receber da concessão R\$14.999 referem-se à devolução de obrigações especiais do Programa Luz para todos, transferido para a rubrica da empréstimos e financiamentos - 5º tranche em agosto de 2014 e R\$ 18.351 referem-se a baixas realizadas no exercício.

| | Saldo 2012 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização | Saldo 2013 |
|---------------------------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | |
| Custo | 2.306.531 | 570 | 180.444 | (54.632) | - | 2.432.913 |
| Amortização Acumulada | (1.056.023) | - | 1.236 | 25.745 | (124.559) | (1.153.601) |
| Subtotal | 1.250.508 | 570 | 181.680 | (28.887) | (124.559) | 1.279.312 |
| Em Curso | 166.320 | 293.026 | (177.870) | (157.429) | - | 124.047 |
| Estudos e Projetos | 14.833 | 239 | (3.810) | (11.210) | - | 52 |
| Total | 1.431.661 | 293.835 | - | (197.526) | (124.559) | 1.403.411 |
| (-) Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 376.602 | - | 42.492 | (3.327) | - | 415.767 |
| Amortização Acumulada | (88.493) | - | - | - | (25.829) | (114.322) |
| Subtotal | 288.109 | - | 42.492 | (3.327) | (25.829) | 301.445 |
| Em Curso | 124.266 | 72.643 | (42.492) | (21.174) | - | 133.243 |
| Total | 412.375 | 72.643 | - | (24.501) | (25.829) | 434.688 |
| Total Geral (**) | 1.019.286 | 221.192 | - | (173.025) | (98.730) | 968.723 |

(*) Das baixas no montante de R\$173.025, R\$136.255 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão, R\$12.839 de obrigações especiais foi registrado no Passivo Circulante rubrica - Outras Contas a Pagar, referente a devolução à Eletrobrás de recursos do Programa Luz para Todos, R\$6.696 foram transferidos para o imobilizado e R\$42.913 referem-se a baixas realizadas no exercício. Das adições de obrigações especiais, cerca de R\$54.469 foram transferidas do contas a receber da concessão.

(**) Inclui R\$54.510 (R\$39.148 em 2012) referente a softwares.

19.3 Intangível -Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são

| Empresas | 2014 | 2013 |
|----------|-------|-------|
| EMG | 3,91% | 3,83% |
| ESSE | 3,77% | 3,78% |
| EPB | 3,90% | 3,89% |
| EBO | 3,88% | 4,00% |
| ENF | 3,90% | 3,83% |
| EDEVP | 3,83% | 4,15% |
| EMT | 3,95% | 3,99% |
| CAIUA | 3,99% | 4,07% |
| ETO | 3,84% | 3,85% |
| EEB | 4,04% | 4,02% |
| CNEE | 4,05% | 4,16% |
| CFLO | 4,34% | 4,39% |
| SEM | 4,32% | 4,32% |

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão: | 2014 | 2013 |
|--|------------------|----------------|
| Contribuições do consumidor | 311.582 | 305.710 |
| Saldo adquiridos em 11/04/2014 | 2.198.524 | - |
| Participação da União - recursos CDE | 498.814 | 321.809 |
| Participação do Governo do Estado | 58.358 | 75.390 |
| Reserva para reversão | 1.721 | 1.722 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 64.995 | 10.657 |
| (-) Amortização acumulada | (189.721) | (114.322) |
| Total | 2.944.273 | 600.966 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | 1.108.126 | 166.278 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 1.455.404 | 301.445 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 315.748 | 122.586 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 64.995 | 10.657 |
| Total | 2.944.273 | 600.966 |

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas ESE e EMG, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$57.370 (R\$10.657 em 2013).

A ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas indiretas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

19.4 Direito de concessão - Consolidado

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| Reconhecido por controladas (1) | 538.012 | 538.012 |
| Reconhecido pela controladora (2) | 320.580 | 320.580 |
| Aquisição participação (3) | 69.207 | - |
| Ágio (Goodwill) (4) | 48.777 | 45.690 |
| Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda | (77.129) | - |
| Amortização acumulada | (383.581) | (342.603) |
| Subtotal | 515.866 | 561.679 |

A movimentação é como segue:

| | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 |
| Saldo inicial | 561.679 | 595.505 |
| Aquisição participação | 72.294 | - |
| Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda | (77.129) | - |
| Amortização no exercício | (40.978) | (33.826) |
| Saldo final | 515.866 | 561.679 |

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$295.055 (R\$314.254 em 2013).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ENF, EBO, ESE e EPB, no montante de R\$157.741 (R\$171.156 em 2013), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu seis empresas de propósitos específicos: (i) (Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel), detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho - RN, pelo valor de R\$25.231, deduzido da amortização acumulada de R\$1.682 e; (ii) Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2013).

Os projetos Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel foram vencedores no Leilão de Fontes Alternativas em agosto de 2010. Estes projetos iniciaram a comercialização de 59,7 MW médios pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$136,00/MWh a partir de setembro de 2013, foram fiscalizados pela ANEEL e considerados aptos a gerar energia, tendo sido cumpridas, pelos referidos parques, todas as condições necessárias para que estejam em condições de operar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos receita operacional de R\$87.293 (R\$27.988 em 2013).

Os valores pagos na aquisição dos parques eólicos estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial dos mesmos iniciados em setembro de 2013.

Estes projetos estão em processo de alienação, ver nota explicativa nº 41.

(3) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, serão amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R\$46.903, deduzido das amortizações.

Em face da alienação dos projetos de geração os valores relacionados aos projetos de Bioeletricidade foram transferidos para Ativo disponíveis para venda (Ver nota explicativa nº41) por consequência, cerca de R\$77.129 por compor o custo dos Projetos, foram baixados desta rubrica.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

| Período de amortização | Consolidado | Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE |
|------------------------|----------------|---|
| 2015 e 2016 | 32.710 | 6.698 |
| 2017 e 2018 | 60.879 | 13.913 |
| 2019 e 2020 | 62.508 | 14.598 |
| 2021 e 2022 | 64.269 | 15.280 |
| 2023 e 2024 | 65.815 | 15.954 |
| 2025 e 2026 | 67.415 | 16.616 |
| 2027 em diante | 162.270 | 17.260 |
| Total | 515.866 | 100.319 |

20 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Suprimento: | | | | |
| Furnas | - | - | 136 | 136 |
| Ampla -Cusd | - | - | 783 | 783 |
| CCEE | - | - | 96.312 | 18.002 |
| Contratos Bilaterais (1) | - | - | 1.017.475 | 125.740 |
| Uso de rede básica (1) | - | - | 6.089 | 6.412 |
| Conexão à rede (1) | - | - | 801 | 752 |
| Encargo de serviços no sistema (1) | - | - | 11.150 | 7.442 |
| Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1) | - | - | 17.583 | 11.284 |
| Materiais, serviços e outros (2) | 1.182 | 2.425 | 175.810 | 153.909 |
| Total | 1.182 | 2.425 | 1.326.139 | 324.460 |
| Circulante | 1.182 | 2.425 | 966.244 | 318.174 |
| Não Circulante | - | - | 359.895 | 6.286 |

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

Nesta rubrica inclui R\$427.632 de débitos com Eletrobrás, dos quais R\$351.140 encontra-se contabilizado no passivo não circulante, devidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica (EMT e EEB), referente ao repasse Itaipu. Estes débitos por estarem em atraso, foram parcelados em 60 parcelas com juros remuneratórios incidentes sobre o principal, serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Empresa | Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|------------------|--|--------------------|------------|----------------|---------|---------|------|
| | | | Circulante | Não Circulante | 2014 | 2013 | |
| ENERGISA S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | NOTAS PROMISSÓRIAS 2ª EMISSÃO SERIE UNICA | 5.640 | 100.000 | - | 105.640 | - | |
| | Total em moeda nacional | 5.640 | 100.000 | - | 105.640 | - | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | CITIBANK | 582 | - | 199.215 | 199.797 | 176.513 | (1) |
| | ABC | 315 | 164.246 | - | 164.561 | - | (1) |
| | Santander | 816 | 108.594 | - | 109.410 | - | (1) |
| | Total em moeda estrangeira | 1.713 | 272.840 | 199.215 | 473.768 | 176.513 | |
| | Total ENERGISA S A | 7.353 | 372.840 | 199.215 | 579.408 | 176.513 | |
| ENERGISA SERGIPE | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III | 140 | - | 15.000 | 15.140 | 15.114 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 13 | 140 | 138 | 291 | 456 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 45 | 382 | 1.126 | 1.553 | 2.020 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | 65 | 474 | 1.624 | 2.163 | 2.612 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | 1 | 41 | 246 | 288 | 359 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | 197 | 26 | 1.819 | 2.042 | 251 | |
| | Eletrobrás - Subtransmissão | 116 | 1.658 | 487 | 2.261 | 4.078 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche | 8 | - | 4.433 | 4.441 | - | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE) | 298 | 2.228 | 4.348 | 6.874 | 8.799 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT) | 923 | 3.226 | 1.315 | 5.464 | 7.467 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE) | 759 | 2.649 | 12.259 | 15.667 | 18.997 | |
| | Banco ABC - repasse BNDES | 498 | 5.027 | 18.829 | 24.354 | 29.792 | |
| | Banco ABC - repasse BNDES | 85 | 212 | 2.516 | 2.813 | 3.399 | |
| | Banco Itaú BBA - FINAME | 60 | 1.494 | 17.227 | 18.781 | 11.133 | |
| | Banco Itaú BBA - FINEM | 47 | 2.835 | 14.118 | 17.000 | - | |
| | Nota promissória Itaú | 536 | 80.000 | - | 80.536 | - | |
| | Total em moeda nacional | 3.791 | 100.392 | 95.485 | 199.668 | 104.477 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (154) | - | (472) | (626) | (777) | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Bank of America Merrill Lynch | 117 | 79.686 | - | 79.803 | 70.332 | (2) |
| | Banco Itaú BBA | 1.070 | - | 133.424 | 134.494 | 118.688 | (2) |
| | Citibank | 583 | - | 132.810 | 133.393 | 117.805 | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | 1.770 | 79.686 | 266.234 | 347.690 | 306.825 | |
| | Total ENERGISA SERGIPE | 5.407 | 180.078 | 361.247 | 546.732 | 410.525 | |
| ENERGISA PARAÍBA | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III | 591 | - | 61.000 | 61.591 | 61.485 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 29 | 354 | 358 | 741 | 1.127 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 73 | 520 | 1.346 | 1.939 | 2.504 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | 67 | 376 | 1.469 | 1.912 | 2.322 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | 57 | 324 | 1.712 | 2.093 | 2.448 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | 234 | 420 | 2.397 | 3.051 | 3.310 | |
| | Eletrobrás Luz para Todos - 6ª tranche | 81 | 896 | - | 977 | 3.451 | |
| | Eletrobrás - Subtransmissão | 10 | 3.589 | 2.231 | 5.830 | 13.987 | |
| | Eletrobrás - Eletrificação Rural | - | - | - | - | 15 | |
| | Eletrobrás - Eletrificação Rural | - | - | - | - | 8 | |
| | Eletrobrás - Devolução LPT | - | 13.646 | - | 13.646 | 529 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005/2006 (FNE) | - | - | - | - | 5.363 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos | 36 | 9.782 | 13.955 | 23.773 | 33.311 | |

| Empresa | Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|------------------------|---|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------|
| | | | Circulante | Não Circulante | 2014 | 2013 | |
| | 2007/2008 (FNE) | | | | | | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008/2009 (FNE) | 10 | 8.502 | 39.507 | 48.019 | 53.966 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT) | 1 | 2.228 | 3.842 | 6.071 | 8.499 | |
| | Banco ITAU BBA - BNDES FINEM | 126 | 1.536 | 32.053 | 33.715 | - | |
| | Banco BNB - repasse BNDES | 39 | 7.797 | 24.957 | 32.793 | 40.812 | |
| | Banco Itaú BBA - FINAME | 154 | 3.193 | 33.199 | 36.546 | 24.256 | |
| | Banco Itaú CCB | - | 40.269 | - | 40.269 | - | |
| | Total em moeda nacional | 1.508 | 93.432 | 218.026 | 312.966 | 257.393 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (338) | - | (1.054) | (1.392) | (1.732) | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Banco Itaú BBA I | 621 | 44.890 | - | 45.511 | 39.882 | (2) |
| | Banco Itaú BBA II | 1.330 | - | 160.108 | 161.438 | 142.428 | (2) |
| | Citibank | 61 | - | 106.248 | 106.309 | 93.764 | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | 2.012 | 44.890 | 266.356 | 313.258 | 276.074 | |
| | Total ENERGISA PARAIBA | 3.182 | 138.322 | 483.328 | 624.832 | 531.735 | |
| ENERGISA MINAS GERAIS | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*) | 138 | - | 15.000 | 15.138 | 15.112 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 57 | 1.043 | 1.926 | 3.026 | 4.161 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ) | 2 | 9 | 16 | 27 | 37 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 338 | 1.325 | 5.580 | 7.243 | 8.676 | |
| | Eletrobrás - Subtransmissão | 8 | 257 | 646 | 911 | 1.192 | |
| | Eletrobrás - Devolução LPT | - | 2.704 | - | 2.704 | 15.415 | |
| | Banco HSBC - repasse BNDES | 25 | 511 | 241 | 777 | 1.268 | |
| | Banco HSBC - repasse BNDES | 3 | 329 | 78 | 410 | 625 | |
| | Banco HSBC - repasse BNDES | 5 | 320 | 102 | 427 | 747 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES I | 6 | 452 | 2.297 | 2.755 | 3.209 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES II | 4 | 194 | 861 | 1.059 | 1.080 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES III | 4 | 188 | 957 | 1.149 | 1.338 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV | 4 | 298 | 1.516 | 1.818 | 2.115 | |
| | Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER | 1 | 743 | 186 | 930 | 1.675 | |
| | Banco Itaú BBA - FINAME | 49 | 1.249 | 12.832 | 14.130 | 8.950 | |
| | Caixa Econômica Federal - FINAME | 39 | 493 | 3.202 | 3.734 | 4.277 | |
| | Banco Bradesco - CCB | 1.066 | 12.500 | - | 13.566 | 25.795 | (1) |
| | Banco ITAU BBA - BNDES FINEM | 158 | 5.211 | 9.197 | 14.566 | 13.375 | |
| | Nota Promissória - Itaú | 402 | 60.000 | - | 60.402 | - | |
| | Total em moeda nacional | 2.309 | 87.826 | 54.637 | 144.772 | 109.047 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (55) | - | (119) | (174) | (271) | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Citibank | 289 | - | 43.694 | 43.983 | 38.770 | (2) |
| | Bank of America Merrill Lynch | - | - | - | - | 67.048 | |
| | Bank of America Merrill Lynch | 283 | 75.742 | - | 76.025 | - | (2) |
| | Banco Itaú BBA | 738 | 79.687 | - | 80.425 | 70.953 | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | 1.310 | 155.429 | 43.694 | 200.433 | 176.771 | |
| | Total ENERGISA MINAS GERAIS | 3.564 | 243.255 | 98.212 | 345.031 | 285.547 | |
| ENERGISA NOVA FRIBURGO | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III | 37 | - | 4.000 | 4.037 | 4.030 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos 0 1ª tranche | - | 46 | 141 | 187 | 287 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial | 11 | 15 | 442 | 468 | 632 | |
| | Banco HSBC - repasse BNDES | 1 | 78 | 49 | 128 | 346 | |
| | Banco HSBC - repasse BNDES | - | 55 | 25 | 80 | 184 | |
| | Banco HSBC - repasse BNDES | - | 26 | 16 | 42 | 112 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES I | 1 | 182 | 914 | 1.097 | 1.281 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES II | 1 | 104 | 349 | 454 | 462 | |

| Empresa | Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|---------------------------------|--|--------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|------|
| | | | Circulante | Não Circulante | 2014 | 2013 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES III | 2 | 76 | 381 | 459 | 536 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV | 11 | 125 | 626 | 762 | 879 | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES V | 19 | 210 | 1.163 | 1.392 | - | |
| | Banco ITAU BBA - repasse BNDES VI | 3 | 90 | 498 | 591 | - | |
| | Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER | 2 | 743 | 186 | 931 | 1.676 | |
| | Banco Itaú BBA - repasse FINAME | 7 | 139 | 1.262 | 1.408 | 902 | |
| | Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO | 18 | 1.302 | 3.511 | 4.831 | 6.341 | |
| | Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO | 37 | 599 | 1.106 | 1.742 | 1.836 | |
| | Total em moeda nacional | 150 | 3.790 | 14.669 | 18.609 | 19.504 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (6) | - | (32) | (38) | (44) | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Citibank | - | - | 21.914 | 21.914 | 19.424 | (2) |
| | Bank of America Merrill Lynch | - | - | - | - | 9.404 | |
| | Bank of America Merrill Lynch | 4 | - | 10.625 | 10.629 | - | (2) |
| | Banco Itaú BBA I | 110 | 7.969 | - | 8.079 | 7.129 | (2) |
| | Banco Itaú BBA II | 4 | 6.401 | - | 6.405 | 5.649 | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | 118 | 14.370 | 32.539 | 47.027 | 41.606 | |
| | Total ENERGISA NOVA FRIBURGO | 262 | 18.160 | 47.176 | 65.598 | 61.066 | |
| ENERGISA BORBOREMA | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III | 55 | - | 5.000 | 5.055 | 5.047 | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 2 | 55 | 54 | 111 | 170 | |
| | Financiamento BNB - REPASSE BNDES | 47 | - | 2.000 | 2.047 | 2.051 | |
| | Financiamento BNB - REPASSE BNDES | 137 | 2 | 8.476 | 8.615 | 7.886 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE) | 194 | 2.018 | 3.296 | 5.508 | 7.358 | |
| | Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE) | 16 | 465 | 5.303 | 5.784 | 7.191 | |
| | Banco Itaú BBA - FINAME | 14 | 261 | 2.926 | 3.201 | 1.649 | |
| | EMPRESTIMO ITAU BBA BNDES FINEM | 39 | 128 | 3.039 | 3.206 | - | |
| | Total em moeda nacional | 504 | 2.929 | 30.094 | 33.527 | 31.352 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (27) | - | (66) | (93) | (119) | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Bank of America Merrill Lynch | - | - | - | - | 9.506 | |
| | Bank of America Merrill Lynch | 74 | - | 10.702 | 10.776 | - | (2) |
| | Banco Itaú BBA | - | 16.095 | - | 16.095 | 14.257 | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | 74 | 16.095 | 10.702 | 26.871 | 23.763 | |
| | Total ENERGISA BORBOREMA | 551 | 19.024 | 40.730 | 60.305 | 54.996 | |
| ENERGISA SOLUÇÕES | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Finep | 12 | 940 | 3.651 | 4.603 | 5.950 | |
| | Banco Itaú BBA - FINAME | 9 | 319 | 3.488 | 3.816 | 1.257 | |
| | Total em moeda nacional | 21 | 1.259 | 7.139 | 8.419 | 7.207 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | (6) | (18) | (24) | (29) | |
| | Total ENERGISA SOLUÇÕES | 21 | 1.253 | 7.121 | 8.395 | 7.178 | |
| ENERGISA SOL. CONSTRUÇÕES | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Banco Itaú BBA - FINAME | 12 | 228 | 2.913 | 3.153 | - | |
| | Total em moeda nacional | 12 | 228 | 2.913 | 3.153 | - | |
| | Total ENERGISA SOLUÇÕES | 12 | 228 | 2.913 | 3.153 | - | |
| ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 85.501 | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 27.931 | |
| | Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER | - | - | - | - | 1.666 | |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 115.098 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (222) | |
| | Total ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE | - | - | - | - | 114.876 | |

| Empresa | Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|-----------------------------------|--|--------------------|------------|----------------|--------|--------|------|
| | | | Circulante | Não Circulante | 2014 | 2013 | |
| SPE CRISTINA | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 6.211 | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 2.175 | |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 8.386 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (41) | |
| | Total SPE CRISTINA | - | - | - | - | 8.345 | |
| SERV. AÉREOS | Em moeda nacional | | | | | | |
| | LEASING BRADESCO | - | 534 | - | 534 | 1.108 | |
| | Total em moeda nacional | - | 534 | - | 534 | 1.108 | |
| | Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS | - | 534 | - | 534 | 1.108 | |
| CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA I S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 85.133 | (1) |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 85.133 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (162) | |
| | Total RENASCENÇA I | - | - | - | - | 84.971 | |
| CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA II S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 82.348 | (1) |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 82.348 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (162) | |
| | Total RENASCENÇA II | - | - | - | - | 82.186 | |
| CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA III S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 83.100 | (1) |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 83.100 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (162) | |
| | Total RENASCENÇA III | - | - | - | - | 82.938 | |
| CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA IV S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 82.633 | (1) |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 82.633 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (162) | |
| | Total RENASCENÇA IV | - | - | - | - | 82.471 | |
| VENTOS DE SÃO MIGUEL S/A | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BNDES - Financ. Investimento | - | - | - | - | 79.849 | (1) |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 79.849 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (162) | |
| | Total VENT. SÃO MIGUEL | - | - | - | - | 79.687 | |
| PCH ZÉ TUNIN | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BDMG - repasse BNDES | - | - | - | - | 11.594 | (1) |
| | BDMG - repasse BNDES | - | - | - | - | 28.340 | (1) |
| | Total em moeda nacional | - | - | - | - | 39.934 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | - | |
| | Total Zé Tunin | - | - | - | - | 39.934 | |
| REDE ENERGIA | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A | 158 | - | 3.868 | 4.026 | | |
| | BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A) | 878 | - | 8.530 | 9.408 | | |
| | EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C) | - | - | 3.209 | 75.722 | | |
| | Total em moeda nacional | 1.036 | - | 15.607 | 89.156 | | |
| | Total REDE ENERGIA | 1.036 | - | 15.607 | 89.156 | | |
| CAIUÁ | Em moeda nacional | | | | | | |
| | Santander - 270626414 | 79 | - | 8.500 | 8.579 | | |
| | ELETROBRÁS - EFS00042/2004 | - | 322 | 242 | 564 | | |
| | HP leasing | - | 24 | - | 24 | | |
| | Total em moeda nacional | 79 | 346 | 8.742 | 9.167 | - | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Banco Itaú BBA | - | 208 | 68.778 | 68.986 | | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | - | 208 | 68.778 | 68.986 | - | |

| Empresa | Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|---------|--|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------|------|
| | | | Circulante | Não Circulante | 2014 | 2013 | |
| | Total CAIUA | 79 | 554 | 77.520 | 78.153 | - | |
| ETO | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETROBRÁS | - | 947 | 552 | 1.499 | | |
| | ELETROBRÁS | 90 | 18.536 | 105.023 | 123.649 | | |
| | Banco Santander | 62 | - | 7.867 | 7.929 | | |
| | Banco Santander | 597 | - | 75.133 | 75.730 | | |
| | HP leasing | - | 12 | - | 12 | | |
| | Total em moeda nacional | 749 | 19.495 | 188.575 | 208.819 | - | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (42) | - | (764) | (806) | | |
| | Total ETO | 707 | 19.495 | 187.811 | 208.013 | - | |
| DENERGE | Em moeda nacional | | | | | | |
| | OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES | 12.196 | - | 219.056 | 231.252 | | |
| | Total em moeda nacional | 12.196 | - | 219.056 | 231.252 | - | |
| | Total DENERGE | 12.196 | - | 219.056 | 231.252 | - | |
| CTCE | Em moeda nacional | | | | | | |
| | BANCO BMG S/A - Opção A | - | 307 | 2.985 | 3.292 | | |
| | Total em moeda nacional | - | 307 | 2.985 | 3.292 | | |
| | Total CTCE | - | 307 | 2.985 | 3.292 | | |
| EMS | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETROBRÁS | 37 | 12.169 | 40.441 | 52.647 | - | |
| | SAFRA | 1 | 334 | 46 | 381 | - | |
| | SAFRA | 1 | 84 | 11 | 96 | - | |
| | HP leasing | - | 29 | - | 29 | - | |
| | VOLKSWAGEN | 2 | 244 | - | 246 | - | |
| | Banco Itaú - Nota promissória de Crédito | 5.448 | 100.000 | - | 105.448 | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | - | 31 | 289.789 | 289.820 | | |
| | Total em moeda nacional | 5.489 | 112.891 | 330.287 | 448.667 | - | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | | |
| | Total SEM | 5.489 | 112.891 | 330.287 | 448.667 | - | |
| EMT | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETROBRÁS | 4 | 42.940 | 304.575 | 347.519 | - | |
| | FIBRA/BTG | 64 | 7.907 | - | 7.971 | - | |
| | HP004365ER14V6 | - | 27 | - | 27 | - | |
| | Banco JP Morgan - CCB | 54 | 14.857 | 21.048 | 35.959 | - | |
| | Finame - SAFRA | - | 80 | 27 | 107 | - | |
| | Banco Santander | 270 | - | 32.000 | 32.270 | | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 2.455 | - | 351.415 | 353.870 | | |
| | Total em moeda nacional | 2.847 | 65.811 | 709.065 | 777.723 | - | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | Banco Merrill Lynch | 29 | 9.659 | 13.683 | 23.371 | - | (1) |
| | Cessna Finance | 7 | 4.405 | 31.783 | 36.195 | - | |
| | Total em moeda estrangeira | 36 | 14.064 | 45.466 | 59.566 | - | |
| | Total EMT | 2.884 | 79.875 | 754.531 | 837.290 | - | |
| CNEE | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETROBRÁS - ECF00041/2004 | 5 | 64 | 48 | 117 | | |
| | HP leasing | - | 8 | - | 8 | | |
| | Total em moeda nacional | 5 | 72 | 48 | 125 | - | |
| | Total CNEE | 5 | 72 | 48 | 125 | - | |
| CFLO | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETROBRÁS - ECFS0127/2005 | 1 | 64 | 124 | 189 | | |
| | HP leasing | - | 7 | - | 7 | | |
| | Total em moeda nacional | 1 | 71 | 124 | 196 | - | |
| | Total CFLO | 1 | 71 | 124 | 196 | - | |
| EDEVF | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETROBRÁS - ECFS00040/2004 | 7 | 269 | 202 | 478 | | |
| | HP leasing | - | 12 | - | 12 | | |

| Empresa | Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|-------------|--|--------------------|------------|----------------|-----------|-----------|------|
| | | | Circulante | Não Circulante | 2014 | 2013 | |
| | Total em moeda nacional | 7 | 281 | 202 | 490 | - | |
| | Total | 7 | 281 | 202 | 490 | - | |
| EEB | Em moeda nacional | | | | | | |
| | ELETRONBRAS EFS - 0037/2004 | - | 794 | 2.386 | 3.180 | | |
| | HP leasing | - | 11 | - | 11 | | |
| | Total em moeda nacional | - | 805 | 2.386 | 3.191 | - | |
| | Em moeda estrangeira | | | | | | |
| | ABC Brasil - LA 35 030 14 | - | 45.410 | - | 45.410 | | (2) |
| | ITAU - OPERAÇÃO 4131 | - | 32 | 10.581 | 10.613 | | (2) |
| | Total em moeda estrangeira | - | 45.442 | 10.581 | 56.023 | | |
| | Total EEB | - | 46.247 | 12.967 | 59.214 | - | |
| CONSOLIDADO | Sub - total em moeda nacional | 36.344 | 590.467 | 1.900.044 | 2.526.855 | 1.106.570 | |
| | (-) custos de captação incorridos na contratação | (919) | (6) | (2.526) | (3.451) | (4.046) | |
| | Total em moeda nacional | 35.426 | 590.461 | 1.897.518 | 2.523.405 | 1.102.524 | |
| | Sub - total em moeda estrangeira | 7.036 | 643.026 | 943.567 | 1.593.629 | 1.001.552 | |
| | Total em moeda estrangeira | 7.036 | 642.026 | 943.567 | 1.593.629 | 1.001.552 | |
| | TOTAL | 42.462 | 1.233.487 | 2.841.085 | 4.117.034 | 2.104.076 | |

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$212.251 (R\$65.869 em 2013), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos junto ao BNDES (Energisa Geração Rio Grande, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Central Eólica Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel S/A) e Bradesco (CCB), possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, o BNDES suspendeu a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Os montantes correspondentes a esses contratos foram transferidos para passivos disponíveis para venda.

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de Dezembro de 2014:

| Empresa | Operação | Características da Operação | | | | Custo da Dívida | | | Ref. |
|------------------|--|-----------------------------|---------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|--------------------|-----------------------------|------|
| | | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | Prazo Médio meses | Indexador | Taxa de Juros a.a. | TIR (Taxa efetiva de juros) | |
| ENERGISA | Citibank | abr/18 | Semestral, após abr. 2016 | Aval Energisa S.A. | 40 | Libor | + 1,64% a.a | 15,03% | (1) |
| | Nota Promissória 2ª Emissão- série única | jan/15 | final | Aval Energisa S.A. | 1 | CDI | + 2,50% a.a | 12,83% | |
| | ABC | jan/15 | final | Aval Energisa S.A. | 1 | Dólar | + 3,20% a.a | 16,59% | |
| | Banco Santander | set/15 | final | Aval Energisa S.A. | 9 | Libro | + 2,10% a.a | 15,72% | |
| ENERGISA SERGIPE | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | dez/20 | mensal, após dez. 2017 | Recebíveis | 72 | CDI | + 0,70% | 11,51% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche | out/16 | mensal | Recebíveis | 22 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche | abr/18 | mensal | Recebíveis | 40 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -3ª | out/19 | mensal | Recebíveis | 58 | RGR 5,0% | | 5,00% | |

| Empresa | Operação | Características da Operação | | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | | Ref. |
|-------------|--|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|-----------------------------|------|
| | | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Taxa de Juros a.a. | TIR (Taxa efetiva de juros) | |
| | tranche | | | | | | | | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -4ª tranche | jul/22 | mensal | Recebíveis | 91 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -5ª tranche | out/22 | mensal | Recebíveis | 94 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás - Subtransmissão | mar/16 | mensal | Recebíveis | 15 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -6ª tranche | ago/26 | Mensal, após ago.2016 | Aval Energisa S.A. | 140 | pré-fixado 6,0% | | 6,00% | |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 30 | pré-fixado 8,3% | | 8,30% | (2) |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 30 | TJLP | + 4,00% | 9,00% | |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE) | ago/19 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 44 | pré-fixado 8,4% | | 8,40% | (2) |
| | Banco ABC - repasse BNDES I | mai/19 | mensal | Aval Energisa S.A. | 53 | TJLP | + de 2,2% a 4,1% | 7,2% a 9,09% | |
| | Banco ABC - repasse BNDES II | fev/23 | mensal | Aval Energisa S.A. | 98 | pré-fixado | De 8,10% a 9,10% | 8,10% a 9,10% | |
| | Banco Itaú BBA -FINAME | até fev-2024 | mensal | Aval Energisa S.A. | 110 | pré-fixado | de 2,5% a 8,7% | 2,5% a 8,7% | |
| | Banco BNB - repasse BNDES Finem | mar/20 | mensal | Aval Energisa S.A. | 63 | TJLP | + 2,90% a 3,90% | 7,9% a 8,89% | |
| | Nota Promissória Itaú | dez/15 | final | Aval Energisa S.A. | 12 | CDI | + 2,00% | 12,81% | |
| | Bank of America Merrill Lynch | set/15 | final | Aval Energisa S.A. | 9 | Libor | + 2,45% | 16,07% | (1) |
| | Banco Itaú BBA | abr/18 | Anual, após abr-2018 | Aval Energisa S.A. | 40 | Dólar | + 3,4892% a.a | 16,88% | (1) |
| | Citibank | abr/18 | final | Aval Energisa S.A. | 40 | Libor | + 1,91% | 15,53% | (1) |
| ENERGISA PB | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | dez/20 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 72 | CDI | + 0,70% | 11,51% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche | nov/16 | mensal | Recebíveis | 23 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche | abr/18 | mensal | Recebíveis | 40 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -3ª tranche | jul/19 | mensal | Recebíveis | 27 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -4ª tranche | out/20 | mensal | Recebíveis | 82 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -5ª tranche | jun/21 | mensal | Recebíveis | 78 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos - 6ª tranche | mar/22 | mensal | Recebíveis | 87 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Subtransmissão | mar/16 | mensal | Recebíveis | 15 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás Devolução LPT | mar/16 | mensal | Recebíveis | 15 | Selic acumulda | | 10,90% | |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 18 | pré-fixado 7,8% | | 7,80% | (2) |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE) | jun/19 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 54 | pré-fixado 8,1% | | 8,10% | (2) |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 18 | TJLP | + 4,00% | 9,00% | |
| | Banco Itaú - repasse BNDES Finem | Até dez/23 | mensal | Aval Energisa | 108 | TJLP | + 3,5% a | 8,50 a | |

| Empresa | Operação | Características da Operação | | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | | Ref. |
|-------------|--|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|------|
| | | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Taxa de Juros a.a. | TIR (Taxa efetiva de juros) | |
| | Banco do Nordeste - repasse BNDES | jan/19 | mensal | S.A. Aval Energisa S.A. | 49 | TJLP | 8,90% de 3,4% a 4,4% | 13,90% 8,4% a 9,41% | |
| | Banco Itaú BBA -FINAME | até ago-2023 | mensal | Aval Energisa S.A. | 104 | pré-fixado de 2,5% a 10% | | 7,48% a 15,00% | |
| | Itaú CCB | fev/15 | Final | Aval Energisa S.A. | - | CDI | + 2,50% | 13,31% | |
| | Banco Itaú BBA I | ago/15 | Final | Aval Energisa S.A. | 8 | Dólar | + 3,2466 | 16,64% | (1) |
| | Banco Itaú BBA II | abr/18 | Anual, após abr.2017 | Aval Energisa S.A. | 40 | Dólar | + 3,49% | 16,88% | (1) |
| | Citibank | set/17 | Anual após set.2016 | Aval Energisa S.A. | 33 | Libor | + 1,90% | 15,81% | (1) |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | dez/20 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 72 | CDI | + 0,70% | 11,8% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche | ago/17 | mensal | Recebíveis | 32 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche (RJ) | ago/17 | mensal | Recebíveis | 32 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche | dez/19 | mensal | Recebíveis | 60 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| ENERGISA MG | Eletrobrás Subtransmissão | fev/18 | mensal | Recebíveis | 38 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás -devolução LPT | fev/15 | mensal | Recebíveis | 3 | Selic Acumulada | | 10,90% | |
| | Banco HSBC -repasse BNDES I | mai/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 17 | TJLP | + 4,30% | 9,30% | |
| | Banco HSBC -repasse BNDES II | mai/16 | mensal | Aval da Energisa S.A. | 17 | UMBND | + 4,3% + juros variáveis | 4,35% | |
| | Banco HSBC -repasse BNDES III | mai/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 17 | TJLP | + 3,90% | 8,90% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES I | jan/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 73 | TJLP | + 4,75% | 9,75% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES II | jan/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 73 | UMBND | + 3,75%+ juros variáveis | 3,80% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES III | jan/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 73 | TJLP | + 5,95% | 10,95% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES IV | jan/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 73 | pré-fixado 5,5% | | 5,50% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES PER | mar/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 15 | pré-fixado 5,5% | | 5,50% | |
| | Banco Itaú BBA -FINAME | até abr-2024 | mensal | Aval Energisa S.A. | 112 | pré-fixado de 2,5% a 10% | | de 2,5% a 10% | |
| | Caixa Econômica Federal -FINAME | jan/22 | mensal | Aval Energisa S.A. | 85 | pré-fixado 8,7% | | 8,70% | |
| | Banco Bradesco - CCB | nov/15 | anual | - | 11 | CDI + 1,25% | | 12,06% | |
| | Banco Itaú BBA BNDES Finem | dez/23 | mensal | Aval Energisa S.A. | 108 | TJLP + 2,25% a 4,15% | | de 7,23% a 9,16% | |
| | Nota Promissória Itaú | jun/15 | final | Aval Energisa S.A. | 6 | CDI | + 2,00% | 12,81% | |
| | Citibank | set/17 | final | Aval Energisa S.A. | 33 | libor + 1,36% | | 15,20% | (1) |
| | Bank of America Merrill Lynch | jun/15 | final | Aval Energisa S.A. | 6 | libor + 2,0% | | 15,92% | (1) |
| | Banco Itaú BBA | set/15 | final | Aval Energisa S.A. | 9 | Dólar | + 2,95% | 16,73% | (1) |
| ENERGISA NF | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | dez/20 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 72 | CDI | + 0,70% | 11,51% | |

| Empresa | Operação | Características da Operação | | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | | Ref. |
|-------------|--|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|------|
| | | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Taxa de Juros a.a. | TIR (Taxa efetiva de juros) | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche | ago/17 | mensal | Recebíveis | 32 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial | mai/19 | mensal, após jun.2014 | - | 53 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Banco HSBC -repasse BNDES I | abr/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 16 | TJLP | + 4,30% | 9,30% | |
| | Banco HSBC -repasse BNDES II | abr/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 16 | UMBND | + 4,3% + juros variáveis | 4,35% | |
| | Banco HSBC -repasse BNDES III | abr/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 16 | TJLP | + 3,90% | 8,90% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES I | dez/20 | mensal | Aval Energisa S.A. | 72 | TJLP | + 4,75% | 9,75% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES II | dez/20 | mensal | Aval Energisa S.A. | 72 | UMBND | + 3,75% + juros variáveis | 3,80% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES III | dez/20 | mensal | Aval Energisa S.A. | 72 | TJLP | + 5,95% | 10,95% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES IV | dez/20 | mensal | Aval Energisa S.A. | 72 | pré-fixado 5,5% | | 5,50% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES V | abr/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 76 | TJLP | + 8,10% | 13,10% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES VI | abr/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 76 | SELIC | + 3,10% | 14,00% | |
| | Banco Itaú BBA -repasse BNDES PER | mar/16 | mensal | Aval Energisa S.A. | 15 | pré-fixado 5,5% | | 5,50% | |
| | Banco Itaú BBA -FINAME | até nov-2024 | mensal | Aval Energisa S.A. | 119 | pré-fixado de 2,5% a 5,5% | | 2,5% a 5,5% | |
| | Banco Itaú BBA - BNDES Automático I | jun/18 | mensal | Aval Energisa S.A. | 42 | TJLP | + 4,65% | 9,65% | |
| | Banco Itaú BBA -BNDES Automático II | jun/18 | mensal | Aval Energisa S.A. | 42 | UMBND | + 3,65% | 3,70% | |
| | Citibank | set/17 | final | Aval Energisa S.A. | 33 | Libor | + 2,25% | 16,21% | (1) |
| | Bank of America Merrill Lynch | mar/16 | final | Aval Energisa S.A. | 15 | Dólar | + 2,45% | 15,84% | |
| | Banco Itaú BBA I | ago/15 | final | Aval Energisa S.A. | 8 | Dólar | + 3,25% | 16,64% | (1) |
| | Banco Itaú BBA II | dez/15 | final | Aval Energisa S.A. | 12 | Dólar | + 3,25% | 16,64% | (1) |
| ENERGISA BO | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | dez/20 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 72 | CDI | + 0,70% | 11,51% | |
| | Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche | nov/16 | mensal | Recebíveis | 23 | RGR 5,0% | | 5,00% | |
| | Financiamento BNB - repasse BNDES I | mar/23 | Mensal - após abr-2017 | Aval Energisa S.A. | 99 | UMBND | + 3,90% | 3,95% | |
| | Financiamento BNB - repasse BNDES II | mar/23 | Mensal - após abr-2017 | Aval Energisa S.A. | 99 | TJLP | + 3,90% | 8,90% | |
| | Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 30 | pré-fixado 7,5% | | 7,50% | (2) |
| | Banco do Nordeste Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE) | ago/19 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 56 | pré-fixado 7,5% | | 7,50% | (2) |
| | Banco Itaú BBA -FINAME | até fev-2021 | mensal | Aval Energisa S.A. | 74 | pré-fixado de 4,5% a 5,5% | | 4,5% a 5,5% | |
| | Banco Itaú BBA -FINEM | abr/21 | mensal | Aval Energisa S.A. | 64 | TJLP | + de 3,81% a 8,10% | | |
| | Bank of America Merrill Lynch | fev/16 | final | Aval Energisa S.A. | 14 | Libor | + 2,45% | 16,07% | |

| Empresa | Operação | Características da Operação | | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | | Ref. |
|-------------------------------|---|-----------------------------|---------------------------|------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------|-----------------------------|------|
| | | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Taxa de Juros a.a. | TIR (Taxa efetiva de juros) | |
| ENERGISA SOLUÇÕES | Banco Itaú BBA | ago/15 | Final | Aval Energisa S.A. | 8 | Dólar + 3,2466% | | 16,64% | (1) |
| | FINEP | out/18 | mensal | Fiança Energisa S.A. | 25 | pré-fixado 8,0% | | 8,00% | |
| | Banco Itaú BBA FINAME | até fev-2024 | Mensal | Aval Energisa S.A. | 57 | pré-fixado de 2,5% a 6,0% | | de 2,5% a 6,0% | |
| ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES | Banco Itaú BBA FINAME | até nov-2024 | Mensal | Aval Energisa S.A. | 57 | pré-fixado 6,0% | | 6,00% | |
| ENERGISA SERV. AÉREOS | Leasing bradesco | dez/15 | mensal | Alienação Fiduciária | 24 | CDI | | 10,33% | |
| REDE ENERGIA | Banco industrial e comercial s.a. (bicbanco) | jul/36 | Mensal | Recebíveis | 259 | IPCA | + 1,05% a.a | 7,46% | |
| | Banco do nordeste do brasil s.a. | jul/36 | Mensal | Recebíveis | 259 | IPCA | + 1,05% a.a | 7,46% | |
| CAIUA | Banco Santander | jun/19 | Mensal | Recebíveis + Aval | 54 | CDI | 2,28% a.a | 13,09% | |
| | Eletrobrás | set/16 | Mensal | Recebíveis | 17 | UFIR | 6,0% a.a | 6% | |
| | HP Leasing | mai/15 | Mensal | Aval | 5 | CDI | 3,72% a.a | 14,51% | |
| ETO | Itaú BBA | nov/17 | Mensal | Aval | 35 | Dólar | + 2,25 % | 15,64% | |
| | Eletrobrás I | fev/13 | Mensal | Recebíveis | 1 | UFIR | 7,18% a.a | 7,18% | |
| | Eletrobrás II | Jun/16 a abr/22 | Mensal | Recebíveis | 37 | UFIR | De 6,0 a 6,50%a.a | de 6,0 a 6,5% | |
| | Banco Santander | jun/19 | mensal | Recebíveis | 54 | CDI | 2,28% a.a | 13,09% | |
| | Banco Santander | jun/19 | mensal | Recebíveis | 54 | CDI | 2,28% a.a | 13,09% | |
| | HP Leasing | mai/15 | mensal | Aval | 5 | CDI | 0% a.a | 10,81% | |
| DENERGE | Opções de compra de ações | jul/36 | mensal | | 259 | TR | 4,0% a.a | 4,90% | |
| CTCE | Banco BMG | jul/36 | mensal | | 259 | | | | |
| EMS | Eletrobrás | jun/15 a mai/22 | trimestral | - | 24 | - | 6,0 a 8,0% a.a | 6,0 a 8,0 | |
| | Safrá finame I | Nov/15 a mar/16 | mensal | Alienação fiduciária | 7 | PRÉ | 8,0% a.a | 8% | |
| | Safrá finame II | nov/15 a mar/16 | mensal | Alienação fiduciária | 9 | URTJLP | 5,7% a.a | 10,70% | |
| | HP Leasing | jan/15 | final | Aval | 1 | CDI | 2,94% a.a | 13,75% | |
| | Volkswagen - leasing | Mar/15 a mai/15 | mensal | Alienação fiduciária | 4 | PRE | 11,88% a.a | 22,69% | |
| | Banco Itaú Notas Promissórias | jan/15 | final | Aval Energisa | 1 | CDI | 2,25% a.a | 13,33% | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | out/34 | mensal | Recebíveis | 237 | TR | 8,0% a.a | 8,93% | |
| EMT | Eletrobrás | até ago/22 | Trimestral | - | 92 | PRÉ | 6,0 a 8,0% a.a | 6,0% a 8,0% a.a | |
| | Banco Fibra/BTG | ago/15 | Mensal | Cessão Sub-rogação CCC | 8 | CDI | 4,43% a.a | 15,24% | |
| | HP leasing | abr/15 | Mensal | Aval | 4 | CDI | 0% a.a | 10,81% | |
| | Banco JP Morgan - | mai/17 | Mensal | Recebíveis | 29 | CDI | 2,0% a.a | 12,81% | |
| | Finame - SAFRA | abr/16 | Mensal | - | 16 | TJLP | 3,9 a 6,5% a.a | 8,89% a 11,52% | |
| | Banco Santander | jun/17 | Mensal | Recebíveis+Av al | 30 | CDI | 2,8% a.a | 13,61% | |
| | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | out/34 | mensal | Recebíveis | 237 | TR | 8,0% a.a | 8,93% | |
| | Banco Merrill Lynch | mai/17 | mensal | Fiança | 29 | CDI | 2,0% a.a | 12,81% | |
| | Cessna Finance | set/20 | trimestral | Depósito | 69 | PRÉ | 6,75% a.a | 6,75% | |

| Empresa | Operação | Características da Operação | | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | | Ref. |
|---------|------------------|-----------------------------|---------------------------|-----------------|-------------------|-----------------|--------------------|-----------------------------|------|
| | | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Taxa de Juros a.a. | TIR (Taxa efetiva de juros) | |
| | | | | Caução | | | | | |
| CNEE | Eletrobrás | set/16 | Mensal | Recebíveis | 21 | UFIR | 6,0% a.a | 6,00% | |
| | HP leasing | mai/15 | Mensal | Aval | 5 | CDI | 3,72% a.a | 14,53% | |
| CFLO | Eletrobrás | jun/16 a jul/18 | Mensal | Recebíveis | 25 | UFIR | 6,0% a.a | 6,00% | |
| | HP leasing | mai/15 | Mensal | Aval | 5 | CDI | 0% a.a | 10,81% | |
| EDEV | Eletrobrás | set/16 | Mensal | Recebíveis | 21 | UFIR | 6,0% a.a | 6,00% | |
| | HP leasing | mai/15 | Mensal | Aval | 5 | CDI | 3,72% a.a | 14,53% | |
| EEB | Eletrobrás | de set/16 a jul/22 | Mensal | Recebíveis | 60 | UFIR | 6,0% a.a | 6,00% | |
| | HP leasing | mai/15 | Mensal | Aval | 5 | CDI | 3,72% a.a | 14,53% | |
| | Banco ABC Brasil | set/15 | Mensal | Aval | 9 | Dólar | + 2,62% | 16,01% | |
| | Banco Itaú | nov/17 | Mensal | Aval | 35 | Dólar | + 3,40% | 16,87% | |

1 - Possui Swap

2 - Considera bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos exercícios:

| Moeda/indicadores | 2014 | 2013 |
|-------------------|--------|--------|
| US\$ x R\$ | 13,39% | 14,64% |
| TJLP | 5,00% | 5,00% |
| SELIC | 10,90% | 8,22% |
| CDI | 10,81% | 8,06% |
| IPCA | 6,41% | 5,91% |
| IGP-M | 3,67% | 5,53% |
| LIBOR | 0,23% | 0,27% |
| UMBNB | 0,05% | 0,04% |

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

| | Controladora | Consolidado |
|-----------|----------------|------------------|
| 2016 | 66.405 | 348.214 |
| 2017 | 66.405 | 669.315 |
| 2018 | 66.405 | 605.163 |
| 2019 | - | 192.578 |
| Após 2019 | - | 1.025.815 |
| Total | <u>199.215</u> | <u>2.841.085</u> |

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Saldos em 2013 e 2012 | 176.513 | 155.059 | 2.104.076 | 1.747.589 |
| Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014 | - | - | 2.856.794 | - |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 440.000 | - | 1.466.527 | 720.152 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 89.286 | 25.488 | 466.569 | 298.206 |
| Pagamento de principal | (29.946) | - | (1.623.777) | (545.959) |
| Pagamento de juros | (96.445) | (4.034) | (286.356) | (115.912) |
| Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*) | - | - | (866.799) | - |
| Saldos em 2014 e 2013 | 579.408 | 176.513 | 4.117.034 | 2.104.076 |
| Circulante | 380.193 | 818 | 1.275.949 | 284.691 |
| Não circulante | 199.215 | 175.695 | 2.841.085 | 1.819.385 |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

| Empresas | Contratos | 2015 | 2016 | 2017 em diante | Total |
|----------|--|------------|------------|----------------|--------------|
| ESE | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | 25 | - | 123 | 148 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | 30 | 30 | 15 | 75 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | 25 | 25 | 12 | 62 |
| | Banco ABC Repasse BNDES | 18 | 18 | 44 | 80 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE) | 56 | 56 | 149 | 261 |
| | | 154 | 129 | 343 | 626 |
| EPB | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | 97 | - | 484 | 581 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | 110 | 110 | 55 | 275 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | 28 | 28 | 14 | 70 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE) | 104 | 104 | 259 | 467 |
| | | 339 | 242 | 812 | 1.393 |
| EMG | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | 24 | - | 119 | 143 |
| | Banco ITAU BBA -BNDES FINEM | 31 | - | - | 31 |
| | | 55 | - | 119 | 174 |
| ENF | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | 6 | - | 32 | 38 |
| | | 6 | - | 32 | 38 |
| EBO | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | 8 | - | 38 | 46 |
| | Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | 19 | 19 | 9 | 47 |
| | | 27 | 19 | 47 | 93 |
| ESOL | Finep | 6 | 6 | 12 | 24 |
| | | 6 | 6 | 12 | 24 |
| ETO | Banco Santander | 184 | 368 | 551 | 1.103 |
| | | 184 | 368 | 551 | 1.103 |
| | TOTAL | 771 | 764 | 1.916 | 3.451 |

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

| | Controladora | | | | |
|--------------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------|
| | 3ª Emissão | 5ª Emissão 1ª S | 5ª Emissão 2ª S | 6ª Emissão | Total |
| Tipo de emissão | Pública | Pública | Pública | Pública | |
| Data de emissão | 01/04/2008 | 15/07/2012 | 15/07/2012 | 01/03/2014 | |
| Data de vencimento | 01/04/2014 | 15/07/2017 | 15/07/2019 | 01/03/2016 | |
| Garantia | Quirografária | Quirografária | Quirografária | Quirografária | |
| Rendimentos | CDI + 1,1% a.a | CDI + 1,3% a.a | CDI + 1,55% a.a | CDI + 2,34% a.a | |
| Quantidade de títulos | 15.000 | 12.857 | 27.143 | 150.000 | |
| Valor na data de emissão | 150.000 | 128.570 | 271.430 | 1.500.000 | |
| Títulos em circulação | 15.000 | 12.857 | 27.143 | 150.000 | |
| Carência de Juros | 6 meses | 6 meses | 12 meses | 12 meses | |
| Amortizações/parcelas | 5 semestrais | 2 anuais | 2 anuais | 2 anuais | |
| Saldos em 2014 | - | 135.818 | 327.704 | 1.660.594 | 2.124.116 |
| Circulante | - | 7.674 | 56.600 | 661.810 | 726.084 |
| Não circulante | - | 128.144 | 271.104 | 998.784 | 1.398.032 |
| Saldos em 2013 | 30.685 | 133.734 | 303.378 | - | 467.797 |
| Circulante | 30.685 | 5.859 | 32.365 | - | 68.909 |
| Não circulante | - | 127.875 | 271.013 | - | 398.888 |

| | Controladora Total | Controlada EMG | Controlada EPB | Controlada ESE | | Subtotal Consolidado |
|--------------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------------------|
| | | 7ª Emissão | 1ª Emissão | 2ª Emissão | 3ª Emissão | |
| Tipo de emissão | | Pública | Pública | Pública | Pública | |
| Data de emissão | | 15/12/2009 | 15/12/2009 | 15/12/2009 | 30/10/2013 | |
| Data de vencimento | | 15/12/2014 | 15/12/2014 | 15/12/2014 | 30/10/2019 | |
| Garantia | | Quirografária | Quirografária | Quirografária | Quirografária | |
| Rendimentos | | CDI + 11,92% a.a | CDI + 11,92% a.a | CDI + 11,92% a.a | 115,5% do CDI | |
| Quantidade de títulos | | 60.000 | 80.000 | 60.000 | 60 | |
| Valor na data de emissão | | 60.000 | 80.000 | 60.000 | 60.000 | |
| Títulos em circulação | | 60.000 | 80.000 | 60.000 | 60 | |
| Carência de Juros | | 6 meses | 6 meses | 6 meses | 24 meses | |
| Amortizações/parcelas | | Final | Final | Final | 5 anuais | |
| Saldos em 2014 | 2.124.116 | - | - | - | 68.746 | 2.192.862 |
| Circulante | 726.084 | - | - | - | 8.746 | 734.830 |
| Não circulante | 1.398.032 | - | - | - | 60.000 | 1.458.032 |
| Saldos em 2013 | 467.797 | 60.051 | 80.029 | 60.051 | 61.062 | 728.990 |
| Circulante | 68.909 | 60.051 | 80.029 | 60.051 | 1.062 | 270.102 |
| Não circulante | 398.888 | - | - | - | 60.000 | 458.888 |

| | | Controlada Rede Energia | Controlada EMT | | | | Controlada EMS | Controlada ETO | Total consolidado |
|-----------------------------|-----------|-------------------------|---|-------------|-------------|------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | | 4ª Emissão | 2ª Emissão | 3ª Emissão | 4ª Emissão | 5ª Emissão | 7ª Emissão | 1ª Emissão | |
| Tipo de emissão | | Pública | Pública | Pública | Pública | Pública | Pública | Pública | |
| Data de emissão | | 22/12/2009 | 15/4/2010 | 7/4/2011 | 19/10/2011 | 15/5/2014 | 31/5/2014 | 31/5/2014 | |
| Data de vencimento | | 22/12/2014 | 15/5/2017 | 7/4/2016 | 20/12/2021 | 17/5/2021 | 30/5/2021 | 30/5/2019 | |
| Garantia | | Quirografária | Flutuante | Flutuante | Flutuante | Flutuante | Quirografária | Quirografária | |
| Rendimentos | | CDI + 3,40% | 1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15% | CDI + 3,90% | CDI + 3,75% | CDI + 2,28% | CDI + 2,28% a.a. | CDI + 2,28% a.a. | |
| TIR (taxa efetiva de juros) | | 14,37% | 1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7% | 14,70% | 14,55% | 13,09% | 13,09% | 13,09% | |
| Quantidade de títulos | | 370.000 | 250 | 98 | 1.000 | 45.000 | 40.000 | 5.000 | |
| Valor na data de emissão | | 370.000 | 1.000.000 | 1.000.000 | 100.000 | 10.000 | 400.000 | 50.000 | |
| Títulos em circulação | | - | 250 | 34 | 1.000 | 45.000 | 40.000 | 5.000 | |
| Carência de Juros | | 6 meses | 6 meses | 6 meses | Não há | 24 meses | 2 anos | 2 anos | |
| Data de repactuação | | - | 1/8/2012 | 21/8/2012 | 14/5/2012 | - | - | - | |
| Amortizações/ parcela | | semestral | Mensal | Mensal | Mensal | Mensal após a carência | semestral | Mensal 30/06/16 | |
| Saldos em 2014 (*) | 2.192.862 | 34.928 | 40.431 | - | - | 453.324 | 401.892 | 50.041 | 3.173.478 |
| Circulante | 734.830 | 1.012 | 40.431 | - | - | 6.017 | 4.281 | 297 | 786.868 |
| Não circulante | 1.458.032 | 33.916 | | | | 447.307 | 397.611 | 49.744 | 2.386.610 |
| Saldos em 2013 (*) | 728.990 | - | - | - | - | - | - | - | 728.990 |
| Circulante | 270.102 | - | - | - | - | - | - | - | 270.102 |
| Não circulante | 458.888 | - | - | - | - | - | - | - | 458.888 |

(*) Deduzido de R\$7.191 (R\$2.241 em 2013) referentes aos custos de captação.

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$297.785 de ajuste a valor presente.

As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, sendo que o waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 10 de abril de 2014, foram suspensas a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

| Ano | Controladora | Consolidado |
|--------------|------------------|------------------|
| 2016 | 1.062.722 | 1.186.535 |
| 2017 | 63.938 | 265.474 |
| 2018 | 135.506 | 337.043 |
| 2019 | 135.866 | 327.397 |
| Após 2019 | - | 270.161 |
| Total | 1.398.032 | 2.386.610 |

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

| 2014 | | | | |
|----------------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|
| | Controladora | | | Consolidado |
| | 5ª Emissão 1ª S | 5ª Emissão 2ª S | 6ª Emissão | |
| Exercício 2015 | - | - | 4.864 | 4.864 |
| Exercício 2016 | 347 | - | 1.216 | 1.563 |
| Após 2016 | 347 | 417 | - | 764 |
| | 694 | 417 | 6.080 | 7.191 |

| 2013 | | | | | | | |
|----------------|--------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | Controladora | | | Controlada EMG | Controlada EPB | Controlada ESE | Consolidado |
| | 3ª Emissão | 5ª Emissão 1ª S | 5ª Emissão 2ª S | 7ª Emissão | 1ª Emissão | 2ª Emissão | |
| Exercício 2014 | 81 | 269 | 91 | 195 | 299 | 195 | 1.130 |
| Exercício 2015 | - | 269 | 91 | - | - | - | 360 |
| Exercício 2016 | - | 269 | 91 | - | - | - | 360 |
| Após 2016 | - | 156 | 235 | - | - | - | 391 |
| | 81 | 963 | 508 | 195 | 299 | 195 | 2.241 |

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Saldo em 2013 e 2012 | 467.797 | 813.772 | 728.990 | 1.057.263 |
| Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014 | - | - | 328.219 | - |
| Novas debêntures obtidas | 1.495.146 | - | 2.514.300 | 102.648 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 203.742 | 67.076 | 327.227 | 102.262 |
| Pagamento de principal | (32.952) | (360.000) | (567.946) | (456.085) |
| Pagamento de juros | (9.617) | (53.051) | (32.140) | (77.098) |
| Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*) | - | - | (125.172) | - |
| Saldo em 2014 e 2013 | 2.124.116 | 467.797 | 3.173.478 | 728.990 |
| | | | | |
| Circulante | 726.084 | 68.909 | 786.866 | 270.102 |
| Não circulante | 1.398.032 | 398.888 | 2.386.612 | 458.888 |

23 Tributos e contribuições sociais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| ICMS | - | - | 222.654 | 62.404 |
| Encargos Sociais | 314 | 285 | 17.083 | 7.123 |
| IRPJ | 50.779 | - | 101.949 | 37.879 |
| CSSL | 25.692 | - | 47.610 | 16.993 |
| PIS/COFINS | 707 | 924 | 101.591 | 39.099 |
| IOF | 1 | 62 | 691 | 4.684 |
| IRRF | 486 | 157 | 6.962 | 2.555 |
| Outros | 2.540 | 316 | 11.678 | 1.249 |
| Total | 80.519 | 1.744 | 510.218 | 171.986 |
| Circulante | 80.519 | 1.744 | 434.254 | 128.179 |
| Não Circulante (1) | - | - | 75.964 | 43.807 |

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

24 Parcelamento de impostos - consolidado

| Descrição | EMG | ESE | EMT | ETO | REDE SUL | 31/12/2014 | 31/12/2013 (*) |
|--------------|------------|--------------|--------------|------------|----------------|----------------|----------------|
| LEI 11.941 | - | - | - | 726 | - | 726 | - |
| INSS | 529 | - | - | - | - | 529 | 1.885 |
| IRPJ | - | - | - | - | - | - | - |
| PIS | - | 303 | - | - | - | 303 | 429 |
| COFINS | - | 4.195 | - | - | 2.574 | 6.769 | 5.734 |
| CSSL | - | 28 | - | - | - | 28 | 35 |
| IRRF | - | 6 | - | - | - | 6 | 6 |
| ICMS | - | - | 5.899 | - | 99.303 | 105.202 | - |
| TOTAL | 529 | 4.532 | 5.899 | 726 | 101.877 | 113.563 | 8.089 |

(*) As informações relativas a 31/12/2013 referem-se às Controladas Energisa Minas Gerais e Energisa Sergipe.

Em 25 de agosto de 2014, as controladas aderiram ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos sejam realizadas pela Receita Federal do Brasil, corrigidos pela variação da Selic. Em 28 de novembro de 2014 ocorreu a opção por efetuar a liquidação total do débito de R\$294.492, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$39.973, registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. As Companhias utilizaram prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios de R\$135.917 e R\$70.227 da Companhia QMRA Participações S/A, pertencente ao mesmo grupo econômico, com pagamento a vista, em espécie, de R\$88.348, correspondente aos 30% permitidos. O processo encontra-se em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil.

Do montante de prejuízos e base negativa de contribuição social próprios utilizados para liquidar os saldos dos parcelamentos, as controladas reconheceram na demonstração de resultado consolidado na rubrica de despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido o valor de R\$31.045.

A demonstração é como segue:

| | Valor original |
|---|----------------|
| Lei 12.996 (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) | |
| Saldo - 2013 | 433.789 |
| Atualização | 30.013 |
| Amortização | (99.962) |
| Redução de multas e juros (outras receitas financeiras) | (39.973) |
| Inclusão Parcelamentos Lei 11.941 e demais débitos | 30.381 |
| Antecipações | (56.456) |
| Pagamento de 30% | (88.348) |
| Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Calculo Negativa de CSLL - Próprios | (135.917) |
| Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Calculo Negativa de CSLL - CIAS do mesmo Grupo Econômico | (70.227) |
| Saldos em 2014 dos parcelamentos | 3.300 |

As Controladas Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB utilizaram os benefícios do Parcelamento instituído pelo Estado de São Paulo através do Decreto 60.344/2014 para liquidar à vista os débitos de ICMS.

A liquidação dos débitos gerou redução de multas e juros líquidos de R\$20.219, registrado em outras receitas financeiras no consolidado, conforme demonstrado abaixo:

| Controlada | Valor Débito Original | Pagto a Vista | Redução de Juros e Multas |
|--------------|-----------------------|---------------|---------------------------|
| CAIUA | 40.402 | 30.341 | 10.061 |
| CNEE | 10.081 | 6.933 | 3.148 |
| EDEVP | 8.726 | 6.353 | 2.373 |
| EEB | 19.518 | 14.881 | 4.637 |
| Total | 78.727 | 58.508 | 20.219 |

Segue número de parcelas de amortização dos parcelamentos:

| Descrição | EMG | ESE | EMT | ETO | REDE SUL |
|--------------|----------|------------|-----------|-----------|------------|
| LEI 12.996 | - | - | - | 62 | - |
| LEI 11.941 | - | - | - | - | 14 |
| INSS | 6 | - | - | - | - |
| PIS | - | 28 | - | - | - |
| COFINS | - | 28 | - | - | - |
| CSLL | - | 28 | - | - | - |
| IRRF | - | 28 | - | - | - |
| ICMS | - | - | 20 | - | 99 |
| Total | 6 | 112 | 20 | 62 | 113 |

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

| | 2014 | 2013 (*) |
|----------------|----------------|--------------|
| 2014 | 6.413 | 3.372 |
| 2015 | 19.306 | 2.374 |
| 2016 | 18.877 | 2.343 |
| Após | 68.967 | - |
| Total | 113.563 | 8.089 |
| Circulante | 22.851 | 3.372 |
| Não circulante | 90.712 | 4.717 |

(*) Os valores relativos a 31 de dezembro de 2013 referem-se às controladas Energisa Minas Gerais e Energisa Sergipe.

25 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

Risco provável - composição e movimentações

| | Saldo inicial 2013 | Saldos Iniciais consolidado 11/04/2014 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | Saldo final 2014 |
|------------------------------------|-----------------------|--|---------------------------|---------------------------|---------------|---------------------|
| Trabalhistas | 26.361 | 142.998 | 101.187 | (74.261) | 5.501 | 201.786 |
| Cíveis | 37.714 | 372.565 | 115.945 | (179.427) | 20.473 | 367.270 |
| Fiscais | 4.532 | 51.233 | 11.467 | (12.239) | 5.065 | 60.058 |
| Total | 68.607 | 566.796 | 228.599 | (265.927) | 31.039 | 629.114 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (31.156) | | | | | (115.014) |

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$163.318 (R\$61.371 em 2013). Desse total, R\$48.304 (R\$30.215 em 2013) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período foram pagos no consolidado o montante de R\$39.116 (R\$15.298 em 2013) sendo de indenizações trabalhistas R\$27.364 (R\$6.505 em 2013) e de indenizações cíveis R\$11.751 (R\$8.793 em 2013).

| | Saldo inicial 2012 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | Saldo final 2013 |
|------------------------------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|--------------|---------------------|
| Trabalhistas | 29.648 | 6.470 | (11.191) | 1.434 | 26.361 |
| Cíveis | 33.367 | 13.369 | (10.827) | 1.806 | 37.715 |
| Fiscais | 6.806 | 329 | (3.072) | 468 | 4.531 |
| Total | 69.821 | 20.168 | (25.090) | 3.708 | 68.607 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (25.297) | | | | (31.156) |

(*) As controladas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$61.371 (R\$56.259 em 2012). Desse total, R\$ 30.215 (R\$30.962 em 2012) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral,

estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$1.927.780 (R\$695.036 em 2013) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Do incremento dos valores dos processos de perdas possíveis no consolidado, inclui R\$1.100.542 referente às empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, refletindo o aumento quando comparado com 31 de dezembro de 2013.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$129.202 (R\$35.937 em 2013), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Do aumento das ações no período no montante de R\$99.563 (R\$74.830 em 2013), R\$72.033 referem-se ao incremento das ações relacionadas às empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, sobre os seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas

reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias e a cobrança de contribuição sindical. Desse montante, R\$27.530 são originários basicamente de reclamações trabalhistas que se referem à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da controlada Energisa Paraíba em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados e refere-se a ação civil pública movida pelo Ministério Público contra as controladas Energisa Sergipe e Energisa Minas Gerais, que objetiva impedir a terceirização e determina obrigações relacionadas à saúde e segurança do trabalho. Foi protocolado Recurso Ordinário para o TRT, o qual foi dado provimento, anulando a sentença e de todos os atos processuais e determinou o retorno do processo à 1ª instância para nova instrução processual e apreciação da matéria a feita na fase instrutória, de todas as questões jurídico processuais postas pelas partes, e não apreciadas ante a nulidade dos atos declarados no Juízo Revisorial (TRT).

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$922.354 (R\$181.077 em 2013) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O aumento de R\$661.184 das ações judiciais de natureza cível, refere-se, basicamente ao incremento das ações das empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, no montante de R\$651.434, cujos objetos estão descritos acima, bem como com perdas possíveis referentes ações de ação civil pública de ligação nova (demora no atendimento), ação de cobrança, rede de distribuição, suspensão de fornecimento, danos elétricos, ICMS sobre demanda contratada, revisão de provisões e atualização monetária.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$882.087 (R\$478.022 em 2013), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Do aumento de R\$414.864 das ações judiciais de natureza fiscal e tributária, R\$377.075, refere-se ao incremento das ações das empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, cujas discussões estão descritas acima, bem como a revisão de antigas provisões e atualização monetária.

Os processos administrativos da controlada indireta EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

26 Taxas regulamentares e obrigação do programa de eficiência energética - consolidado

| | 2014 |
|--|----------------|
| Quota Reserva Global de Reversão - RGR | 73.625 |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA | 125.132 |
| Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC | 114.996 |
| Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 158.434 |
| Total | 472.187 |
| Circulante | 294.601 |
| Não circulante | 177.586 |

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parceladas, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUA, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

27 Patrimônio Líquido

27.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.010.000 (R\$1.010.000 em 2013), representando 1.245.690.889 ações nominativas, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units é de 155.880.012.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em premio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 2013) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 2013) ações preferenciais. O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$60.189 (R\$54.730 em 2013)

27.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

27.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R\$66.976 (R\$22.715 em 2013) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

27.4 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram

capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$105.214 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

27.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

| | 2014 | 2013 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 280.478 | 201.361 |
| Lucros acumulados | - | 305 |
| Reserva legal (5%) | (14.024) | (10.068) |
| Lucro líquido ajustado | 266.454 | 191.598 |
| Dividendos obrigatórios (25%) | 66.613 | 47.899 |
| Dividendos obrigatórios provisionados | | |
| Pagamentos dividendos: | | |
| Dividendos antecipados pagos em setembro de 2014 (pagos em 03 de junho e 21 de agosto de 2013): | | |
| Valor pago por ações R\$0,055 e R\$0,28 (R\$0,0327 e R\$0,0233 em 2013) e valor pago por Units R\$0,1635 e R\$0,1165 (R\$0,1635 e R\$ 0,1165 em 2013) respectivamente. | 68.532 | 68.532 |
| Dividendos adicionais propostos: (1) | | |
| Valor por ação R\$0,105 (R\$0,082 em 2013) e valor por Units R\$0,535 (R\$0,41 em 2013) | 130.946 | 100.351 |
| Total dos dividendos | 199.478 | 168.883 |
| % sobre o lucro líquido ajustado | 74,87% | 88,14% |

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido no montante de R\$130.946, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 27 de fevereiro de 2014 o pagamento dos dividendos adicionais propostos a partir de 12 de março de 2014.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

27.6 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

| Controladas | Órgão Governamental | Nº do laudo constitutivo | Redução de Imposto de Renda (consolidado) | |
|--------------|---------------------|--------------------------|---|---------------|
| | | | 2014 | 2013 |
| EPB | SUDENE | 197/2012 | 26.033 | 35.619 |
| ESE | SUDENE | 205/2012 | 962 | 1.825 |
| EBO | SUDENE | 206/2012 | 25.763 | 11.373 |
| EMT (1) | SUDAM | 114/2014 | - | - |
| ETO (2) | SUDAM | 113/2014 | - | - |
| Total | | | 52.758 | 48.817 |

(1) A controlada EMT, não apurou lucro de exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(2) A controlada ETO, muito embora tenha obtido o deferimento de seu pedido junto a SUDAM, está aguardando a aprovação pela Receita Federal do Brasil.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

28 Receita operacional

28.1 Receita operacional bruta - controladora

| | 2014 | 2013 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Receita operacional | | |
| Serviços especializados (*) | 64.306 | 60.755 |
| Deduções a receita operacional | | |
| PIS | 1.061 | 1.002 |
| COFINS | 4.887 | 4.617 |
| ISS | 1.295 | 1.224 |
| Receita operacional líquida | 57.063 | 53.912 |

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados a controladas.

28.2 Receita operacional bruta - consolidada

| | 2014 | | | 2013 | | |
|--|--|-------------------|-------------------|--|------------------|------------------|
| | Não auditado pelos auditores independentes | | R\$ (*) | Não auditado pelos auditores independentes | | R\$ |
| | Nº de consumidores | MWh | | Nº de consumidores | MWh | |
| Residencial | 5.038.205 | 7.866.646 | 3.705.221 | 2.196.518 | 3.179.984 | 1.389.789 |
| Industrial | 68.003 | 3.315.945 | 1.347.901 | 12.447 | 1.252.499 | 375.963 |
| Comercial | 460.500 | 4.407.522 | 2.118.141 | 190.337 | 1.567.474 | 677.605 |
| Rural | 578.362 | 1.988.233 | 670.980 | 215.285 | 564.317 | 180.772 |
| Poder Público: | | | | | | |
| Federal | 3.246 | 242.767 | 127.392 | 946 | 108.665 | 56.886 |
| Estadual | 15.854 | 434.819 | 172.296 | 8.688 | 161.084 | 60.644 |
| Municipal | 41.903 | 404.394 | 176.025 | 16.995 | 158.203 | 44.421 |
| Iluminação Pública | 5.934 | 1.096.983 | 259.349 | 1.683 | 500.966 | 109.342 |
| Serviço Público | 7.048 | 901.122 | 268.031 | 2.934 | 486.455 | 112.697 |
| Consumo Próprio | 1.309 | 29.267 | - | 440 | 11.675 | - |
| Subtotal | 6.220.364 | 20.687.698 | 8.845.336 | 2.646.273 | 7.991.322 | 3.008.119 |
| Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão | - | - | 53.834 | - | - | 46.214 |
| Suprimento | 3 | 721.193 | 178.955 | 2 | 281.435 | 48.658 |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | 25.006 | 49.455 | - | 43.760 | (2.077) |
| Venda de energia a consumidores livres | - | 2.552.377 | 405.823 | - | 1.500.112 | 228.067 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição | 236 | 921.347 | 135.999 | 72 | - | 118.585 |
| Serviços especializados | - | - | 57.998 | - | - | 64.547 |
| Receita de Construção | - | - | 853.019 | - | - | 283.292 |
| Ativos e passivos regulatórios | - | - | 355.543 | - | - | - |
| Outras receitas operacionais | - | - | 477.866 | - | - | 34.479 |
| Total - receita operacional bruta | 6.220.603 | 24.907.621 | 11.413.828 | 2.646.347 | 9.816.629 | 3.829.884 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| ICMS | - | - | 1.942.660 | - | - | 645.338 |
| PIS | - | - | 177.651 | - | - | 59.743 |
| COFINS | - | - | 810.322 | - | - | 275.212 |
| ISS | - | - | 5.066 | - | - | 4.973 |
| Quota para RGR | - | - | - | - | - | (6.404) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 32.188 | - | - | 11.259 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 76.303 | - | - | 9.648 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CCC | - | - | - | - | - | 4.886 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | - | - | 32.188 | - | - | 20.279 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | - | - | 57.891 | - | - | - |
| Total | - | - | 3.134.269 | - | - | 1.024.934 |
| Total - receita operacional líquida | 6.220.603 | 24.907.621 | 8.279.559 | 2.646.347 | 9.816.629 | 2.804.948 |

(*) A partir de 11 de abril de 2014, em face das aquisições das empresas do Grupo Rede, somente foram computados os valores de fornecimento a partir daquela data.

29 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

| Controladora | | | | | |
|---|----------------------|-----------------------|--------------------|---------------|---------------|
| Natureza do Gasto | Prestado a Terceiros | Despesas Operacionais | | Total | |
| | | Com Vendas | Gerais e Administ. | 2014 | 2013 |
| Pessoal e administradores | | | 17.359 | 17.359 | 15.168 |
| Entidade de previdência privada | - | - | 170 | 170 | 163 |
| Material | 8.303 | - | (7.705) | 598 | 507 |
| Serviços de terceiros | 238 | 25 | 38.216 | 38.479 | 10.297 |
| Depreciação e amortização | - | - | 23.389 | 23.389 | 17.637 |
| Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis | - | - | 406 | 406 | (342) |
| Outras | 805 | - | 756 | 1561 | 1.058 |
| | 9.346 | 25 | 72.591 | 81.962 | 44.488 |

| Consolidado | | | | | | | |
|---|----------------------|------------------|----------------------|-----------------------|--------------------|------------------|------------------|
| Natureza do Gasto | Custo do Serviço | | | Despesas Operacionais | | Total | |
| | Com Energia Elétrica | De Operação | Prestado a Terceiros | Com Vendas | Gerais e Administ. | 2014 | 2013 |
| Energia elétrica comprada para revenda (*) | 4.060.162 | - | - | - | - | 4.060.162 | 1.278.816 |
| Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*) | 266.216 | - | - | - | - | 266.216 | 130.263 |
| Pessoal e administradores | - | 309.142 | 33.844 | 62.438 | 264.173 | 669.597 | 288.956 |
| Entidade de previdência privada | - | 10.683 | 11 | 3.038 | 16.614 | 30.346 | 20.444 |
| Material | - | 49.702 | 14.993 | 11.921 | 16.344 | 92.960 | 31.694 |
| Serviços de terceiros | - | 218.791 | 13.449 | 111.896 | 218.539 | 562.675 | 149.189 |
| Depreciação e amortização | - | 505.732 | 1.473 | 329 | 83.823 | 591.357 | 141.491 |
| Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis | - | - | - | (40.493) | - | (40.493) | 10.844 |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | - | 5.948 | | 3.950 | (47.226) | (37.328) | (3.444) |
| Custo de construção | - | | 853.017 | - | | 853.017 | 283.292 |
| Outras | - | 16.204 | 3.470 | 42.016 | 185.754 | 247.444 | 52.067 |
| | 4.326.378 | 1.116.202 | 920.257 | 195.095 | 738.021 | 7.295.953 | 2.383.612 |

30 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

| | MWH (2) | | Energia elétrica comprada p/revenda | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 (3) | 2013 |
| Energia de Itaipu - Binacional | 2.337.755 | 285.542 | 322.417 | 32.802 |
| Energia de leilão | 8.405.250 | 3.758.064 | 1.778.506 | 621.404 |
| Energia bilateral | 8.093.484 | 2.811.147 | 1.616.783 | 495.972 |
| Cotas de Angra REN 530/12 | 773.106 | 342.934 | 119.205 | 46.515 |
| Energia de curto prazo - CCEE | 1.034.809 | 330.693 | 1.046.742 | 138.376 |
| Cotas Garantia Física-Res. Homologação ANEEL 1410 - Anexo I | 5.116.449 | 3.062.535 | 158.949 | 94.037 |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 494.577 | 207.866 | 132.838 | 49.494 |
| Ressarcimento pela exposição térmica (1) | - | - | (707.870) | (80.497) |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | - | (407.408) | (119.287) |
| Total | 26.255.430 | 10.798.781 | 4.060.162 | 1.278.816 |

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado -CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(2) Não auditado pelos auditores independentes.

(3) Nos valores e quantidades de 2014, inclui a partir de 11/04/2014 as informações das distribuidoras adquiridas (EMT, ETO, EMS e Empresas Sul Sudeste).

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica conforme abaixo:

| Meses | Despacho | EMG | EPB | ESE | EBO | EMT | ETO | EMS | Empresas Sul Sudeste | Total |
|-----------|---|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------------|----------------|
| Janeiro | Despacho nº 515 de 07 de março de 2014 | 2.529 | 10.708 | 4.107 | 1.769 | - | - | - | - | 19.113 |
| Fevereiro | Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014 | 6.686 | 32.024 | 22.265 | 5.987 | - | - | - | - | 66.962 |
| Março | Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014 | 7.154 | 48.528 | 25.934 | 8.520 | - | - | - | - | 90.136 |
| Abril | Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014 | 3.853 | 31.077 | 16.387 | 6.555 | - | 4.852 | 8.038 | 24.371 | 95.133 |
| Maio | Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014 | 3.736 | 28.949 | 14.265 | 5.587 | - | 390 | - | 6.058 | 58.985 |
| Junho | Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014 | 1.057 | - | - | 295 | - | 6.801 | - | 2.257 | 10.410 |
| Julho | Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014 | - | 9.604 | 620 | 2.090 | - | 12.797 | - | 3.574 | 28.685 |
| Agosto | Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014 | - | 11.711 | 7.930 | 2.819 | 10.528 | 23.463 | - | 4.749 | 61.200 |
| Setembro | Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014 | - | 17.914 | 12.382 | 5.138 | 80.681 | 33.098 | - | 8.748 | 157.961 |
| Outubro | Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014 | 1.000 | 11.191 | 6.732 | 3.323 | 42.490 | 23.750 | 18.681 | 12.118 | 119.285 |
| | | 26.015 | 201.706 | 110.622 | 42.083 | 133.699 | 105.151 | 26.719 | 61.875 | 707.870 |

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias. Os demais valores encontram-se pendentes de ressarcimento.

Os montantes foram registrados no resultado pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

31 Outros Resultados

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|-----------|---------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Outras Receitas: | | | | |
| Ganhos na desativação | 382 | 64 | 47.762 | 21.062 |
| Outras | - | 25 | 7.301 | 7.213 |
| Total | 382 | 89 | 55.063 | 28.275 |
| Outras Despesas: | | | | |
| Perdas na desativação | 79 | 28 | 63.327 | 37.212 |
| Outras | 34 | 5 | 8.323 | 361 |
| Total | 113 | 33 | 71.650 | 37.573 |

32 Receitas e despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Receita de aplicações financeiras | 49.662 | 26.871 | 156.649 | 62.159 |
| Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida | - | - | 114.751 | 42.708 |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | - | - | 31.527 | 29.567 |
| Comissão de aval | 19.866 | 17.642 | - | - |
| Outras receitas financeiras | 78.711 | 2.876 | 189.549 | 29.799 |
| Total receitas financeiras | 148.239 | 47.389 | 492.476 | 164.233 |
| Encargos de dívidas - juros | (240.839) | (71.190) | (563.506) | (192.237) |
| Encargos de dívidas - variação monetária cambial | (52.188) | (21.375) | (230.290) | (177.119) |
| (-) Transferência para ordens em curso | - | - | 12.923 | 7.126 |
| Marcação a Mercado Derivativos | 5.363 | (44.727) | (6.960) | (114.939) |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 15.503 | 26.516 | 87.312 | 152.275 |
| Atualização dos contratos de mutuo | (1.238) | - | (146.477) | (1.160) |
| Ajuste a valor presente | - | - | (161.655) | - |
| Despesas com IOF | (1.960) | (249) | (17.240) | (1.047) |
| Atualização Parcelamento | - | - | (6.081) | (604) |
| Juros/multa | (2.113) | (29) | (44.960) | (2.129) |
| Outras despesas financeiras | (24.947) | (542) | (51.468) | (33.506) |
| Total despesas financeiras | (302.419) | (111.596) | (1.128.402) | (363.340) |
| Despesas financeiras líquidas | (154.180) | (64.207) | (635.926) | (199.107) |

33 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de vencimento | Cobertura securitária | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Riscos operacionais | 23/10/2015 | 90.000 | 31 | 31 | 1.714 | 1.706 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/10/2015 | 50.600 | 13 | 10 | 927 | 937 |
| Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros | 23/10/2015 | Até R\$360 mil/ veículo | 13 | 12 | 589 | 590 |
| Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco | 04/10/2015 | 10.000 | - | - | 127 | - |
| Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA) | 12/12/2015 | 521 | - | - | 3 | 7 |
| Aeronáutico - casco/LUC | 12/12/2015 | 129.365 | - | - | 197 | 237 |
| Riscos de engenharia | 01/03/2015 | 287.295 | - | - | 331 | 404 |
| Responsabilidade civil geral - PCH's | 01/03/2015 | 60.000 | - | - | 122 | 178 |
| Multirrisco | 25/04/2015 | 200.000 | - | - | 126 | 68 |
| Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais | 31/12/2015 | 86.285 | 158 | 128 | 1.434 | 1.307 |
| Transportes | 06/05/2015 | 1.500/ transporte | | - | 2 | 9 |
| | | | 215 | 181 | 5.572 | 5.443 |

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V -Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

34 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$35.457 (R\$37.097 em 2013) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$4.335 (R\$4.330 em 2013) no consolidado, como despesa de depreciação e de R\$1.783 no consolidado como despesa financeira.

Os parques Eólicos Renascenças I, II, III, IV e Ventos São Miguel, possuem contratos de arrendamento operacional firmados com diversos proprietários de imóveis rurais no Município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Os contratos são remunerados a partir do período operacional, iniciado a partir de 01 de setembro de 2013, em face do início das operações, com base em um percentual fixo de 0,85% da receita bruta dos parques eólicos ou valor fixo de R\$5, na data de assinatura do contrato de arrendamento, por megawatt de capacidade de geração instalada, deduzidos dos impostos, taxas e contribuições incidentes. Abaixo seguem os pagamentos futuros dos arrendamentos:

| | 2014 (*) | 2013 |
|---------------------------------|----------|--------|
| Até um ano | 818 | 722 |
| Mais de um ano e até cinco anos | 3.271 | 3.089 |
| Mais de cinco anos | 12.267 | 11.583 |

(*) Conforme nota explicativa nº 41, os montantes referentes aos arrendamentos dos parques Eólicos foram reclassificados para ativos e passivos disponíveis para venda.

35 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| Controladora | | | | |
|--|----------|-------------|----------|-------------|
| | 2014 | | 2013 | |
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalente de caixa | 50.249 | 50.249 | 75.107 | 75.107 |
| Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados | 6.046 | 6.046 | 162.302 | 162.302 |
| Clientes, consumidores e concessionárias | 5.158 | 5.158 | 4.812 | 4.812 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 74.361 | 74.361 | 18.469 | 18.469 |

| | 2014 | | 2013 | |
|---|-----------|-------------|----------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 1.182 | 1.182 | 2.425 | 2.425 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 2.703.524 | 2.681.385 | 644.310 | 626.676 |

| Consolidado | | | | |
|--|-----------|-------------|----------|-------------|
| | 2014 | | 2013 | |
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 576.072 | 576.072 | 252.185 | 252.185 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 1.048.557 | 1.048.557 | 526.646 | 526.646 |
| Clientes, consumidores e concessionárias | 1.541.985 | 1.541.985 | 407.174 | 407.174 |
| Títulos de créditos a receber e outros | 108.543 | 108.543 | 81.416 | 81.416 |
| Contas a receber da concessão | 3.024.053 | 3.024.053 | 801.188 | 801.188 |
| Ativos regulatórios | 1.008.801 | 1.008.801 | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 217.103 | 217.103 | 94.355 | 94.355 |

| | 2014 | | 2013 | |
|---|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 1.326.139 | 1.326.139 | 324.460 | 324.460 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 7.290.512 | 7.268.373 | 2.833.066 | 2.817.901 |
| Passivos regulatórios | 654.980 | 654.980 | - | - |
| Instrumento financeiro - MTM (*) | 328.231 | 328.231 | - | - |

(*) A controlada EEVP possui contrato que configura opção de venda de ações e embute um instrumento de características semelhantes a de um derivativo.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses 5ª e 6ª emissão de debêntures da controladora, 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), as notas promissórias da controladora e da EMS, a 3ª emissão de Debêntures (ESE) e a 1ª emissão da Tangará, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a

qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

| | Consolidado | |
|---------------------------------|-------------|-----------|
| | 2014 | 2013 |
| Dívida (a) | 7.290.512 | 2.833.066 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (576.072) | (252.185) |
| Dívida Líquida | 6.714.440 | 2.580.881 |
| Patrimônio líquido (b) | 2.998.860 | 1.826.516 |
| Índice de endividamento líquido | 2,24 | 1,41 |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

| Controladora | | | | | | | |
|---|--|----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| Fornecedores | | 1.182 | - | - | - | - | 1.182 |
| Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures. | 13,83% | 711.122 | 366.916 | 1.641.211 | 460.095 | - | 3.179.344 |
| Total | | 712.304 | 366.916 | 1.641.211 | 460.095 | - | 3.180.526 |

| Consolidado | | | | | | | |
|---|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Fornecedores | | 966.244 | - | - | - | 359.895 | 1.326.139 |
| Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures. | 9,80% | 1.468.826 | 1.084.477 | 3.663.525 | 2.124.188 | 2.848.270 | 11.189.286 |
| Total | | 2.435.070 | 1.084.477 | 3.663.525 | 2.124.188 | 3.208.165 | 12.515.425 |

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 50.249 | 75.107 | 576.072 | 252.185 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 6.046 | 162.302 | 1.048.557 | 526.646 |
| Clientes, consumidores e concessionárias | 5.158 | 4.812 | 1.541.985 | 407.174 |
| Títulos de créditos a receber e outros | - | - | 108.543 | 81.416 |
| Contas a receber da concessão | - | - | 3.024.053 | 801.188 |
| Ativos regulatórios | - | - | 1.008.801 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 74.361 | 18.469 | 217.103 | 94.355 |
| Instrumentos financeiros - MTM | - | - | 328.231 | - |

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 16 e 35.

b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 13,39% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,6562/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2014, de R\$7.301.154 (R\$2.837.112 em de 2013), R\$1.593.629 (R\$1.001.552 em 2013) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. Desse montante, apenas 3% não possui proteção contra variação cambial adversa por se tratar de uma operação de leasing cujo preço do ativo é denominado em dólar.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 27 de Abril de 2018) e custo máximo de US\$ mais 4,4% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta no ativo não circulante R\$74.361 (R\$18.469 em 31 de dezembro de 2013) na controladora, R\$59.705 no ativo circulante e R\$157.398 (R\$94.355 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da

volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 97% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

| Dívida | Notional (USD) | Custo Financeiro/Taxa (ao ano) | Vencimento | Limitador |
|--|----------------|--------------------------------|------------|--|
| Loan 4131 BAML x EBO 3 | 4.000 | | 01/02/2016 | - |
| P. Ativa | | Libor + 2,45% | | |
| P. Passiva | | 116,45% CDI | | |
| Loan 4131 BAML x ENF 5 | 4.000 | | 05/03/2015 | - |
| P. Ativa | | Libor + 2,35% | | |
| P. Passiva | | 114,75% CDI | | |
| Loan 4131 Citibank x ESA 1A | 75.000 | | 27/04/2018 | 2,8576(Abr -16) |
| P. Ativa | | Libor + 1,64% | | 3,0235(Abr - 17) |
| P. Passiva | | 102,15% CDI | | 3,1896(Abr-18) |
| Loan 4131 Itau BBA x EBO 2/ENF 3/ EPB 1 | 25.900 | | 17/08/2015 | 2,85 (Ago - 15) |
| P. Ativa | | VC + 4,33% | | |
| P. Passiva | | 100,00% CDI | | |
| Loan 4131 Itau BBA x EMG 3 | 30.000 | | 21/09/2015 | 2,85 (Set - 15) |
| P. Ativa | | VC + 3,93% | | |
| P. Passiva | | 101,50% CDI | | |
| Loan 4131 BAML x ESE 1 | 30.000 | | 21/09/2015 | 2,90 (Set - 15) |
| P. Ativa | | Libor + 2,45% | | |
| P. Passiva | | 100,00% CDI | | |
| Loan 4131 Citibank x EPB 2 | 40.000 | | 21/09/2017 | 3,0185 (Set - 16) 3,1975 (Set - 17) |
| P. Ativa | | Libor + 1,90% | | |
| P. Passiva | | 101,00% CDI | | |
| Loan 4131 Itaú BBA x ENF 4 | 2.410 | | 28/12/2015 | 2,95 (Dez - 15) |
| P. Ativa | | VC + 3,82% | | |
| P. Passiva | | 110,50% CDI | | |
| Loan 4131 Itaú BBA x ESE 2/EPB 3 | 110.508 | | 17/04/2018 | 3,11 (Abr - 17) 3,30 (Abr -18) |
| P. Ativa | | VC + 4,105% | | |
| P. Passiva | | 108,95% CDI | | |
| Loan 4131 Citibank x ESE 3 | 50.000 | | 19/04/2018 | 3,31 (Abr -18) |
| P. Ativa | | Libor + 1,91% | | |
| P. Passiva | | 103,50% CDI | | |
| Loan 4131 ABC Brasil x ESA 2 | 36.224 | | 02/01/2015 | - |
| P. Ativa | | VC + 3,20% | | |
| P. Passiva | | CDI + 2,90% | | |
| Loan 4131 BAML x EMT 1 | 8.787 | | 04/05/2017 | - |

| Divida | Notional (USD) | Custo Financeiro/Taxa (ao ano) | Vencimento | Limitador |
|---------------------------------|----------------|--------------------------------|------------|-----------|
| P. Ativa | | Libor + 1,50% | | |
| P. Passiva | | CDI + 1,45% | | |
| Loan 4131 | | | | |
| Itaú BBA x UVA I/UVAIL | 17.887 | | 05/03/2015 | - |
| P. Ativa | | VC + 1,40% | | |
| P. Passiva | | CDI + 2,25% | | |
| Loan 4131 | | | | |
| ABC Brasil x Bragantina 1 | 17.094 | | 11/09/2015 | - |
| P. Ativa | | VC + 3,50% | | |
| P. Passiva | | CDI + 2,90% | | |
| Loan 4131 | | | | |
| Citibank x ENF 6/EMG 4 | 24.700 | | 28/09/2017 | - |
| P. Ativa | | Libor + 1,36% | | |
| P. Passiva | | 113,90% CDI | | |
| Loan 4131 | | | | |
| Santander x ESA 3 | 40.883 | | 28/09/2015 | - |
| P. Ativa | | VC + 2,80% | | |
| P. Passiva | | 117,30% CDI | | |
| Loan 4131 | | | | |
| BAML x EMG 5 | 28.515 | | 10/06/2015 | |
| P. Ativa | | VC + 1,79% | | |
| P.Passiva | | 112,5% CDI | | |
| Loan 4131 | | | | |
| ABC Brasil x ESA 4 | 31.873 | | 30/11/2015 | |
| P. Ativa | | VC + 4,40% | | |
| P.Passiva | | CDI + 2,90% | | |
| Loan 4131 | | | | |
| Itaú BBA x Caiuá 1/Bragantina 2 | 29.877 | | 28/11/2017 | |
| P. Ativa | | VC + 4,00% | | |
| P.Passiva | | CDI + 2,25% | | |
| Loan 4131 | | | | |
| ABC Brasil x ESA 5 | 29.963 | | 02/07/2015 | |
| P. Ativa | | VC + 4,00% | | |
| P.Passiva | | CDI + 2,90% | | |

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

| Operação | Notional (BRL) | Operação | Vencimento |
|-----------------|----------------|----------------------------|------------|
| SWAP | | | |
| ESA x HSBC | 33.333 | | 17/10/2016 |
| P. Ativa | | CDI + 1,60% | |
| P. Passiva | | 109,2% CDI + (TJLP-6%) | |
| SWAP | | | |
| ESA x Santander | 166.666 | | 17/10/2016 |
| P. Ativa | | CDI + 1,60% | |
| P. Passiva | | CDI + 1,27% + (TJLP-6%) | |
| SWAP | | | |
| ESA x Santander | 128.570 | | 17/07/2017 |
| P. Ativa | | CDI + 1,30% | |
| P. Passiva | | CDI + 1,00% + (TJLP-5,5%) | |
| SWAP | | | |
| ESA x HSBC | 128.570 | | 17/07/2017 |
| P. Ativa | | CDI + 0% | |
| P. Passiva | | Pré 8,8% + (TJLP-5,5%) | |
| SWAP | | | |
| ESA x Santander | 271.430 | | 15/07/2019 |
| P. Ativa | | IPCA + 6,15% | |
| P. Passiva | | IPCA + 5,85% + (TJLP-5,5%) | |
| SWAP | | | |
| ESA x BAML | 287.616 | | 15/07/2019 |
| P. Ativa | | IPCA + 5,85% | |
| P. Passiva | | CDI + 0,99% | |
| SWAP | | | |
| ESA x HSBC | 141.600 | | 27/04/2018 |
| P. Ativa | | 100% CDI | |
| P. Passiva | | 96% CDI + (TJLP-5,5%) | |
| SWAP | | | |
| ESA x HSBC | 175.000 | | 15/06/2020 |
| P. Ativa | | Pré 9,63% | |
| P. Passiva | | 102,65% CDI | |
| SWAP | | | |
| EMS x HSBC | 31.111 | | 05/09/2016 |
| P. Ativa | | CDI + 3,5% | |
| P. Passiva | | 132% CDI + (TJLP-6,0%) | |

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia e de suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 que podem ser assim resumidos:

| | Valor de referência | | Descrição | Valor justo | |
|---------------------------|---------------------|-----------|--------------------------------------|-------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 |
| | | | | | |
| Swap de Juros | 1.363.897 | 1.632.786 | Posição Ativa | | |
| | | | Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA | 1.466.839 | 1.700.210 |
| | | | Posição Passiva | | |
| | | | Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA | (1.447.383) | (1.696.049) |
| | | | Posição Total Swap | 19.456 | 4.161 |
| | | | | | |
| Swap Cambial com opções - | 1.385.427 | 894.716 | Posição Ativa | | |
| | | | Moeda Estrangeira-USD e LIBOR | 1.729.372 | 1.098.466 |
| | | | Posição Passiva | | |
| | | | Taxa de Juros CDI | (1.435.984) | (920.169) |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (90.166) | (88.103) |
| | | | Posição Total Swap Com Opções | 203.222 | 90.194 |

(*) Considera de R\$40.000 de valor de referencia e R\$5.834 de valor justo das operações de derivativos de ativos disponíveis para venda.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

(3) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

| Operação | Exposição (**) | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|-------------------|--------------|--------------------------------|--|--------------------------------------|
| Instrumentos financeiros | | | | | |
| Swap com Opções | - | | 167.333 | (215.070) | (597.463) |
| Posição Ativa -Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | 1.723.797 | | 1.562.737 | 1.953.421 | 2.344.105 |
| Posição Passiva -Taxa de Juros CDI | (1.435.984) | Alta US\$ | (1.435.984) | (1.435.984) | (1.435.984) |
| Opções de Moeda Estrangeira - USD | (90.166) | | - | (123.807) | (321.666) |
| Subtotal | 197.647 | | 126.753 | 393.630 | 586.455 |
| Total Líquido - ganhos (perdas) | - | | 294.086 | 178.560 | (11.008) |

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

(**) Considera valor presente das operações de derivativos de ativos disponíveis para venda nos montantes de R\$4.624 no Cenário I, R\$22.203 no Cenário II e R\$36.782 no Cenário III.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, o que é refletido no valor presente positivo de R\$294.086, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$178.560 e negativo de R\$11.008, respectivamente.

(4) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

| | Exposição | Risco | Cenário I Provável) (1) | Cenário II Deterioração de 25%) | Cenário III Deterioração de 50%) |
|---|-------------|-------------------|----------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| Swap | - | | 3.076 | (92.245) | (187.346) |
| Posição Ativa - Taxa de juros CDI e IPCA | 1.466.839 | | 1.460.750 | 1.650.279 | 1.839.376 |
| Posição Passiva -Taxa de Juros CDI +TJLP | (1.447.383) | Alta da TJLP/IPCA | (1.444.356) | (1.613.596) | (1.782.005) |
| Subtotal | 19.456 | | 16.394 | 36.683 | 57.371 |
| Líquido - ganhos (perdas) | - | | 19.470 | (55.562) | (129.975) |

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,0%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário I (Provável) (1) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|------------------------|-----------|-----------------------------|--|---|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 1.477.863 | Alta CDI | 57.748 | 72.186 | 86.626 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| | (3.768.331) | Alta CDI | (450.657) | (563.322) | (675.986) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (149.070) | Alta TJLP | (7.907) | (9.834) | (11.762) |
| | (109.652) | Alta FNE | (8.721) | (10.902) | (13.083) |
| Subtotal (2) | (4.027.053) | | (467.285) | (584.058) | (700.831) |
| Total -perdas (2) | (2.549.190) | - | (409.537) | (511.872) | (614.205) |

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações em dólar no valor de R\$1.593.629 e pré fixadas no valor de R\$ 1.360.785. Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo nocional em reais equivale a R\$ 1.385.426. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em (R\$152.396) no Cenário provável, (R\$190.496) no Cenário II e (R\$228.595) no Cenário III

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 -Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 -Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 -Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| | | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|--------------|---------|-------------|---------|
| Instrumentos financeiros | Nível | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ativos | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 6.046 | 162.302 | 1.048.557 | 526.646 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 74.361 | 18.469 | 217.103 | 94.355 |
| Contas a receber da concessão | 3 | - | - | 3.024.053 | 801.188 |
| Ativos regulatórios | 3 | - | - | 1.008.801 | |

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

36 Benefícios a empregados

Segue a composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão:

| Saldos dos planos | Plano de Pensão | | | | Prêmio | | Total | |
|-------------------|--------------------|-----------|---------------|------|---------------|---------|-----------|-----------|
| | Benefício Definido | | Plano Saldado | | Aposentadoria | | | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Inergus | (114.257) | (66.557) | - | - | - | - | (114.257) | (66.557) |
| Funasa | (67.802) | (61.681) | - | - | - | - | (67.802) | (61.681) |
| Redeprev | (13.264) | - | - | - | - | - | (13.264) | - |
| Outros | - | - | - | - | (6.721) | (7.368) | (6.721) | (7.368) |
| Total | (195.323) | (128.238) | - | - | (6.721) | (7.368) | (202.044) | (135.606) |
| Circulante | | | | | | | 27.856 | 17.960 |
| Não circulante | | | | | | | 174.188 | 117.646 |

(*) O Superávit referente ao plano não foi registrado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pelas controladas Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados - Inergus e Funasa, respectivamente, já totalmente liquidados. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 22 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e encontra-se superavitário.

Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de beneficio definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

Plano de contribuições definidas

A Energisa, Energisa Soluções, Energisa MG e Energisa NF, possuem plano de contribuição definida, bem como as controladas Energisa PB e Energisa SE após a reestruturação apresentada acima.

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

| Empresas | Plano Beneficiário | Contribuição anual | | % s/folha de pagamento | Superávit (Déficit) atuarial | |
|-------------------|--------------------|--------------------|-------|------------------------|------------------------------|----------|
| | | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 |
| Energisa S/A | CD | 175 | 168 | 1,16 | - | - |
| Energisa MG | CD | 511 | 411 | 1,20 | - | - |
| Energisa MG | BD | - | - | - | 303 | 283 |
| Energisa NF | CD | 182 | 181 | 1,51 | - | - |
| Energisa Soluções | CD | 422 | 424 | 1,09 | - | - |
| Energisa SE | PS | 534 | 476 | 0,9 | - | - |
| Energisa SE | BD | 1.034 | 1.125 | 2,13 | (95.883) | (66.557) |
| Energisa SE | CD | 988 | 962 | 2,5 | - | - |
| Energisa PB | PS | 413 | 342 | 0,7 | (18.374) | - |
| Energisa PB | BD | 6.137 | 5.962 | 10,44 | (67.802) | (61.681) |
| Energisa PB | CD | 631 | 560 | 1,07 | - | - |
| Energisa BO | BD | 113 | 95 | 1,38 | 4.184 | 3.782 |
| Energisa MT | BD | 243 | - | - | (10.965) | - |
| Energisa MS | BD | 4.095 | - | - | (57) | 37.945 |
| Energisa TO | BD | 131 | - | - | (614) | 46 |
| CAIUÁ | BD | 51 | - | - | (378) | 48 |
| CNEE | BD | 25 | - | - | (166) | 98 |
| CFLO | BD | 11 | - | - | (540) | 1 |
| EBB | BD | 35 | - | - | (1.310) | 58 |
| EDEVP | BD | 42 | - | - | (679) | 26 |

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as regras, aprovada pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Plano de Benefício definido:

| Benefício definido | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | | Energisa MG | |
|---|-----------------------|-----------------|----------------------|-----------------|-------------|----------|-------------|----------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Valor presente das obrigações atuariais | (122.485) | (103.847) | (131.163) | (126.611) | (3.632) | (3.493) | (1.514) | (1.362) |
| Valor justo dos ativos do plano | 26.602 | 37.290 | 63.361 | 64.930 | 7.818 | 7.275 | 1.817 | 1.645 |
| Ativos atuariais não reconhecidos | - | - | - | - | (4.186) | (3.782) | (303) | (283) |
| Ativo (passivo) líquido | (95.883) | (66.557) | (67.802) | (61.681) | - | - | - | - |

Plano Saldado:

| Plano Saldado | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | |
|---|-----------------------|----------|----------------------|----------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Valor presente das obrigações atuariais | (60.767) | (36.493) | (26.220) | (22.003) |
| Valor justo dos ativos do plano | 42.393 | 40.605 | 28.104 | 25.097 |
| Redução dos ativos do plano | - | (4.112) | (1.884) | (3.094) |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido | <u>(18.374)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

Demonstração das despesas para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO |
|---|-----------------------|---------------|----------------------|---------------|--------------|
| | PS | BD | PS | BD | BD |
| Custo do serviço corrente | - | 157 | 535 | 815 | 125 |
| Custo dos juros | 7.156 | 13.954 | 3.401 | 13.652 | 386 |
| Rendimento esperado do ativo do plano | (4.973) | (2.678) | (3.647) | (6.562) | (854) |
| Remensuração do custo financeiro | - | - | (77) | 2.730 | (171) |
| Contribuições dos empregados | - | - | - | - | (76) |
| Despesas (receitas) previstas para 2015 | <u>2.183</u> | <u>11.433</u> | <u>212</u> | <u>10.635</u> | <u>(590)</u> |

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

| 2014 | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------|----------------------|---------------|--------------|--------------|
| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
| | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício: | - | 66.557 | - | 61.681 | 3.782 | - |
| Despesas (receitas) correntes | 680 | 8.137 | 517 | 6.741 | 277 | - |
| Contribuições da Companhia | - | - | - | (5.681) | 59 | - |
| Outros resultados abrangentes | 17.694 | 21.189 | (517) | 5.061 | 68 | (303) |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício | <u>18.374</u> | <u>95.883</u> | <u>-</u> | <u>67.802</u> | <u>4.186</u> | <u>(303)</u> |

| 2013 | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------|--------------|
| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
| | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício: | 37.855 | 55.455 | 6.814 | 56.464 | (2.930) | - |
| Despesas (receitas) correntes | 5.076 | 4.977 | 2.043 | 4.726 | (271) | - |
| Contribuições da Companhia | - | (955) | - | (5.971) | (59) | - |
| Outros resultados abrangentes | (12.762) | 33.889 | (8.857) | 6.462 | (522) | (283) |
| Liquidação de dívida da patrocinadora | (30.169) | (26.809) | - | - | - | - |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício | <u>-</u> | <u>66.557</u> | <u>-</u> | <u>61.681</u> | <u>(3.782)</u> | <u>(283)</u> |

Os ativos dos planos são:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 |
| Títulos públicos | 60.240 | 31.429 |
| Cotas de fundos de renda fixa | 93.474 | 124.821 |
| Cotas de fundos de renda variável | 1.016 | 3.333 |
| Investimentos imobiliários | 9.744 | 9.913 |
| Empréstimos a participantes | 934 | 1.090 |
| Outros | 1.361 | 1.071 |
| | 166.769 | 171.657 |

A movimentação do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

| 2014 | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------|----------------------|---------------|--------------|--------------|
| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
| | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| Valor justo dos ativos no início do exercício | 36.493 | 37.290 | 25.097 | 64.930 | 7.275 | 1.645 |
| Benefícios pagos | (956) | (10.597) | (268) | (13.414) | (232) | (126) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - | 835 | - | 617 | 76 | - |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no ano | - | 835 | - | 5.681 | 59 | - |
| Rendimento efetivo dos ativos | 4.502 | 3.947 | 2.809 | 6.899 | 805 | 187 |
| Ganhos (perdas) atuariais dos ativos | 2.354 | (5.708) | 3.560 | (1.352) | (765) | 112 |
| Valor justo dos ativos no final do exercício | 42.393 | 26.602 | 31.198 | 63.361 | 7.218 | 1.818 |

| 2013 | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------|----------------------|---------------|--------------|--------------|
| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
| | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| Valor justo dos ativos no início do exercício | 12.904 | 51.786 | 27.558 | 72.850 | 8.402 | 2.631 |
| Benefícios pagos | (850) | (10.035) | (245) | (12.873) | (273) | (133) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - | 990 | - | 649 | 69 | - |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no ano | - | 955 | - | 5.971 | 59 | - |
| Rendimento efetivo dos ativos | 1.057 | 3.949 | 2.316 | 5.776 | 692 | 206 |
| Ganhos (perdas) atuariais dos ativos | 27.494 | (10.355) | (4.532) | (7.443) | (1.675) | (1.059) |
| Valor justo dos ativos no final do exercício | 40.605 | 37.290 | 25.097 | 64.930 | 7.274 | 1.645 |

A movimentação do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

| 2014 | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------|----------|----------------------|----------|-------------|-------------|
| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
| | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| Saldo no início do exercício | 36.493 | 103.844 | 22.003 | 126.611 | 3.493 | 1.362 |
| Benefícios pagos no ano | (956) | (10.597) | (268) | (13.414) | (232) | (126) |

| | | | | | | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|--------------|--------------|
| Juros sobre obrigação atuarial | 4.041 | 11.047 | 2.461 | 13.399 | 375 | 154 |
| Custo do serviço corrente (com juros) | 1.140 | 1.041 | 865 | 766 | 124 | - |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - | 835 | - | - | - | - |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no ano | - | 835 | - | - | - | - |
| Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais | 20.049 | 15.480 | 1.159 | 3.801 | (128) | 124 |
| Saldo no final do exercício | 60.767 | 122.485 | 26.220 | 131.163 | 3.632 | 1.514 |

| 2013 | | | | | | |
|--|-----------------------|----------------|----------------------|----------------|--------------|--------------|
| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
| | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| Saldo no início do exercício | 50.759 | 107.241 | 34.372 | 129.314 | 4.081 | 2.223 |
| Benefícios pagos no ano | (850) | (10.035) | (245) | (12.874) | (273) | (133) |
| Juros sobre obrigação atuarial | 4.244 | 8.511 | 2.891 | 10.180 | 322 | 173 |
| Custo do serviço corrente (com juros) | 1.890 | 1.207 | 1.468 | 850 | 205 | - |
| Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais | (19.550) | (3.077) | (16.483) | (859) | (842) | (901) |
| Saldo no final do exercício | 36.493 | 103.847 | 22.003 | 126.611 | 3.493 | 1.362 |

A seguir, estão descritas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

| | Energisa SE - Inergus | Energisa PB - Funasa | Energisa BO | Energisa MG |
|--|--------------------------------------|---|-----------------------------------|------------------|
| | PS e BD | PS e BD | BD | BD |
| Taxa de desconto atuarial | 6,05% a.a. PS e BD | 6,23% a.a (PS) e 6,187% a.a (BD). | 6,229% a.a. (não inclui inflação) | 11,03% a.a. |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos | 5,50% a.a.(com efeito da inflação) | 13,06% a.a.(com efeito da inflação) | 6,66% a.a. (inclui inflação). | 11,03% a.a. |
| Reajuste do benefício | 0,99% variação acumulada do IPC/FIPE | Somente inflação | Somente inflação | Somente inflação |
| Crescimento salarial | 0% PS e 2% a.a. acima da inflação | 0% a.a. (PS) e 1% a.a. acima da inflação (BD) | 0,5% a.a. acima da inflação | NA |
| Inflação projetada | 5,50% a.a. | 6% a.a. | 6% a.a. | 4,50% a.a. |

Hipóteses Demográficas

| | Energisa SE - Inergus | Energisa PB - Funasa | Energisa BO | Energisa MG |
|-----------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------|------------------|
| | PS e BD | PS e BD | BD | BD |
| Tábua de mortalidade | AT-2000 | AT-83 | AT-83 | AT-2000 por sexo |
| Tábua de mortalidade de inválidos | MI-85 por sexo | IAPB-57 | IAPB-57 | AT-2000 por sexo |
| Tábua de entrada em invalidez | LIGHT (Média) | IAPC | CSO 58M | NA |

A seguir, apresenta-se um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa MG aos seus empregados:

| | Energisa SE - Inergus | | Energisa PB - Funasa | | Energisa BO | Energisa MG |
|------------------------------------|-----------------------|----------|----------------------|----------|-------------|-------------|
| Descrição | PS | BD | PS | BD | BD | BD |
| Participantes Ativos: | | | | | | |
| Número | 494 | 49 | 229 | 44 | 47 | - |
| Idade Média | 42 | 42 | 50,38 | 50,40 | 44,2 | - |
| Tempo de participação (anos) | 16 | 18 | 21,17 | 23,4 | 18,3 | - |
| Salário de Participação Médio | R\$0,777 | R\$2,654 | R\$0,839 | R\$2,863 | R\$ 3,58 | - |
| Participantes Assistidos: | | | | | | |
| Número | 43 | 364 | 23 | 446 | 7 | 4 |
| Idade Média | 55 | 65 | 57,13 | 70,2 | 66,99 | 78,3 |
| Benefício Médio Mensal | R\$2,256 | R\$1,951 | R\$0,851 | R\$1,834 | R\$ 2,38 | R\$1,516 |
| Pensionistas: | | | | | | |
| Número de Pensionistas | 6 | 112 | 3 | 269 | 3 | 17 |
| Benefício Médio por Grupo Familiar | R\$0,766 | R\$1,028 | R\$0,299 | R\$0,847 | R\$ 0,34 | R\$0,247 |

Plano de Aposentadoria e Pensão - empresas adquiridas em 11 de abril de 2014

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$8.575.

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a. Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01/01/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01/01/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, EMT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte. Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. - em "Recuperação Judicial" e as empresas do grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício -OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2014 foi de R\$243.

Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31/12/2014

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2014, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

a. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

| Taxas ao ano | Avaliação atuarial 2014 |
|--|------------------------------|
| Taxa de desconto real para cálculo do valor presente | 6,05% - todos os planos |
| Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos | 11,88% - todos os planos |
| Taxa de crescimento salarial futura real | 2,11% |
| Taxa de crescimento real dos benefícios | |
| Da Previdência Social | - |
| Do Plano | - |
| Taxa de inflação | 5,50% |
| Fator de capacidade | |
| Dos Salários | 1,00 |
| Dos Benefícios | 1,00 |
| Tábua de mortalidade Geral | AT 2000 Suav. 10% |
| Tábua de mortalidade de inválidos | MI85, N/A para EMT OP |
| Tábua de entrada em invalidez | Light média, N/A para EMT OP |
| Tábua de rotatividade | 0% |

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os

ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo a deliberação CVM 695/2012.

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

| | EMT | EMS | ETO | CAIUA | CNEE | CFLO | EBB | EDEVP | Total - 2014 |
|--|-----------------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|
| | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R | BD-I, OP e R |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | | | | | | | | | |
| Saldo no início do exercício - 2013 | 178.513 | 87.577 | 14.000 | 10.979 | 13.524 | 5.396 | 22.118 | 10.581 | 342.688 |
| Custo do serviço corrente | 23 | - | 2 | 30 | 20 | - | - | 18 | 93 |
| Custo do serviço passado | (44.610) | - | - | - | - | - | - | - | (44.610) |
| Custo dos juros | 19.879 | 9.752 | 1.558 | 1.223 | 1.571 | 601 | 2.463 | 1.178 | 38.225 |
| Benefícios pagos | (2.985) | (7.453) | (535) | (638) | (1.067) | (401) | (586) | (867) | (14.532) |
| Ganhos/Perdas atuariais | 8.136 | 9.146 | (3.002) | 33 | 2.952 | 2 | 4.990 | 3.618 | 27.741 |
| Saldo no final do exercício - 2013 | 158.956 | 99.022 | 12.023 | 11.627 | 17.000 | 5.598 | 28.985 | 14.528 | 347.739 |
| Valor justo dos ativos do plano | | | | | | | | | |
| Saldo no início do exercício - 2014 | 176.779 | 160.048 | 11.643 | 11.400 | 15.899 | 4.244 | 23.734 | 11.033 | 414.780 |
| Retorno esperado | 19.686 | 17.823 | 1.297 | 1.269 | 1.770 | 442 | 2.643 | 1.229 | 46.159 |
| Alteração regulamentar do Plano OP | (38.532) | - | - | - | - | - | - | - | (38.532) |
| Benefícios pagos | (2.985) | (7.453) | (535) | (638) | (1.067) | (401) | (1.526) | (375) | (14.980) |
| Ganhos/Perdas atuariais | (6.957) | (33.508) | (950) | (734) | 330 | 774 | 3.808 | 2.480 | (34.757) |
| Saldo no final do exercício - 2014 | 147.991 | 136.910 | 11.455 | 11.297 | 16.932 | 5.059 | 28.659 | 14.367 | 372.670 |
| Posição líquida | (10.965) | 37.888 | (568) | (330) | (68) | (539) | (326) | (161) | 24.931 |
| Saldos: | | | | | | | | | |
| BD-I | (3.688) | 35.484 | 46 | 48 | 98 | 1 | 58 | 26 | 32.073 |
| OP | (3.143) | 2.460 | (86) | (217) | (36) | (403) | (291) | (138) | (1.854) |
| R | (4.134) | (56) | (528) | (161) | (130) | (137) | (93) | (49) | (5.288) |
| Total | (10.965) | 37.888 | (568) | (330) | (68) | (539) | (326) | (653) | 24.439 |
| Déficit registrado | (10.965) | (56) | (614) | (378) | (166) | (540) | (384) | (161) | (13.264) |
| Superavit não registrado | - | 37.944 | 46 | 48 | 98 | 1 | 58 | 26 | 38.221 |
| Circulante | 2.369 | - | 241 | 146 | 93 | 125 | - | - | 2.224 |
| Não circulante | 8.596 | 56 | 373 | 232 | 73 | 415 | 384 | 161 | 11.040 |

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

| | 2014 | | |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | BD-I | OP | R |
| Investimentos: | | | |
| Títulos públicos | 27,35% | 33,14% | 46,95% |
| Créditos privados e depósitos | 43,75% | 37,85% | 20,70% |
| Ações | 0,42% | 0,39% | 0,39% |
| Fundos de investimento | 27,27% | 24,18% | 30,73% |
| Empréstimos e financiamentos | 1,17% | 4,40% | 1,18% |
| Outros | 0,03% | 0,04% | 0,05% |
| Total | 100% | 100% | 100% |

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções, Energisa Comercializadora, Energisa Planejamento, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Para o exercício de 2014 a despesa de manutenção do plano é de R\$255 (R\$270 em 2014) na controladora, R\$545 (R\$534 em 2014) na Energisa Soluções, R\$301 (R\$351 em 2014) na Energisa MG e R\$58 (R\$99 em 2014) na Energisa NF.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Energisa S.A e consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

| | 2014 | | | | | | Total |
|---|--------------|--------------|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|--------------|
| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras | Energisa Planejamento | |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 4.622 | 4.238 | 954 | 4.418 | 606 | 136 | 14.974 |
| Valor justo dos ativos do plano | (2.856) | (2.306) | (668) | (2.284) | (39) | (97) | (8.250) |
| Passivo atuarial líquido a ser provisionado | 1.766 | 1.932 | 286 | 2.134 | 567 | 39 | 6.724 |

| 2013 | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|-------------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------|
| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras (Geração) | Energisa Planejamento | Total |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 2.750 | 2.212 | 576 | 1.907 | 511 | 91 | 8.047 |
| Valor justo dos ativos do plano | (272) | (235) | (7) | (146) | (16) | (3) | (679) |
| Passivo atuarial líquido a ser provisionado | 2.478 | 1.977 | 569 | 1.761 | 495 | 88 | 7.368 |

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

| 2014 | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|-------------|-------------------|-------------------------------|-----------------------|--------------|
| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras (*) | Energisa Planejamento | Total |
| Passivo atuarial líquido no início do ano | 2.478 | 1.977 | 569 | 1.761 | 32 | 88 | 6.905 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 356 | 296 | 90 | 496 | 7 | 9 | 1.254 |
| Outros resultados abrangentes | (1.069) | (341) | (373) | (123) | 526 | (58) | (1.438) |
| Passivo atuarial líquido no final do ano | 1.765 | 1.932 | 286 | 2.134 | 565 | 39 | 6.721 |

(*) Em 2014 não inclui movimentação das empresas transferidas para ativos disponíveis para venda.

| 2013 | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|-------------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------|
| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras (Geração) | Energisa Planejamento | Total |
| Passivo atuarial líquido no início do ano | 2.464 | 2.027 | 566 | 2.236 | 131 | - | 7.424 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 430 | 179 | 110 | 594 | 14 | 8 | 1.335 |
| Outros resultados abrangentes | (416) | (229) | (107) | (1.069) | 350 | 80 | (1.391) |
| Passivo atuarial líquido no final do ano | 2.478 | 1.977 | 569 | 1.761 | 495 | 88 | 7.368 |

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2014.

| 2014 | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|---------------|
| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras | Energisa Planejamento | Total |
| Valor presente das obrigações no início do ano | 2.750 | 2.212 | 576 | 1.907 | 47 | 91 | 7.583 |
| Custo do serviço corrente bruto (com juros) | 183 | 159 | 49 | 370 | 5 | 3 | 769 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 193 | 156 | 41 | 126 | 4 | 6 | 526 |
| Benefícios pagos no ano | (22) | (198) | (109) | (51) | - | - | (380) |
| Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial | 1.518 | 1.909 | 397 | 2.066 | 550 | 36 | 6.476 |
| Valor das obrigações calculadas no final do ano | 4.622 | 4.238 | 954 | 4.418 | 606 | 136 | 14.974 |

| 2013 | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------|
| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras (Geração) | Energisa Planejamento | Total |
| Valor presente das obrigações no início do ano | 2.592 | 2.178 | 615 | 2.545 | 57 | 73 | 8.060 |
| Custo do serviço corrente bruto (com juros) | 212 | 194 | 60 | 540 | 8 | 1 | 1.015 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 224 | 188 | 54 | 212 | 5 | 6 | 689 |
| Benefícios pagos no ano | (34) | (195) | - | (144) | - | - | (373) |
| Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial | (244) | (153) | (153) | (1.246) | 445 | 11 | (1.340) |
| Valor das obrigações calculadas no final do ano | 2.750 | 2.212 | 576 | 1.907 | 515 | 91 | 8.051 |

Demonstração das despesas para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

| | Controladora | Energisa MG | Energisa NF | Energisa Soluções | Energisa Comerc. e Outras | Energisa Planejamento | Total |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|------------|
| Custo do serviço corrente (com juros) | 163 | 149 | 39 | 149 | 14 | 4 | 518 |
| Juros sobre as obrigações atuariais | 234 | 220 | 48 | 245 | 39 | 5 | 791 |
| Rendimentos esperados dos ativos do plano | (134) | (101) | (34) | (115) | - | (3) | (387) |
| Remensuração do custo financeiro | (8) | 33 | 5 | 36 | 4 | - | 70 |
| Valor das obrigações calculadas no final do ano | 255 | 301 | 58 | 315 | 57 | 6 | 992 |

a) Plano de saúde

As controladas Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa NF participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2014 as despesas com esse benefício foram de R\$803 (R\$675 em 2013) na controladora e R\$24.220 (R\$10.510 em 2013) no consolidado.

37 Compromissos – consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

| | Contrato de venda de energia - reais mil | | | | | | |
|---------------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | Vigência | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Após 2019 |
| Energisa Comercializadora | 2015 a 2026 | 364.659 | 401.091 | 424.963 | 470.332 | 534.127 | 5.913.800 |
| | | <u>364.659</u> | <u>401.091</u> | <u>424.963</u> | <u>470.332</u> | <u>534.127</u> | <u>5.913.800</u> |

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

| | Contrato de compra de energia - reais mil (**) | | | | | | |
|---|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Vigência | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Após 2019 |
| Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (*) | 2015 a 2026 | 58.586 | 59.907 | 61.584 | 63.165 | 64.807 | 498.662 |
| Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A | 2015 a 2046 | 208.451 | 187.750 | 193.385 | 198.953 | 213.906 | 2.946.662 |
| Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A | 2015 a 2046 | 591.140 | 595.879 | 588.839 | 575.034 | 611.887 | 8.101.102 |
| Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A | 2015 a 2046 | 436.295 | 444.588 | 411.566 | 413.826 | 429.400 | 5.983.551 |
| Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A | 2015 a 2046 | 99.905 | 100.336 | 97.194 | 95.141 | 96.299 | 1.241.427 |
| Caiuá Distribuição de Energia S.A. | 2015 a 2046 | 161.759 | 144.358 | 149.659 | 150.841 | 158.078 | 2.126.908 |
| Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT | 2015 a 2046 | 1.342.817 | 1.306.960 | 1.331.030 | 1.452.421 | 1.554.732 | 18.869.588 |
| Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. - ETO | 2015 a 2046 | 306.800 | 319.993 | 309.095 | 307.928 | 423.356 | 6.637.751 |
| Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. - EMS | 2015 a 2046 | 658.593 | 542.385 | 543.554 | 562.947 | 612.846 | 8.957.455 |
| Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE | 2015 a 2046 | 73.485 | 53.834 | 50.909 | 38.949 | 38.600 | 571.244 |
| Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB | 2015 a 2046 | 99.107 | 91.878 | 98.151 | 99.899 | 121.198 | 1.833.173 |
| Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. - EDEVP | 2015 a 2046 | 134.652 | 120.530 | 120.181 | 120.197 | 123.932 | 1.985.085 |
| Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO | 2015 a 2026 | 61.659 | 63.495 | 65.432 | 67.486 | 69.578 | 551.302 |
| Energisa Comercializadora de Energia Ltda. | 2015 a 2026 | 353.596 | 381.364 | 409.644 | 436.596 | 496.955 | 5.570.030 |
| | | <u>4.586.845</u> | <u>4.413.257</u> | <u>4.430.223</u> | <u>4.583.383</u> | <u>5.015.574</u> | <u>65.873.940</u> |

(*) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO estão sendo aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de dezembro de 2014 e foram homologados pela ANEEL.

38 Concessão do serviço público de energia elétrica -consolidado

Distribuição:

| Empresas | Data do Contrato | Prazo de Concessão | Término da Concessão |
|----------|------------------|--------------------|----------------------|
| ESE | 23/12/1997 | 30 anos | 23/12/2027 |
| EBO | 04/02/2000 | 30 anos | 04/02/2030 |
| EPB | 15/01/2001 | 30 anos | 15/01/2031 |
| EMG | 18/06/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| ENF | 18/06/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| EMT | 10/12/1997 | 30 anos | 10/12/2027 |
| ETO | 28/06/1999 | 20 anos | 30/01/2020 |
| EMS | 04/12/1997 | 30 anos | 04/12/2027 |
| CNEE | 03/02/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| CAIUÁ | 03/02/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| EDEVP | 03/02/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| EBB | 03/02/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |
| CFLO | 03/02/1999 | 20 anos (*) | 07/07/2015 |

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

Geração:

| Empresas | Data da autorização | Data Publicação | Prazo da autorização | Vencimento |
|---|---------------------|-----------------|----------------------|------------|
| Energisa Geração Rio Grande S/A (PCH Caju, São Sebastião e Santo Antonio) (3) | 08/07/2008 | 14/07/2008 | 30 anos | 14/07/2038 |
| PCH Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A (3) | 05/07/2011 | 13/07/2011 | 30 anos | 13/07/2041 |
| SPE Cristina Energia S/A (3) | 22/12/1999 | 23/12/1999 | 30 anos | 23/12/2029 |
| Energisa Geração Central Eólica Renascença I S/A (3) | 02/05/2011 | 02/05/2011 | 35 anos | 02/05/2046 |
| Energisa Geração Central Eólica Renascença II S/A (3) | 04/05/2011 | 04/05/2011 | 35 anos | 04/05/2046 |
| Energisa Geração Central Eólica Renascença III S/A (3) | 13/05/2011 | 13/05/2011 | 35 anos | 13/05/2046 |
| Energisa Geração Central Eólica Renascença IV S/A (3) | 02/06/2011 | 02/06/2006 | 35 anos | 02/06/2046 |
| Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A (3) | 02/05/2011 | 02/05/2011 | 35 anos | 02/05/2046 |
| Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A (Usina Santa Cândida I) (1)e (3) | 12/11/2001 | 13/11/2001 | 30 anos | 13/11/2031 |
| Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A (Usina Santa Cândida II) (1), (2) e (3) | - | - | - | - |
| Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I (Usina Vista Alegre I) (3) | 16/12/2008 | 31/12/2008 | 35 anos | 31/12/2043 |
| Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II (Usina Vista Alegre II) (2) e (3) | - | - | - | - |
| EMT - concessão de usinas termelétricas | 10/12/1997 | 11/12/1997 | 30 anos | 10/12/2027 |
| Tangará | 15/08/2000 | 07/07/1995 | 30 anos | 07/07/2025 |

(1) Prazo de exploração por 20 anos.

(2) Pedido de outorga em processo de liberação junto ao Poder Concedente.

(3) Reclassificado para disponível para venda.

39 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício de 2014, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$74.744 (R\$55.721 em 2013), sendo R\$63.653 (R\$50.073 em 2013) alocados no ativo imobilizado e R\$6.304 (R\$5.648 em 2013) despesas operacionais, no consolidado. Inclui informação das empresas reclassificadas para disponível para venda.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

40 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

| | 30/09/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| Valor justo aquisição Grupo Rede | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 84.066 | - |
| Aplicação no Mercado Aberto | 216.928 | - |
| Clientes, consumidores e concessionárias e PDD | 834.861 | - |
| Impostos a Recuperar | 269.709 | - |
| Títulos de créditos a receber | 206.545 | - |
| Estoques | 20.781 | - |
| Cauções e Depósitos Vinculados | 100.560 | - |
| Outros créditos | 729.987 | - |
| Créditos com partes relacionadas | 24.705 | - |
| Impostos Diferidos | 641.863 | - |
| Contas a receber da Concessão | 2.061.340 | - |
| Imobilizado | 182.440 | - |
| Ágio na aquisição de empresas | 165.552 | - |
| Ativo intangível (PPA) | 5.338.427 | - |
| Fornecedores | 1.329.437 | - |
| Salários a pagar | 13.855 | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 2.856.794 | - |
| Debentures | 328.219 | - |
| Tributos e Contribuições | 2.045.714 | - |
| Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas | 566.797 | - |
| Parcelamento de impostos | 630.077 | - |
| Outros passivos | 1.847.664 | - |
| Ativo disponível para venda - Geração | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 49.823 | - |
| Aplicação no Mercado Aberto | 49.055 | - |
| Clientes, consumidores e concessionárias e PDD | 28.718 | - |
| Outros créditos | 60.428 | - |
| Imobilizado | 1.412.675 | - |
| Ativo intangível | 358.969 | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 864.831 | - |
| Debentures | 121.652 | - |
| Tributos e Contribuições | 132.815 | - |
| Outros passivos | 102.011 | - |
| Outras transações não caixa | | |
| Atividades operacionais | | - |
| Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos | 320.597 | 190.582 |
| Contas a receber da concessão - Atualização VNR | 31.525 | 29.567 |
| Fornecedores | 26.536 | 24.822 |
| Atividades de investimentos | | |
| Imobilizado e intangível - Fornecedor | 26.536 | 53.970 |
| Atividades de financiamento | | |
| Empréstimo - Finame | 26.511 | 28.303 |
| Capitalização de reservas | - | 316.141 |

41 Ativos disponíveis para venda

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram adquiridos pela Brookfield são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia.

O valor da negociação, sujeito a ajustes usuais do balanço a ser levantado na concretização da operação, é de cerca de R\$1.428.100. Esse montante vai proporcionar à Energisa uma redução da dívida líquida consolidada de R\$2.607.900, além de uma redução nos compromissos de investimentos de R\$200.000 até o início de 2016. A venda está sujeita ao cumprimento ou renúncia de determinadas condições precedentes usuais para operações de compra e venda de ativos, destacando - se a necessidade de anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para os empreendimentos hídricos, aprovação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, já ocorrida em 11 de dezembro de 2014, disponibilizar balanço especial que servirá como base para a definição do preço de compra, obtenção dos consentimentos de todos os beneficiários das garantias junto as instituições financeiras, aprovação das instituições financeiras das transferências dos contratos de financiamentos dos projetos alienados, cumprimento de todos os requisitos legais para concessão do direito de preferência aos acionistas da Energisa conforme artigo 253, inciso I, da Lei das S.A., em decorrência da alienação indireta ou direta das Ações de emissão da SPE Cristina e Centrais Eólicas, transferência das propriedades nas quais estão localizadas as PCHs, assinatura do Termo de Entrega das Obras de Expansão da Usina Termoelétrica Vista Alegre I e de Implantação da Usina Termoelétrica Vista Alegre II, entrega de certidões atualizadas emitidas em nome das Companhias alienadas, rescisão dos contratos de natureza ambiental.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, na data base de 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R\$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R\$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R\$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R\$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R\$436.800.

A transferências dos ativos destinados a alienação aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado foi consumada em dezembro de 2014 tendo sido apurado ganho de capital de R\$657.469 que em atendimento ao CPC 30 e em face de ainda não terem sido satisfeitos todos os critérios que possibilite o reconhecimento do ganho apurado na alienação dos ativos a Companhia não reconheceu os valores em sua demonstração de resultado e espera concluir a negociação até o final do 1º trimestre de 2015.

Ativos e passivos reclassificados para disponíveis para venda saldo em 31 de dezembro de 2014:

| | Controladora 2014 | Consolidado 2014 |
|--|----------------------|---------------------|
| Ativo | | |
| Ativo circulante | | |
| . Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no mercado aberto | - | 95.407 |
| . Clientes | - | 25.697 |
| . Outros | - | 20.182 |
| Total do ativo circulante | - | 141.286 |
| Ativo não circulante | 192.644 | 47.510 |
| . Investimento | 626.340 | - |
| . Imobilizado/Intangível | - | 1.825.741 |
| Total do ativo não circulante | 818.984 | 1.873.251 |
| Total dos ativos disponíveis para venda | 818.984 | 2.014.537 |
| Passivo | | |
| Passivo circulante | | |
| . Fornecedores | | 39.969 |
| . Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas | - | 333.487 |
| . Tributos e contribuições | | 8.537 |
| . Outros | - | 18.245 |
| Total do passivo circulante | - | 400.238 |
| Passivo não circulante | | |
| . Fornecedores | | 19.057 |
| . Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas | - | 658.484 |
| . Impostos diferidos | - | 119.375 |
| . Parcelamento de impostos | | |
| . Outros | 32.348 | 24.155 |
| Total do passivo não circulante | 32.348 | 821.071 |
| Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda | 32.348 | 1.221.309 |

| | Controladora 2014 | Consolidado 2014 |
|--|----------------------|---------------------|
| Receita líquida | - | 111.686 |
| (-) Custo de operação e com energia elétrica | - | (21.339) |
| (-) Custo serviços prestados a terceiros | - | (24.274) |
| Lucro operacional bruto | - | 66.073 |
| (-) Despesas operacionais | - | (7.263) |
| Resultado do serviço | - | 58.810 |
| Receitas financeiras | - | 36.244 |
| Despesas financeiras | - | (90.287) |
| Equivalência patrimonial | 731 | - |
| Outros resultados operacionais | - | 38 |
| Prejuízo antes do IRPJ e CSL | 731 | 4.805 |
| (-) IRPJ e CSL | - | (5.694) |
| Lucro de operação descontinuada | 731 | (889) |

Para fins de comparabilidade, esta sendo reapresentado a demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidados, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Segue quadro comparativo das demonstrações financeiras reapresentadas:

| Demonstração do Resultado | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|----------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| | 2013 publicado | Reclassificação | 2013 ajustado | 2013 publicado | Reclassificação | 2013 ajustado |
| Receita operacional líquida | 53.912 | - | 53.912 | 2.857.772 | (52.824) | 2.804.948 |
| Custo do serviço de energia elétrica | - | - | - | (1.381.414) | (27.665) | (1.409.079) |
| Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros | (21.857) | - | (21.857) | (611.293) | 59.192 | (552.101) |
| Lucro bruto | 32.055 | - | 32.055 | 865.065 | (21.297) | 843.768 |
| Despesas com vendas | - | - | - | (112.038) | 164 | (111.874) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (22.631) | - | (22.631) | (293.275) | (17.283) | (310.558) |
| Outras Receitas Operacionais | 89 | - | 89 | 28.282 | (7) | 28.275 |
| Outras Despesas Operacionais | (33) | - | (33) | (37.691) | 118 | (37.573) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 256.088 | (29.021) | 227.067 | 106 | (106) | - |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, ágio e impostos | 265.568 | (29.021) | 236.547 | 450.449 | (38.411) | 412.038 |
| Receitas Financeiras | 47.389 | - | 47.389 | 171.764 | (7.531) | 164.233 |
| Despesas Financeiras | (111.596) | - | (111.596) | (373.807) | 10.467 | (363.340) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | (64.207) | - | (64.207) | (202.043) | 2.936 | (199.107) |
| Lucro antes dos impostos | 201.361 | - | 172.340 | 248.406 | (35.475) | 212.931 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente | - | - | - | (62.608) | 4.962 | (57.646) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferido | - | - | - | 16.949 | - | 16.949 |
| Resultado Líquido das Operações Continuadas | 201.361 | (29.021) | 172.340 | 202.747 | (30.513) | 172.234 |
| Resultado Líquido das Operações Descontinuadas | - | 29.021 | 29.021 | - | 30.513 | 30.513 |
| Lucro líquido do exercício | 201.361 | - | 201.361 | 202.747 | - | 202.747 |
| . Atribuído a acionistas da controladora | 201.361 | - | 201.361 | 201.361 | - | 201.361 |
| . Atribuído a acionistas da controladora | - | - | - | 1.386 | - | 1.386 |

| Demonstração do Valor Adicionado | Controladora | | |
|--|----------------|---|--------------------|
| | Divulgado 2013 | Ajustes -Reclassificação para ativos disponíveis para venda | Reapresentado 2013 |
| Receitas | 64.687 | - | 64.687 |
| . Outras Receitas | 88 | - | 88 |
| Retenções | 23.388 | - | 23.388 |
| . Depreciação, Amortização e Exaustão | 17.637 | - | 17.637 |
| Valor Adicionado Líquido Produzido | 31.773 | - | 31.773 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 303.477 | (29.021) | 274.456 |
| . Resultado de Equivalência Patrimonial | 256.088 | (29.021) | 227.067 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 335.250 | (29.021) | 306.229 |
| Distribuição do Valor Adicionado | 335.250 | (29.021) | 306.229 |
| Remuneração de Capitais Próprios | 201.361 | - | 201.361 |
| . Dividendos | 68.532 | - | 68.532 |
| . Lucros Retidos/Prejuízo do Período | 22.715 | - | 22.715 |
| Outros | - | 29.021 | 29.021 |
| . Operações descontinuadas | - | 29.021 | 29.021 |

| Demonstração do Valor Adicionado | Consolidado | | |
|---|-------------------|--|-----------------------|
| | Divulgado 2013 | Ajustes -Reclassificação para ativos disponíveis para venda | Reapresentado 2013 |
| Receitas | 4.387.903 | (64.622) | 4.323.281 |
| . Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | 3.611.205 | (64.615) | 3.546.590 |
| . Outras Receitas | 28.283 | (7) | 28.276 |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | 2.548.298 | 18.008 | 2.566.306 |
| . Custos Produtos. Merc. E Serv. Vendidos | 1.540.433 | 27.666 | 1.568.099 |
| . Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros | 645.664 | (7.944) | 637.720 |
| . Outras | 362.201 | (1.714) | 360.487 |
| Valor Adicionado Bruto | 1.839.605 | (82.630) | 1.756.975 |
| Retenção | 170.948 | (29.455) | 141.493 |
| . Depreciação, Amortização e Exaustão | 170.948 | (29.455) | 141.493 |
| Valor Adicionado Líquido Produzido | 1.668.657 | (53.175) | 1.615.482 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 171.870 | (7.637) | 164.233 |
| . Receita Financeira | 171.764 | (7.531) | 164.233 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 1.840.527 | (60.812) | 1.779.715 |
| Distribuição do Valor Adicionado | 1.840.527 | (60.812) | 1.779.715 |
| Pessoal | 270.449 | (3.078) | 267.371 |
| . Remuneração Direta | 199.835 | (3.078) | 196.757 |
| . Benefícios | 55.798 | - | 55.798 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 957.822 | (16.754) | 941.068 |
| . Federais | 259.420 | (8.974) | 250.446 |
| . Estaduais | 653.117 | (7.780) | 645.337 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | 409.509 | (10.467) | 399.042 |
| . Juros | 402.714 | (10.467) | 392.247 |
| Remuneração de Capitais Próprios | 202.747 | (30.513) | 172.234 |
| . Dividendos | 68.532 | - | 68.532 |
| . Lucros Retidos/Prejuízo do Período | 22.715 | - | 22.715 |
| . Part. Não Controladores nos Lucros Retidos | 1.386 | - | 1.386 |
| Outros | - | (30.513) | (30.513) |
| . Operações descontinuadas | - | (30.513) | (30.513) |

| Demonstração dos fluxos de caixa Controladora | Divulgado 2013 | Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda | Reapresentado 2013 |
|--|-------------------|--|-----------------------|
| Caixa Líquido Atividades Operacionais | 43.295 | - | 43.295 |
| Lucro antes dos impostos | 201.361 | (29.021) | 172.340 |
| Equivalência patrimonial | (256.088) | 29.021 | (227.067) |
| Caixa Líquido Atividades de Investimento | 236.945 | - | 236.945 |
| Caixa Líquido Atividades de Financiamento | (216.363) | - | (216.363) |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 63.877 | - | 63.877 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 11.231 | - | 11.231 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 75.108 | - | 75.108 |
| Variação Líquida do caixa | 63.877 | - | 63.877 |

| Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado | Divulgado 2013 | Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda | Reapresentado 2013 |
|--|----------------|--|--------------------|
| Caixa Líquido Atividades Operacionais | 698.182 | - | 698.182 |
| Lucro antes dos impostos | 248.406 | (35.475) | 212.931 |
| Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas | - | 35.475 | 35.475 |
| Caixa Líquido Atividades de Investimento | (447.924) | - | (447.924) |
| Caixa Líquido Atividades de Financiamento | (211.244) | - | (211.244) |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 39.014 | - | 39.014 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 213.171 | - | 213.171 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 252.185 | - | 252.185 |
| Variação Líquida do caixa | 39.003 | - | 39.003 |

42 Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Alteração da denominação social

Em 02 de fevereiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a alteração da razão social das controladas Centrais Elétricas Matogrossenses S/A ("CEMAT") para Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A. ("EMT"), Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins ("CELTINS") para Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO") e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A ("ENERSUL") para Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("EMS").

c. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As concessionárias que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

| Distribuidoras | % |
|-----------------------------|------|
| Bragantina | 38,5 |
| Nacional | 35,2 |
| Caiuá | 32,4 |
| Força e Luz do Oeste | 31,9 |
| Vale Paranapanema | 29,4 |
| Energisa Mato Grosso do Sul | 27,9 |
| Energisa Minas Gerais | 26,9 |
| Energisa Mato Grosso | 26,8 |
| Energisa Nova Friburgo | 26,0 |
| Energisa Sergipe | 8,0 |
| Energisa Borborema | 5,7 |
| Energisa Tocantins | 4,5 |
| Energisa Paraíba | 3,8 |

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

d. Empréstimos controladora

- Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de fevereiro de 2015, foram aprovadas a seguinte contratação:

. Contrato de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R\$20.000, com vencimento em 24 de agosto de 2015 e taxa de juros anual equivalente a CDI + 3,50% a.a.;

- Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de março de 2015, foram aprovadas as seguintes contratações:

. Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$105.000 a ser celebrada com o Banco Itaú BBA S/A, com prazo de 20 (vinte) dias renovável por mais 40 (quarenta) dias e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 1,90% a.a.

. Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$40.000 a ser celebrada com o Banco Pine S/A, com prazo de 60 (sessenta) dias e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 3,50% a.a.

e. Empréstimos controlada ENF

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2015, foi aprovada a contratação de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R\$22.000, com vencimento em 25 de fevereiro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 2,35% a.a., bem como prestar garantia real a sim mesmo, vinculado ao empréstimo (Loan).

f. Empréstimos controlada EPB

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 13 de março de 2015, foi aprovada a ratificação de empréstimo contratado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2015 nos termos da Lei nº 4.131 de 03

de setembro de 1962, no valor de R\$15.800, com o Banco Citibank, pelo prazo de 4 anos, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 1,80%.

g. Debêntures 6ª emissão:

Em 25 de fevereiro de 2015, foi deliberado em assembleia geral de debenturistas a postergação do primeiro pagamento de juros e amortização da 6ª emissão de debêntures da Energisa S.A. O pagamento de juros e a amortização de 33% do valor nominal unitário se dará, portanto, em 1º de maio de 2015. Adicionalmente, foi deliberada a postergação da obrigação de realizar o aumento de capital, de pelo menos R\$500.000 para até 30 de junho de 2015.

Em 6 de março de 2015, foi deliberado em assembleia geral de debenturistas a alteração da espécie das Debêntures de “quirografária” para com “garantia real”, de acordo com as obrigações da escritura. As Debêntures passaram a contar com a garantia de alienação fiduciária das ações de emissão da Energisa Borborema, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Caiuá, Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste detidas pela Energisa S.A e pelo Rede Energia S.A.